



Transcrição da Sessão Ordinária da
Assembleia Municipal de Marco de
Canaveses

----- 26 de abril de 2019 -----



--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Srs. Deputados, boa noite, boa disposição para esta Assembleia.

Vamos começar pela leitura dos membros que vão tomar posse, dos termos de posse. Muito obrigado.

--- Bruno Sousa Caetano (1.º Secretário, PS) ---

Aos vinte e seis dias do mês de abril de 2019, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, nesta cidade de Marco de Canaveses, e estando presente o Presidente da Assembleia Municipal, Jorge Francisco Vieira, compareceu Manuela da Conceição Monteiro Pinto Ferreira, portadora do cartão de cidadão n.º 093473621ZY2, válido até 23.07.2020, e NIF n.º 190930632, a fim de tomar posse como membro da Assembleia Municipal para preenchimento da vaga temporária do membro ausente Ana Cristina Mendes Cordeiro Valente Couto Ribeiro, de acordo com o disposto no art.º 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, nos termos do art.º 54.º do Regimento, e na sequência da comunicação de ausência por período inferior a trinta dias. O Presidente da Assembleia, depois de verificada a respetiva identificação, de acordo com a lista do Partido Social Democrata (PPD/PSD), conforme lista da eleição realizada no dia 1 de outubro de 2017, por sufrágio universal e direto, e após a mesma ter prestado juramento legal, declarou-a instalada como membro deste órgão durante o período de ausência do referido membro. Para constar lavrou-se o presente termo, que depois de lido em voz alta vai ser assinado por todos os que nele intervieram, e que eu, Bruno Daniel Sousa Caetano, 1.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, o subscrevi.

--- Manuela Ferreira (PPD/PSD) ---

Eu, abaixo assinada, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.

--- Bruno Sousa Caetano (1.º Secretário, PS) ---

Aos vinte e seis dias do mês de abril de 2019, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, nesta cidade de Marco de Canaveses, e estando presente o Presidente da Assembleia Municipal, Jorge Francisco Vieira, compareceu Flávia Isabel Pereira da Silva, portadora do cartão de cidadão n.º 109162293ZY0, válido até 04.05.2019, e NIF n.º 205585582, a fim de tomar posse como membro da Assembleia Municipal para preenchimento da vaga temporária do membro ausente César Baltazar Pereira Fernandes, de acordo com o disposto no art.º 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, nos termos do art.º 54.º do Regimento, e na sequência da comunicação de ausência por período inferior a trinta dias. O Presidente da Assembleia, depois de verificada a respetiva identificação, de acordo com a lista do Partido Socialista (PS), conforme lista da eleição realizada no dia 1 de outubro de 2017, por sufrágio universal e direto, e após a mesma ter prestado juramento legal, declarou-a instalada como membro deste órgão durante o período de ausência do referido membro. Para constar lavrou-se o presente termo, que depois de lido em voz alta vai ser assinado por todos os que nele intervieram, e que eu, Bruno Daniel Sousa Caetano, 1.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, o subscrevi.

--- Flávia Silva (PS) ---

Eu, abaixo assinada, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.



--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Ora, vamos entrar na ordem de trabalhos, no **Período de antes da ordem do dia**.

Ponto n.º 1.1, Apreciação e votação da ata da Sessão Ordinária do dia 23.02.2019.

Não votam a Fátima Cerqueira, o Leandro, Estela Freitas e Célia, porque não estiveram presentes.

Ora, quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Passamos de seguida ao **Ponto n.º 1.2**, Tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico, nos termos do art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e de acordo com o n.º 1 do art.º 18.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Ora, quem se inscreve, por favor?

--- Bruno Sousa Caetano (1.º Secretário, PS) ---

Vou recapitular o nome das pessoas inscritas: Maria Estela Freitas, Nélson Toni Coelho, Sr. José Couto, Sr. José Reis, Sr. Américo Moreira, Sr. Luís Vales, Bruno Caetano, Sr. Mário Luís, Gil Rodrigues, Fernando Monteiro, Maria José Cerqueira.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Ora, tem a palavra a Sra. Deputada Maria Estela.

--- Maria Estela Freitas (PPD/PSD) ---

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e Srs. Secretários, Exma. Sra. Presidente da Câmara Municipal e Srs. Vereadores, Exmos. Deputados desta Assembleia, público, órgãos de comunicação, Marcoenses:

De acordo com o estipulado na agenda, trago dois comentários e umas questões breves.

Começando pela primeira parte, gostaria de referir, para conhecimento geral, que o Agrupamento de Escolas de Alpendorada obteve a melhor pontuação, a nível global, no *ranking* estabelecido a partir dos resultados dos alunos internos nos exames nacionais entre as escolas deste concelho, ao nível do 3.º ciclo e do secundário. A Sra. Presidente, julgo que sabe, com certeza, e que está a par deste fator de sucesso atingido, pois faz parte do Conselho Geral. Este sucesso, para lembrar que foi atingido ainda mesmo antes da implementação do seu programa de sucesso escolar. Quero com isto sublinhar que o programa referido tem o seu mérito, claro, mas é relativo, pois o sucesso concernente aos resultados escolares depende de múltiplos fatores, e não apenas de uma iniciativa.

Congratulamos publicamente ainda a Unidade de Saúde Familiar de Alpendorada pela excelente avaliação de desempenho que obteve a nível nacional e internacional. Parabenizamos o Sr. Dr. António Filipe, já retirado, mas que muito contribuiu para o bom desempenho desta unidade; parabenizamos também a Dra. Alexandra Rabaçal e a sua excelente equipa. E eu, como utente desta unidade, só tenho que confirmar esta avaliação.



E agora, queria passar às questões, pois é tempo de avançar, para não demorarmos mais do que o necessário. Várias vezes eu tenho sido interpelada com questões do género: “Lá na Câmara, não há ideia, não se fala em avançar para a construção do pavilhão em Alpendorada?” Ora, referem-se esses munícipes à sua intenção, e cito, no manifesto eleitoral, de *“investir num pavilhão de desportos e multiusos para as modalidades mais praticadas, como o andebol e o futsal.”* Bom, para levar algum *feedback* a essas pessoas que me interpelam, eu coloco-lhe as seguintes questões: esta é uma promessa para cumprir, sim ou não? Já estão em curso estudos e projeto para esta obra? Em que local virá a ser construído o pavilhão?

Atendendo ao facto de que o desporto, nomeadamente andebol, e o clube ARCA, ganha cada vez mais destaque a nível nacional, é legítimo que os munícipes desejem condições condignas, desejem mostrar aos clubes e claques das várias localidades que nos visitam que aqui é Marco de Canaveses, e as infraestruturas de desporto são de referência. Também estamos cientes do recente investimento realizado no Pavilhão de Várzea do Douro, nas obras de melhoramento. Mas, volto a lembrar que o que está referido no seu compromisso com a população de Alpendorada, Várzea e Torrão é isto, investir num pavilhão de desportos e multiusos.

Obrigada. É só.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sra. Deputada. Tem a palavra o Sr. Deputado Néelson Toni Coelho.

--- Néelson Coelho (Presidente J.F. Santo Isidoro e Livração, PS) ---

Sr. Presidente da Assembleia, Sra. e Sr. Secretário, Sra. Presidente da Câmara, Sra. e Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Presidentes de Junta, comunicação social, estimado público:

Decorreram no dia de ontem as comemorações do quadragésimo quinto aniversário da revolução de abril. Pela primeira vez na história da democracia em Marco de Canaveses, estas comemorações do aniversário do 25 de abril saíram dos Paços do Concelho e tornaram-se, sem dúvidas, numas comemorações populares. Se bem se recordam, o refrão do hino do MFA, ontem tão bem interpretado pela Banda de Música de Vila Boa de Quires, canta que a vitória é de Portugal e do povo, e do MFA. E o povo respondeu afirmativamente. A Câmara Municipal aceitou este desafio de levar as comemorações para a rua, e provou-se que foi uma excelente decisão. O povo aderiu em massa, e o local tornou-se pequeno, tanto para a sessão de fados que se realizou na noite de 24, como para a sessão solene de 25. Foi absolutamente fantástico o ambiente que se viveu, foi gratificante ver o orgulho no rosto de cada habitante da minha freguesia.

Santo Isidoro e Toutosa foram sempre freguesias em que o espírito de abril esteve presente. Se algum dia as comemorações tivessem de sair dos Paços do Concelho, teria de ser para se realizar na minha freguesia. E o local não podia ser melhor, realizado no Largo da Igreja de Santo Isidoro, acabado de ser reabilitado, um anseio antigo das populações que agora se concretizou. Foi uma jornada extraordinária, da qual nos orgulhamos. Foi fantástico o trabalho dos funcionários da Câmara Municipal, que tudo fizeram para que tudo estivesse planeado ao pormenor, e que nada falhasse. A eles, quero aqui prestar uma homenagem e dizer muito obrigado, foram incansáveis.



Um agradecimento a todos aqueles que nos honraram com a sua presença. Mas, permitam-me um agradecimento especial ao Executivo, e em particular à Sra. Presidente, pela concretização desta ideia. Obrigado. Foi um gosto trabalhar em conjunto na realização destas comemorações. Estaremos sempre de braços abertos para receber iniciativas da Câmara Municipal. Prometemos que voltaremos a enviar convites e sugestões.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado José Couto.

--- José Couto (Presidente J.F. Penha Longa e Paços de Gaiolo, PS) ---

Muito boa noite. Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sras. e Srs. Secretários, Exma. Sra. Presidente da Câmara Municipal, Sra. e Srs. Vereadores, Exmos. Deputados e Presidentes de Junta de Freguesia, comunicação social, senhoras e senhores:

Venho aqui apresentar-vos a todos pessoalmente um convite para estarem amanhã presentes na minha freguesia, na sede da Junta de Freguesia de Penha Longa e Paços de Gaiolo, para inauguração da plataforma elevatória de escadas, e por conseguinte, também o Posto de Correios (CTT) e o Espaço do Cidadão, que também vai arrancar amanhã. É que, finalmente, a sede foi construída em 1989, e só agora é que fica equipada com este material, e com esta polivalência de várias possibilidades de fazer os documentos.

A Lei obrigava a que todos os equipamentos, que todas as instalações públicas tivessem acesso a todos. A minha sede, para quem conhece, está situada no primeiro andar de um edifício, em que por baixo tem o Centro de Saúde, e não tinha acesso a toda a gente. E agora, com este equipamento, além de ficarmos com os Espaços do Cidadão e o Posto dos CTT, temos possibilidade de acesso a todos – assim designado – para que possam ali tratar dos seus assuntos. E nomeadamente, uma das coisas também de alteração fundamental, são as eleições. As nossas eleições em Penha Longa eram sempre numa escola, que agora, com a sede que tenho, e com os equipamentos que lá tenho, vão a partir de agora ser feitas na sede da Junta, pelo que gostava de vos ver lá a todos, que certamente seria uma honra para mim.

Queria, contudo, agradecer à Câmara Municipal por este facto da instalação destes equipamentos, porque, de facto, fico com mais possibilidades de servir a população, a minha população da Freguesia de Penha Longa e Paços de Gaiolo, mas também a população das freguesias vizinhas.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado José Reis.

--- José Reis (PPD/PSD) ---

Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, comunicação social e caros ouvintes:



Sr. Presidente, eu só gostava de ter, relativamente ao concelho, o investimento no setor empresarial. Os Marcoenses gostavam de saber se está em vista algum programa de apoio para as nossas empresas. É um projeto que já foi anunciado para os empresários na internacionalização das empresas, atração e investimentos para o concelho, porque só assim os nossos empresários se sentem apoiados para o desenvolvimento das empresas. Premiar em especial, porque a nossa economia local está um pouco queixosa, e nós sentimos ali, na parte comercial. E este desenvolvimento todo, se realmente houvesse mais crescimento nas empresas, talvez houvesse mais movimento, melhor para a parte comercial, onde realmente se está a sentir e afetar um pouco. A minha questão era só essa, se realmente há algum projeto em vista.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Américo Moreira, por favor.

--- Américo Moreira (PPD/PSD) ---

Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Sra. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Vereadores, Srs. Presidentes de Junta, Srs. Deputados, público, comunicação social, caros Marcoenses:

Começo a minha intervenção por parabenizar a Câmara Municipal pela iniciativa de ontem, nas comemorações do 25 de abril, e congratular o Executivo pelo facto de descentralizar este tipo de ações, como é o caso do 25 de abril.

Quero também aqui dar uma palavra à Banda de Música de Vila Boa de Quires pelo maravilhoso espetáculo que nos deram, e por darem mais uma vez a prova de que Vila Boa de Quires e Maureles é sinónimo de música e cultura. Deixo, assim, a sugestão para que no próximo ano esta iniciativa seja feita na Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles.

Abril significa, como foi dito ontem, responsabilidade, democracia, descentralização e igualdade. Posto isto, venho aqui alertar a Sra. Presidente que a população de Vila Boa de Quires e Maureles merece que a Artâmega fique naquela freguesia. A descentralização deve ser feita em todas as vertentes, e de forma equitativa, de modo a poder abranger toda a população nas diferentes áreas.

Resumindo, os Marcoenses merecem todos as mesmas oportunidades. A Artâmega é um marco de formação no nosso concelho, escola essa criada pelo anterior Executivo, e deve continuar na Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles, e os Vilabonenses também merecem isso.

Outro assunto que me traz até aqui é congratular o grupo de jovens de Vila Boa de Quires e Maureles pela excelente iniciativa que tiveram na limpeza de toda a freguesia, atividade essa que teve o apoio da Junta de Freguesia e de outras entidades. O mesmo não podemos dizer em relação à Câmara Municipal. Sra. Presidente, quero aqui questioná-la se não acha importante este tipo de iniciativas, quais foram os motivos para que a Câmara Municipal não se tenha associado, neste caso, a esta iniciativa.

O Grupo Municipal do PSD também quer congratular o Marco 09 pelo primeiro lugar alcançado, e pela excelente prestação que fizeram no campeonato. A toda a Direção e jogadores, parabéns



pelo trabalho que têm feito, e pelo percurso que estão a fazer, são um exemplo de que vale a pena sonhar, e que nada é impossível. Os Marcoenses estão orgulhosos de todos vós.

Para terminar, e após alguns contatos por parte do Círculo da Ópera do Porto, questiono o Executivo por que não querem um concerto de ópera no Marco, qual o motivo, e por que não dão qualquer *feedback* a essa meritíssima instituição.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Vales.

--- Luís Vales (PPD/PSD) ---

Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Srs. Secretários, Sra. Presidente de Câmara, Srs. Vereadores, Sra. Vereadora, estimados colegas, membros desta Assembleia, Marcoenses.

Antes de mais, queria aqui deixar uma palavra às famílias e às vítimas do acidente que ocorreu hoje numa pedreira da nossa terra, desejando-lhes, naturalmente, uma rápida recuperação.

Também fazer uma saudação especial ao Grupo Cultural e Recreativo da Aldeia de Canaveses, pelo magnífico evento de promoção do pão podre, que é um doce típico de Sobretâmega, e que, de facto, permitiu elevar bem alto, e além aqui do concelho, também este nosso conhecimento sobre este nosso doce. E por isso, também aqui uma palavra para este Grupo Cultural e Recreativo.

E dito isto, eu gostaria aqui de saudar o Sr. Presidente da Assembleia Municipal por ter escolhido o tema da violência para a Assembleia Municipal de Jovens deste ano. É um tema que na última Assembleia Municipal o PSD aqui chamou à atenção, e fizemos um conjunto de propostas, mas que foram completamente colocadas de lado pela Sra. Presidente de Câmara, por considerar que terá competências nesse âmbito, fruto da delegação do Governo. Eu aproveito, por isso, para questionar desde já a Sra. Presidente de Câmara sobre o que é que tenciona fazer para diminuir a incidência da violência doméstica e da violência no namoro no nosso concelho, e se já tem algum programa estruturado, com medidas concretas neste sentido, para além de ter renovado o protocolo – que, aliás, já existia – com a Rede de Municípios Solidários, em associação com a CIM (se não estou em erro), com as vítimas de violência doméstica. No âmbito das competências que diz que serão delegadas no Município, o que é que tenciona este Executivo fazer quanto a esta questão que tanto nos deve preocupar.

Sra. Presidente, quase dois anos volvidos desde que a Sra. Presidente e este Executivo tomaram posse, com um programa eleitoral, aliás, bastante ambicioso, em que prometeu a resolução do problema com as Águas do Marco, levar água e saneamento a todos, isentar de forma imediata os Marcoenses do pagamento de taxa de ligação à água e saneamento, requalificar a zona industrial do Marco e de Alpendorada, a criação do Centro de Negócios do Marco, com incubadora de empresas, requalificar as áreas centrais de todas as freguesias – de todas as freguesias – reivindicar – aliás, em alguns manifestos até dizia forçar o Governo para que construa o IC35, promover a reabertura da Linha do Tâmega em bitola larga, melhorar a rede de transportes



públicos em todas as freguesias, aumentar os espaços de estacionamento nas zonas de maior afluência no centro da cidade, um novo acesso de Bitetos a Vilacete, alteração do pavimento da estrada da cidade, construir a Ecopista do Tâmega, ligando Alpendorada, Várzea e Torrão, Bem Viver e Vila Boa do Bispo, entre muitas, muitas outras, como era o caso da aquisição de viaturas híbridas e elétricas para os serviços municipais.

Ora, na última edição da revista intitulada “O meu Marco”, a Sra. Presidente faz, com pompa e circunstância, propaganda à conclusão das obras de eletrificação da Linha do Douro, entre Caíde e Marco, e referindo, e cito: *“Finalmente se cumpre a promessa de décadas da eletrificação da linha.”* Ora, esta obra foi, depois de décadas de ter sido constantemente adiada, cancelada, congelada pelos Governos do Partido Socialista, lançada e adjudicada pelo Governo do PSD. Ou seja, esta promessa foi cumprida pelo PSD, e está hoje no terreno graças ao Governo que teve a *troika* em Portugal, mas que, mesmo assim, fez mais investimento do que durante estes últimos quatro anos de governação do Partido Socialista.

Verificamos ainda que, e como dizia há pouco, a Câmara adquiriu novos automóveis para renovar a frota da autarquia. Ora, o PSD considera que era vital este investimento, mas também constatamos que esta foi mais uma promessa não cumprida do Executivo do Partido Socialista, que se tinha comprometido no seu programa eleitoral a adquirir viaturas híbridas e elétricas para os serviços municipais, e afinal, as viaturas não são híbridas, nem elétricas, e irão para os serviços municipais. É, por isso, um exemplo, daquilo que se costuma dizer, palavra dada, neste caso, não foi palavra honrada.

Foi também anunciado que este ano teremos, finalmente, as obras do PARU que o anterior Executivo do PSD deixou em cima da sua secretária, já devidamente aprovadas, com financiamento garantido. E o PSD espera agora, e olhando para o futuro, que este Executivo tenha a arte e tenha também o engenho para as executar de forma a minimizar os possíveis constrangimentos que estas poderão causar aos Marcoenses. E por isso, aproveito para lhe perguntar, Sra. Presidente, o que é que tenciona o Executivo fazer para minimizar os possíveis constrangimentos que daí podem advir.

E finalmente, Sra. Presidente, nós teremos eleições europeias dentro de um mês, e gostaria de aqui apelar aos Marcoenses para que participem ativamente nessas eleições. E aqui apelo aos Marcoenses para que não se esqueçam, e prestem boa atenção à revista deste Executivo “O meu Marco”, onde o atual candidato do PS a estas eleições, Pedro Marques, aparece ao lado da Sra. Presidente de Câmara. O Pedro Marques foi Ministro das Infraestruturas deste Governo, cancelou a obra do IC35, congelou e meteu na gaveta a ligação entre o Marco e Baião, Marco e Cinfães, foi o mesmo que aqui veio prometer novos comboios, que parece que nem nesta linha serão utilizados, foi o mesmo que cortou o investimento como não há memória, e que prejudicou os Marcoenses e os habitantes desta região, que é a mais empobrecida do país. Mas, voltando aqui a esta questão, naturalmente que o voto diz respeito a cada um dos cidadãos, e apelamos aqui à Sra. Presidente e à Câmara Municipal para que se esforce para que as pessoas possam tomar uma decisão correta, após avaliarem os candidatos ao Parlamento Europeu. E por isso, penso que também é função da Câmara promover e sensibilizar os jovens e os menos jovens para que votem, e que participem ativamente nestas eleições, escolhendo, naturalmente, aqueles que, de facto, nos dão garantias de que farão um bom trabalho, e que não chegam à Europa e esquecem as necessidades dos seus eleitores.



Muito obrigado, Sr. Presidente.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Caetano.

--- Bruno Caetano (PS) ---

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, Exma. Sra. Presidente da Câmara Municipal e restantes vereadores, colegas de Assembleia Municipal, Presidentes de Junta aqui presentes, comunicação social e estimado público, muito boa noite a todos.

Por acaso, do meu lugar vim aqui um bocadinho reticente, porque, confesso, o colega que me antecedeu aqui na intervenção, acho que na parte final não ficou muito bem na fotografia, e tenho que lhe dizer aqui, relativamente à intervenção para com esta Assembleia. Acho que não é o momento para o fazer aqui, e acho que deveria ter respeitado a Assembleia relativamente a essa situação. Mas, o seu a seu dono.

Antes de entrar no trabalho que aqui me traz a esta intervenção, queria aproveitar para felicitar, porque também acho que é um assunto de importância relevante para o concelho e para os assuntos autárquicos, felicitar a eleição da nova Comissão Política da JSD, que julgo que será liderada pelo Francisco Sousa Vieira, que é um jovem do nosso Município que tem dado já algumas palavras em outras intervenções, que não políticas, e é de bom grado que nós vemos chegar juventude deste modo aqui ao nosso concelho. Num momento como este, como sentimos que foi de fundo algum do discurso acerca do 25 de abril, que os jovens estão cada vez mais afastados da política, e é de saudar que estes jovens políticos entrem em ação neste momento da política nacional. Como tal, sejam bem-vindos.

Ontem, todos nós tivemos o privilégio de ser convidados para participar das comemorações do 25 de abril, que decorreram pela primeira vez (julgo eu) fora do âmbito do centro da cidade, neste caso na Freguesia de Santo Isidoro e Livração, e foi uma forma de nós descentralizarmos a política. Fomos lá muito bem recebidos. É de ressaltar que a população aderiu em massa, apesar da intempérie que se sofreu no local. E gostaria também de aproveitar para saudar – julgo eu, e julgo que não vou estar enganado ao dizer que foi a primeira utilização do novo equipamento adquirido pela Câmara, a tenda, que julgo que nos dará muito jeito, e que, se calhar, poderá minimizar futuramente os alugueres que nós fazíamos para a utilização deste tipo de equipamentos.

Aproveito o mote para perguntar também à Sra. Presidente da Câmara se este tipo de eventos, o 25 de abril e outros, se também serão para descentralizar para outras partes do concelho, e se será a primeira de muitas destas novas oportunidades que teremos.

No passado dia 1 de abril – dia que teria tudo para ser mentira, mas afinal foi verdade – houve a reabertura do troço Caíde – Marco da Linha do Douro, após quatro meses de obras de modernização. Muito se falou sobre esta paragem de circulação, muitos deles até puseram em causa se ela voltaria a circular, mas o trabalho realizado por este Executivo no acompanhamento deste caso – e houve muitos deles que até foram mote disso na última Assembleia, com a



readaptação de alguns dos horários para utilização deste período de transtorno – acho que foi bem-vinda a abertura, e felizmente já vemos outra vez os comboios a passar na Linha do Douro.

Relativamente a este assunto, só quero aqui transcrever uma mensagem de um Marcoense, que deixou na página de *Facebook*, e espero que ele não fique zangado de transcrevê-la aqui literalmente. O senhor em causa, como é público, acho que posso utilizar o nome dele, que é o Fernando Oliveira, e diz na página relativamente a esta questão, a uma publicação da Câmara Municipal: *“Ainda não era ferroviário, nem pensava ser. Fui durante quarenta anos, e já se falava da eletrificação da Linha do Douro até ao Marco. Já estou reformado há oito anos. Será que é agora? Começo a acreditar.”* Pois, eu também começo a acreditar, mas eu também sou como S. Tomé, é ver para crer. O que é facto é que os comboios já estão a passar. Agora, esperemos que a eletrificação venha definitivamente. Sra. Presidente, já temos data para a chegada dos comboios elétricos ao Marco de Canaveses?

Não deixando o tema dos comboios de lado, no passado mês de março também tivemos o privilégio de ter aqui na nossa CIM uma pequena *tournee* do nosso Primeiro Ministro António Costa, que veio apresentar o plano de redução de tarifário para a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa. E em que é que se traduz este plano? Brevemente, vão entrar em vigor novos preços de passes multimodais (comboio e autocarro), passe para comboios urbanos e passe para viagens entre a CIM. Haverá também ainda um multimodal de quarenta euros (40€) que fará a ligação da Área Metropolitana do Porto. O que é que isto quer dizer? Que brevemente nós teremos os comboios a circular entre o Porto e o Marco, com novos preços. Atualmente, o passe mensal custa oitenta ponto quarenta e cinco euros (80,45€) por mês. A partir da data em que entrar em vigor esta medida, ele terá um custo de quarenta euros (40€). Fazendo contas rápidas, e hoje sabendo que temos cerca de quarenta assinaturas ativas no Concelho do Marco, que liga o Marco ao Porto, é possível prever que em um ano de assinaturas, cada pessoa fará uma poupança de quatrocentos e oitenta e cinco euros, ponto cinquenta (485,50€). Multiplicando pelas trezentas assinaturas, quer dizer que as famílias do Marco vão ter capacidade de indiretamente poupar mais de cento e quarenta e cinco mil euros (145.000€) anuais, o que eu acho que é muito significativo. Alguns de vocês aqui na sala, como eu já ouvi dizer até, inclusive, que certamente irão dizer que isto é propaganda política. Por mim, não digo que é isso; acho que isto é uma justiça social, que a todos nós, e principalmente ao Partido Socialista, muito devemos prezar.

Para terminar, queria só aqui ressaltar também, relativamente à Assembleia Municipal Jovem, que vai ocorrer na próxima segunda-feira, sobre o tema da violência, acho que é um tema muito atual, e felicito o Presidente desta Assembleia pelo tema que aqui traz – de resto, foi-nos apresentado no jantar de confraternização de todos os membros da Assembleia. E julgo que na próxima Assembleia teremos aqui novidades dos nossos jovens, e esperemos que conforme tem sido produtivo nos outros anos, que na próxima também consigamos fazer aqui o mote, e seja aqui um meio de transmissão para todos vocês, para que, inclusivamente, algumas dessas medidas possam ser aplicadas aqui no desenvolvimento do nosso concelho.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Luís, por favor.



--- Mário Luís Monteiro (CDS-PP) ---

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sra. e Sr. Secretários, Sra. Presidente da Câmara, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, e permitam-me uma saudação em particular ao regresso, embora temporário, do Sr. Vereador Vítor Gonçalves.

Gostaria, naturalmente, de começar já pelo que está mais fresco, e estamos na onda ainda da celebração do 25 de abril, das comemorações do 25 de abril, naturalmente saudar, como já aqui foi referido, o facto de ter sido realizada esta experiência de descentralizar as suas comemorações. Penso que resultou, penso que é uma boa ideia, e talvez se deva manter. Pronto, houve ali uns problemas, o S. Pedro não estava muito bem disposto, mas apesar de tudo correu bem.

Também, naturalmente, voltar a dar os parabéns pelo tema da Assembleia Municipal de Jovens, que se realizará na segunda-feira, onde conto estar presente. Penso que desde que elas começaram, não faltei a nenhuma – não estando na totalidade delas, naturalmente – e fico satisfeito também, e orgulhoso, por ter participado na Mesa que lançou essa iniciativa.

Relativamente agora um pouco à parte desportiva, só dar nota da realização da Final Four da Taça de Portugal de Andebol de Seniores, que vai decorrer em Várzea do Douro, em 25 e 26 de maio, e onde a ARCA estará presente nesse grupo pela primeira vez na sua história. Naturalmente, aqui agradecer a colaboração da Câmara Municipal, que permitiu – porque o clube, só por si, não conseguiria organizar tal evento – agradecer a colaboração da Câmara Municipal e, naturalmente, também manifestar a minha satisfação por ver concluídas as obras no Pavilhão de Várzea do Douro, que vai ter condições para receber esta final. Naturalmente que não vou referir o que foi aqui dito, porque essas promessas, nós estamos sempre a aguardar que as promessas sejam cumpridas, e temos que acreditar que elas irão ser cumpridas a seu tempo, e como a minha colega e amiga Estela Freitas, também anseio por um pavilhão.

Dar nota do grande sucesso que foi, e a Sra. Presidente pôde testemunhá-lo, o Campeonato Regional de Fundo do Norte de Portugal, realizado em 16 de março, que teve seiscentos e nove inscritos, e desta vez sim, o S. Pedro colaborou e esteve um dia espetacular.

Aproveitar aqui o momento para manifestar uma preocupação – e permitam-me, eu sei que sou um pouquinho chato, permitam-me o termo, relativamente a estes temas da canoagem, mas quero aqui manifestar uma preocupação, nós temos uma promessa também de construção de uma pista de canoagem, e a minha preocupação prende-se com o facto de a Autarquia de Vieira do Minho ter já entrado em contato com a Associação de Canoagem do Norte, mostrando grande interesse em, porventura, se ela não vier a ser feita aqui, de construir essa pista de canoagem em Vieira do Minho, na zona do Ermal. Isto, na minha opinião, só prova que, de facto, isto é um investimento que é uma mais valia para uma região, porque traz um retorno económico significativo, como acontece na Aguieira, como acontece em Montemor-o-Velho, e como gostaria também de ter a Câmara de Viana do Castelo, só que não tem aquilo que nós temos, as melhores condições naturais para isso. Portanto, o meu apelo é que estejamos atentos a isso.

Já está programada também, e em contato com o Sr. Vereador Paulo Couto, nós temos tido alguns contatos, também já está programada uma reunião com a Associação de Canoagem do Norte e um representante da Federação, que também iremos, naturalmente, estar presentes e dar o nosso apoio.



Lamentando hoje, e eu estava lá em Alpendorada, não me apercebi do acidente, lamentar, naturalmente, o acidente que hoje ocorreu, que vitimou dois cidadãos dos lados de Penafiel.

Gostaria só, porque vi há dias uma carta aberta, se a Sra. Presidente poderia dar uma explicação sobre o que é que se passou, de alguém dos Bombeiros de Entre-os-Rios, que se queixava de terem sido discriminados numa atividade realizada aqui no concelho. Não estou por dentro de qual é o problema, mas penso que seria bom haver uma pequena explicação para isso.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Rodrigues.

--- Gil Rodrigues (PPD/PSD) ---

Exma. Mesa, Exma. Vereação, caros colegas deputados, Marcoenses, comunicação social:

Mais uma vez, venho cá refletir. Uma vez que tenho que ter cuidado com as minhas intervenções, tenho que refletir. Tenho que vir com calma, para não ser, de certa forma, intitulado de arrogante.

Por momentos, julguei estar a ter um pesadelo e voltar a 1973, tal foi a forma como fui apelidado de arrogante nesta Assembleia, e sem que o Sr. Presidente da Assembleia reagisse, ao ponto de ter de pedir a defesa da honra, e na resposta, ser novamente intitulado de arrogante. Sr. Presidente, espero uma decisão diferente da próxima vez.

E na mesma reflexão, vou pedir à Sra. Dra. Cristina Vieira que faça uma retrospectiva, e que vá às Assembleias dos últimos dois mandatos, em que eu fui testemunha ocular, e veja as suas próprias intervenções. E depois, na próxima Assembleia Municipal, venha cá adjetivar esse tipo de atitude nessas intervenções.

Dito isto, quero congratular-me e dizer-vos que gostei que tivessem dito que eu era uma pessoa empenhada, e que estive muito bem na campanha eleitoral, que fiz de tudo para a minha equipa vencer. Para mim, isso é um elogio, sou uma pessoa de luta, e que luta por aquilo que acredita, e sei que muita gente gostava de ter pessoas como eu ao seu lado, sem interesses secundários, sem precisar de “favorzinhos”.

É só. Boa noite.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Monteiro.

--- Fernando Monteiro (Presidente J.F. Vila Boa de Quires e Maureles, PPD/PSD) ---

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, caro amigo, Dr. Jorge, cara secretária e caro secretário, Sra. Presidente da Câmara, Sra. e Srs. Vereadores, caros colegas Presidentes de Junta, membros da Assembleia, público e cidadãos que nos ouvem em suas casas.



Em primeiro lugar, queria felicitar também a Câmara Municipal pelo dia de ontem, e o colega Presidente de Junta de Santo Isidoro e Livração, pela forma como nos recebeu. Mas, aquilo teve um brilho especial, com aquelas notas da minha terra, porque sem isso, aquilo não tinha piada nenhuma. Por isso, agradecer também à Câmara Municipal, de sempre querer ter a nossa querida Banda de Música de Marco de Canaveses – porque é a única, e por isso é a melhor do Marco e da região – e dizer-vos que foi com muito gosto que lá estivemos, e com certeza a Banda de Música irá estar sempre também a dar música às pessoas do concelho, e não só.

Por isso, felicitá-los, dizer que correu bem, e da minha parte, felicitar o Executivo pela iniciativa. E também desafiar o meu caro amigo Presidente da Assembleia Municipal, porque Vila Boa de Quires e Maureles, nos anteriores mandatos, foi a primeira freguesia do concelho a receber uma sessão da Assembleia Municipal fora dos Paços do Concelho. Por isso, meu caro amigo, está já desafiado a levar a Assembleia, e nós prometemos não lhe dar música nesse dia, a Vila Boa de Quires e Maureles. Era com muita honra que a nossa querida freguesia do lado de lá do Tâmega, que faz fronteira com Penafiel, mas com certeza iria recebê-los como sempre, bem, da melhor forma que nós sabemos.

Por isso, o meu caro amigo Américo antecipou-se aqui um bocadinho na minha intervenção, porque eu nunca digo que vou intervir, nem o que vou falar, porque eu falo o que sinto, vou fazê-lo sempre enquanto estiver nesta casa, e enquanto estiver a defender as pessoas de Vila Boa de Quires e Maureles. Por isso, agradecer ao Américo por lembrar a iniciativa que foi feita “Pintar de Verde”, na Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles, não foi limpar a freguesia toda, mas sim algumas artérias em que nós não queríamos limpar, mas sim sensibilizar, pela problemática do ambiente, pela problemática do plástico – como dizia um amigo meu, nem a terra os come, e então, nós dizemos que aquilo demora quatrocentos anos a desaparecer na terra, e nós queríamos sensibilizar as pessoas. Apareceram cerca de sessenta jovens, o Sr. Vice-presidente da Câmara esteve lá na parte final, apareceram, foi uma tarde produtiva. Eu acho que não conseguimos encher o camião, porque aquilo depois aperta muito, eu tinha a esperança de que aquilo ficasse muito cheio, mas foi uma tarde muito produtiva. Agradecer em público aos jovens e às pessoas que connosco andaram toda a tarde a apanhar plástico, a apanhar tudo o que nos aparecia nas ruas e nas bermas, e sobretudo as pessoas perguntar-nos o porquê, e tentar sensibilizá-las, a Junta fez um panfleto a explicar a problemática do ambiente. Por isso, agradecer aos jovens.

Quanto à Artâmega, eu só queria dizer uma coisa quanto a isso, Sra. Presidente: eu ainda tenho esperança que a Sra. Presidente vai conseguir que ela fique em Vila Boa de Quires e Maureles. E mais não digo. A esperança é a última a morrer, e eu tenho essa esperança dentro de mim. Por isso, eu acho que juntos, quer a freguesia, quer a Câmara, vamos conseguir que a Artâmega fique em Vila Boa de Quires e Maureles.

Por isso, também dizer-vos, e queria questionar o Executivo em duas ou três questões que me preocupam na minha freguesia. Uma, eu acho que vou ser intitulado de Presidente de Junta que mais fala no saneamento básico, mas nunca me vou cansar de fazê-lo, porque acho que é uma prioridade sempre, fazia-o nos anteriores mandatos, e vou continuar a fazê-lo, porque me preocupa. Graças a Deus, temos uma parte resolvida da freguesia, a parte de Quatro Irmãos, parte da Gaia, daquela parte mais populosa de Quatro Irmãos, e parte de Maureles, que vai para uma ETAR que foi construída em Maureles, mas preocupa-me muito a parte da Agrela, a parte mais industrializada da freguesia, e que mais uma vez ele está a correr diretamente para o Rio Bufo, e



que vem poluir o Rio Tâmega. Por isso, eu queria saber o que é que a Câmara Municipal também já tem projetado para essa situação desse saneamento, e que iria resolver também o problema da parte da Tapada, da Cruzinha, de Quires, e da parte do Barreiro e da Agrela, resolvia toda esse problema.

Depois, também dizer-vos que propus até à Câmara Municipal, que há uma fossa a céu aberto na Gaia de Cima, que está a correr neste momento a céu aberto por produções de vinhas, e também propus à Câmara Municipal ser criada uma estação elevatória na parte do Prado, em que ele fosse bombeado para a parte de S. Sebastião, e correria com certeza para a ETAR de Maureles, que ainda tem capacidade para recolher essa parte. Acho que resolvíamos essa fossa da Gaia de Cima e a fossa da Tapada. Propus à Câmara Municipal, gostaria de saber se estão na disponibilidade de fazer isso, porque acho que era uma prioridade, que era pouco investimento, e resolvíamos esse problema de duas fossas a céu aberto.

Também dizer-vos que queria perguntar também sobre algumas questões que tenho colocado à Câmara Municipal sobre a iluminação pública, fiz alguns pedidos sobre iluminação pública na minha freguesia, nomeadamente a entrada da freguesia, da parte de Sobretâmega, porque tem ali a entrada que partilha com Sobretâmega, até à rotunda de Lordelo, há ali cerca de trezentos metros (nem chega a trezentos metros) sem iluminação pública. Acho que era importante, nas partes das entradas da freguesia, ter essa parte, já o temos pedido. E na parte de Maureles, de quem vem de Abragão, da mesma forma, até porque há intenção de criarmos ali um parque, um miradouro, e ficava bem iluminado, e era de todo o interesse termos essas partes iluminadas.

Tenho mais duas ou três ruas, nomeadamente a Rua dos Queirozes, que também vai diversas vezes à Quintinha da Irene, como é chamada, temos aquela parte muito escura, também pedimos essa iluminação. É um anseio das pessoas, e até das pessoas que nos visitam, porque se confundem muito nos caminhos, e acho que era importante iluminar essas artérias.

Depois, também perguntar à Sra. Presidente se tem alguma coisa, então, quanto à Escola de Maureles, nomeadamente na retirada do amianto, e de reestruturação um bocadinho daquela escola, se há alguma planificação das obras, se vamos ter essa planificação para o verão, porque acho que devemos pensar – eu criticava também os anteriores Executivos por, às vezes, não planearem, e nós não estruturarmos as coisas. Por isso, queria saber se vamos fazê-lo nas férias grandes, até para ficarmos a saber e a escola se adaptar também, para depois o início do próximo ano letivo.

Tenho dito. Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra a Sra. Deputada Maria José Cerqueira. Eu vou alertar para o facto de que o tempo já está esgotado. Mesmo assim, nós vamos aceitar, agradecia que fosse breve.

--- Maria José Cerqueira (Presidente J.F. Várzea, Aliviada e Folhada, PPD/PSD) ---

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Sra. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, público, comunicação social, Marcoenses:



Eu começo por apresentar um voto de pesar:

“Foi com profunda tristeza que no passado dia 13 de março os Marcoenses se viram confrontados com a triste notícia do falecimento do Dr. Bento de Fátima Miranda Marinho. A complexidade de sentimentos, mas sobretudo a surpresa e a incredulidade que a todos assolou, marcará em todos nós aquele fim de manhã do dia 13 de março de 2019.

Ao longo da sua vida, o Dr. Bento Marinho deixou bem vincada a sua passagem em áreas tão diversas como o desporto, a vida empresarial e a gestão autárquica.

Neste momento de consternação e dor, é nosso dever recordar a dimensão humana, profissional e cívica deste cidadão Marcoense, e deixar registo para memória futura, transmitindo o mais sentido pesar à família e amigos, que mais intensamente sentirão a sua ausência.

Como autarca, merece que recordemos as funções desempenhadas como vereador e Vice-presidente da Câmara Municipal do Marco de Canaveses no mandato de 2005-09, ocasião em que assumiu responsabilidades de gestão na área do urbanismo e das finanças municipais. No mandato seguinte, foi eleito e tomou posse como membro da Assembleia Municipal do Marco de Canaveses, tendo exercido esse cargo até 2011.

Neste período, merece a nossa consideração a forma nobre e o mérito do seu desempenho, contribuindo de forma inegável para o desenvolvimento do nosso concelho.

Na sua juventude, foi um atleta e praticante de desporto que honrou as cores das coletividades que representou, e onde construiu amizades para o resto da vida, tal como ficou bem vincado por ocasião das cerimónias fúnebres.

Mais recentemente, a dedicação à causa pública levou a que assumisse responsabilidades na Santa Casa da Misericórdia de Marco de Canaveses, instituição onde exerceu funções ao nível dos corpos sociais, e onde colocou ao dispor os seus conhecimentos técnicos de economista.

No mundo empresarial, foi sempre um inovador, e mesmo nos momentos mais difíceis, procurou ir ao encontro de novas soluções, assumindo novos desafios.

Assim, propõe-se que a Assembleia Municipal de Marco de Canaveses, na sua reunião ordinária do dia 26 de abril de 2019, delibere:

- Aprovar o presente voto de pesar pelo falecimento do Dr. Bento de Fátima Miranda Marinho, guardando um minuto de silêncio em sua memória;

- Manifestar à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste voto de pesar.

*Marco de Canaveses, 26 de abril de 2019,
Os proponentes”*

Este voto de pesar é subscrito pelos Grupos Municipais desta Assembleia e pela Exma. Mesa, o qual agradecemos.



Agora, Sr. Presidente da Assembleia, tinha aqui umas questões também para colocar, não sei se me é permitido.

Enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Várzea, Alviada e Folhada, quero aqui manifestar a minha preocupação com o aumento inesperado da recolha de águas residuais e limpezas de fossas. Já tive oportunidade de falar pessoalmente com o Sr. Vice-presidente sobre este assunto, mas acho que é importante frisá-lo aqui nesta Assembleia. Com a inexistência de rede de saneamento na minha freguesia, a população vê-se obrigada a recorrer aos serviços da empresa Águas do Marco para o despejo das suas fossas. Acontece que até ao início do mês de março, depararam-se com o aumento de cerca de dez euros (10€) por cada limpeza – aumento de dez euros (10€), quem pagava dezanove ponto setenta e oito euros (19,88€), paga agora vinte e nove ponto sessenta e oito (29,68€). Temos recebido queixas de descargas destes resíduos para a via pública na minha freguesia, normalmente feitas à noite, ou com tempo de chuva. No meu entender, estas atitudes devem-se à revolta da população pela falta de saneamento na freguesia, na demora da recolha, que já chegou a atingir os dois meses após o pagamento e requisição do serviço, e agora também devido ao aumento de quase cinquenta por cento (50%) pelo serviço de recolha.

Sra. Presidente, venho aqui sugerir que seja a Câmara Municipal a suportar este aumento, já que a população de Várzea, Alviada e Folhada já é penalizada pela ausência da rede de saneamento no seu território, e pelo facto de ser a única freguesia do concelho classificada como de baixa densidade.

Não vale a pena falar naquilo que não se fez, e realmente, que não houve obra a nível de saneamento e água na minha freguesia, porque nos últimos anos fez-se muita obra na Freguesia de Várzea, Alviada e Folhada. Eu estava lá, vi e agradei, como estarei lá agora, e no futuro, para ver e agradecer, se o mesmo acontecer.

Gostaria também de perguntar ao Executivo Municipal se está a prever ainda no atual mandato iniciar a construção da nova ponte sobre o Rio Ovelha, em Várzea, uma vez que tenho conhecimento de que o projeto já se encontra em fase de execução. O desenvolvimento da Freguesia de Várzea, Alviada e Folhada passa também – não só, mas também – pela criação de novas vias de ligação para todos os veículos automóveis, uma vez que está proibida a passagem na Ponte de Várzea aos automóveis pesados, tanto do lado nascente, como do lado poente. Por isso, além da Ponte de Várzea, a construção de uma segunda ponte, e agora no Lugar do Arco, na Folhada, torna-se também uma grande necessidade. Com a obra da requalificação da ponte românica do Arco, na Folhada, agora em curso, era importante esta passar a via pedonal, mas para isso será necessária a construção de uma ponte alternativa para aquele lugar, na Folhada.

Resumindo, com a necessidade de construção de duas pontes na Freguesia de Várzea, Alviada e Folhada, é urgente programar a construção da Ponte de Várzea para que, posteriormente, possam pensar na Ponte da Folhada.

Só mais uma questão: com a transferência da responsabilidade da gestão da água do depósito do Calvário da Folhada para o Município de Marco de Canaveses, eu pergunto ao Executivo, à Sra. Presidente ou ao Sr. Vice-presidente, quais as garantias que podemos dar à população relativamente ao controlo da água daquele depósito. Este depósito serve atualmente o edifício da



sede da Junta na Folhada, os sanitários públicos e o cemitério paroquial. Com a passagem desta responsabilidade para a Câmara Municipal, temos esta água daquele depósito sem as devidas análises. Convém referir que a eletricidade, o pagamento da fatura da eletricidade referente ao contador do furo da água que abastece o depósito do Calvário da Folhada é paga atualmente pela Junta de Freguesia de Várzea, Aliviada e Folhada.

Sr. Presidente, agradeço o tempo que me dispensou. Muito boa noite.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sra. Deputada. Ora, eu dou a palavra à Sra. Presidente, por favor.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigada, Sr. Presidente da Assembleia. Queria antes cumprimentar todos, Srs. Vereadores, caros deputados, Srs. Presidentes de Junta, estimado público e comunicação social.

Ora, então, eu vou começar pela Sra. Deputada Estela Freitas, que nos fez aqui uma intervenção sobre a área da educação. E eu queria dizer à Sra. Deputada Estela Freitas que eu até achava estranho que alguém que não estivesse ligado à área da educação, nesta altura do campeonato, ainda não conhecesse o projeto da Câmara Municipal, que se designa “#sucessoescolar”. Mas, como felizmente a Sra. Deputada tem responsabilidades, e muitas, na área da educação, eu vou ler-lhe só algumas das medidas que estão neste panfleto, que se chama “#sucessoescolar”, e que não é apenas uma iniciativa, como a Sra. Deputada aqui quis fazer passar a mensagem, de que o sucesso escolar dos alunos no Marco de Canaveses não depende de uma iniciativa da Câmara Municipal. Não é uma; são muitas, e não são iniciativas, são medidas concretas, com objetivos específicos, que vão ser mensurados e avaliados. E eu vou ler-lhe, e vou fazer o favor de lhe oferecer, no final, este panfleto, para a senhora ler com algum cuidado em casa. Objetivos do projeto “#sucessoescolar”: reforçar o sucesso escolar, reduzir os níveis de abandono e absentismo escolar, prevenir, intervir e acompanhar no domínio psicossocial, fortalecer a intervenção na terapia da fala, estimular o desenvolvimento integral dos alunos nas suas dimensões socioculturais, melhorar as condições físicas das escolas do concelho, enriquecer a ação social na escola, reforçar as atividades de enriquecimento curricular, promover estilos de vida saudáveis na alimentação, como foi o caso do projeto que falou, da ementa saudável e da lancheira saudável, consolidar a educação inclusiva.

E em relação a isto, que são objetivos muito gerais, eu vou dar-lhe alguns exemplos de objetivos específicos. Programa de intervenção junto de alunos em transição do 1.º para o 2.º ciclo, o projeto chama-se “Esta é a escola para onde eu vou”; inserção de pessoal não docente, que já fizemos – aliás, como sabe, fizemos um concurso para podermos contratar pessoas para tomar conta dos nossos alunos que têm necessidades de educação inclusiva; obras nas instalações e equipamentos nas escolas – Sra. Deputada, queria lembrar-lhe que no ano passado, durante o verão, como ainda agora foi aqui referido pelo Sr. Presidente da Junta de Vila Boa, que tem essa preocupação, planeámos um conjunto de obras em muitas escolas do concelho, estão aqui os Srs. Presidentes de Junta que certamente se lembram quais foram as obras que foram feitas nas escolas, e eu também tenho aqui algumas, que mais à frente lhe vou dar conta, se tiver essa oportunidade. Formação artística integrada nas atividades de enriquecimento curricular, a Artâmega está a fazer aulas de música, teatro e outras expressões, com todos os alunos do 1.º ciclo do ensino básico; Plano Municipal para a Vida Saudável, plano de acompanhamento de



nutrição e promoção da prática do desporto – temos, por exemplo, uma nutricionista a fazer a implementação das ementas saudáveis, a fazer formação com todas as colaboradoras dos refeitórios e cozinheiras. Atividades lúdico-pedagógicas; aquisição de equipamentos – como foi agora o caso, por exemplo, desta iniciativa da “Magia da Páscoa”, do natal, em que também incluímos o comércio local e o comércio tradicional; aquisição de equipamentos de segurança para implementação das medidas de autoproteção – estamos a fazer um grande investimento em medidas de autoproteção em todos os estabelecimentos de ensino; implementação do Programa “Dicas”, que visa a sinalização, encaminhamento e acompanhamento dos alunos do pré-escolar ao ensino secundário, temos duas terapeutas da fala a trabalhar diretamente com os Agrupamentos de Escolas, uma psicóloga e duas assistentes sociais; promoção da canoagem – incluímos a canoagem como prática desportiva potenciadora de hábitos de vida saudável; introdução do teatro; aquisição de *kits* para atividades experimentais, como os *kits* de ciência; as salas do futuro, o equipamento de robótica para proporcionar experiências aos alunos, que eles até agora nunca tiveram; aproximação efetiva das famílias, através das atividades inovadoras no âmbito da conversa de pais, com os encarregados de educação; implementação do programa “Mentoring”, que consiste no acompanhamento do aluno por um tutor; apoio e capacitação do associativismo estudantil; promoção de orientação escolar vocacional e suporte na construção de projetos de vida, com a Mostra da Qualificação, que também fizemos este ano; criação de equipa promotora de sucesso – que já falei das terapeutas da fala, das duas psicólogas e assistentes sociais que trabalham só com os Agrupamentos de Escolas – só com os Agrupamentos de Escolas. Realização de um seminário, que foi feito há pouco, sobre educação inclusiva; o desenvolvimento das atividades com os NEET – “Not in Education, Employment, or Training”, pela criação de ambientes diferentes e motivadores para jovens que não trabalham, não estudam e não se encontram em formação, com o objetivo de os integrar – estamos a estudar isto no Conselho Municipal de Educação; atividades intermunicipais, como os Encontros de Boas Práticas, o treino intensivo de lideranças, as plataformas de gestão da procura e oferta educativa e formativa, o Observatório do Tâmega e Sousa, que está a trabalhar connosco, com o PIICIE. Por isso, está aqui muita coisa, Sra. Deputada, em relação só à questão que fez questão de dizer, que o sucesso escolar não é apenas fruto de uma iniciativa. Não é, e nós temos essa consciência de que não é, e por isso é que estamos a trabalhar em vários objetivos na área da educação.

Sra. Deputada, ainda em relação ao pavilhão que refere que a Câmara Municipal se comprometeu, eu queria dizer-lhe que este livrinho que está aqui, que se chama “Propostas para avançar”, está na minha secretária. Eu não me esqueço do que me comprometi. E queria só dizer-lhe o seguinte, Sra. Deputada: de facto, a senhora refere que gostaria que a Câmara Municipal – até porque refere, ou pelo menos foi assim que eu entendi, que falou no pavilhão também porque esse pavilhão serviria, de facto, para darmos mais apoio à ARCA, foi isso que quis dizer, e deu o exemplo da ARCA, do andebol – dizer-lhe, Sra. Deputada, que a Câmara Municipal, este ano, apresentou um protocolo em Reunião de Câmara para apoiar a ARCA, em vinte e sete mil, duzentos e cinquenta euros (27.250€). Além desse apoio financeiro, a Câmara Municipal comparticipa com as despesas da luz, da água e do funcionário que está ao serviço exclusivamente da ARCA no pavilhão da escola onde fazem os treinos. Por isso, além de subsidiar as atividades, tem um pavilhão que é quase usado em exclusivo pela ARCA, e que nós pagamos um funcionário, as contas da luz e as contas da água. E por isso, dizer-lhe que nós, além de não termos ainda projeto – que era essa a pergunta que fez, eu também sou muito objetiva na resposta – para o pavilhão que a senhora refere, queria ainda dizer-lhe que no nosso programa eleitoral também não estavam as obras no Pavilhão de Várzea, um pavilhão construído há catorze anos, e



no qual nós investimos agora cem mil euros (100.000€), e isso não vi a senhora a agradecer. É verdade, no programa eleitoral do Partido Socialista não estavam, de facto, as obras e o investimento que estamos a fazer no Pavilhão de Várzea do Douro, e que é um investimento de cerca de cem mil euros (100.000€). E também, por exemplo, não estava no nosso programa eleitoral os setecentos mil euros (700.000€) de obra em saneamento que estamos a fazer agora no Torrão. E também não estava, Sra. Deputada, já que é de Alpendorada, também não estava, por exemplo, resolver um problema que vinha de há mais ou menos quinze anos, que era o loteamento do Ordonho, onde as pessoas todos os anos ficavam sem eletricidade, os moradores – a senhora deve saber, que é de lá – e durante quinze anos tiveram este problema por resolver. Resolveu-o agora, este Executivo. Ainda bem que resolveu, é verdade. Também não referiu que este Executivo Municipal colocou, por exemplo, um parque infantil em Alpendorada, Várzea e Torrão, um parque infantil no Parque de Lazer, um parque que até está preparado para as crianças com necessidades de mobilidade, o Parque Infantil da Inclusão.

Sra. Deputada, e agora permita-me dizer-lhe, porque eu tenho, felizmente, que responder a outras questões que me colocaram: eu vi-a aqui tantas vezes no passado, e a senhora até teve responsabilidades políticas, e nunca a vi tão interessada em pedir coisas para a sua freguesia, nunca a vi pedir nada para a sua freguesia aqui nesta Assembleia, ao anterior Executivo. Nunca a vi, é verdade, e olhe que nessa altura, a senhora não se preocupava com o pavilhão, nem com a ARCA. E a senhora é de Alpendorada, Várzea e Torrão, e nessa altura, nunca a vi aqui a fazer nenhuma intervenção, a pedir coisas para a sua freguesia. Queria só deixar essa nota, que nunca a vi a fazer essas intervenções.

Sr. Nelson Toni, Sr. Presidente de Junta, queria agradecer-lhe, eu é que lhe queria agradecer a si, a si e ao seu Executivo, pelo honroso convite que nos fez para podermos celebrar os quarenta e cinco anos da liberdade em Santo Isidoro e Livração. E queria agradecer-lhe primeiro pelo convite, e segundo, pelo momento especial que nos proporcionou, porque foi uma cerimónia muito bonita, uma cerimónia muito participada, e que, de facto, é um exemplo daquilo que, no fundo, era o que mais nós ambicionávamos – nós, Executivo – que era sairmos dos Paços do Concelho e podermos celebrar o 25 de abril nas freguesias. E por isso, o seu convite veio de encontro àquilo que eram as nossas expetativas – aliás, superou as nossas expetativas – e por isso, eu não poderia deixar aqui de o fazer, de lhe agradecer, a si e ao seu Executivo, e agradecer à população da Freguesia de Santo Isidoro e Livração, que participou massivamente nestas cerimónias do 25 de abril. Queria fazê-lo aqui também, aproveitar, e àqueles que me ouvem lá em casa, agradecer-lhes do fundo do coração, porque foi um momento muito bonito, esta participação massiva desta população nas cerimónias do 25 de abril.

Queria também agradecer ao Sr. José Couto, as palavras do Sr. Presidente da Junta de Penha Longa e Paços de Gaiolo, que aqui nos dirigiu, e dizer que nós também tínhamos esse objetivo de conseguirmos estabelecer essas parcerias com as Juntas de Freguesia, nomeadamente com os novos Espaços do Cidadão, que são mais três, o da sua freguesia vai ser inaugurado amanhã, mas depois teremos outro na terça-feira, em Constance, para ser inaugurado também. E por isso, serão mais três os Espaços do Cidadão a serem levados a cabo por este Executivo, para também conseguirmos levar mais serviços à população. E também, já agora, queria aproveitar para dizer, porque eu acho que algumas pessoas não têm essa perceção, do que é que podem fazer num Espaço do Cidadão – não sei se já o fizemos aqui, mas eu queria aproveitar para dar conta disso. Esqueci-me de falar do outro, que era em Vila Boa do Bispo, que não vai ser inaugurado ainda, a



curto prazo, porque ainda estão em obras na sede da Junta de Freguesia, mas que também será um dos três Espaços do Cidadão a serem inaugurados a curto prazo.

E queria, então, aproveitar para dizer que neste Espaço do Cidadão, os atendimentos têm aumentado significativamente – e o “significativamente” é uma taxa de crescimento de quarenta e seis vírgula quarenta e seis por cento (46,46%). Ou seja, do período homólogo do segundo semestre de 2017, se compararmos com o segundo semestre de 2018, tivemos mil, quatrocentos e cinquenta e cinco atendimentos nos cinco Espaços do Cidadão que já existiam – Alpendorada, Várzea e Torrão, Bem Viver, Marco de Canaveses (aqui nos Paços do Concelho), Soalhães, Vila Boa de Quires e Maureles – no segundo semestre de 2017, tínhamos mil, quatrocentos e cinquenta e cinco atendimentos; no segundo semestre de 2018, no período homólogo, tivemos dois mil, cento e trinta e um. E por isso, também nos congratulamos com o facto de cada vez mais a população procurar estes espaços para poderem também usufruir de um conjunto de serviços. A título exemplificativo, podem tratar da carta de condução, solicitar uma nova senha ou uma caderneta predial junto da Autoridade Tributária, apresentar despesas da ADSE, tratar de assuntos relativos a emprego e formação profissional, alterar a morada do cartão de cidadão, solicitar o Cartão Europeu de Seguro de Doença, submeter até o IRS, entre muitos outros serviços. E por isso, dar conta de que estamos, de facto, muito satisfeitos com a possibilidade de termos, então, a muito curto prazo, e já na próxima semana mais dois Espaços do Cidadão, que, no fundo, vão de encontro àquilo que assumimos com os Marcoenses, que era criar condições para que os Marcoenses tivessem cada vez mais perto de si o apoio e os serviços necessários para os ajudar na sua vida cotidiana.

Queria continuar por responder, então, e neste caso em concreto, ao Sr. Deputado José Reis, que nos veio aqui falar de uma questão que lhe é muito familiar, não fosse o Sr. José Reis membro da Direção da Associação Empresarial do Marco – e aliás, já foi Presidente da Associação Empresarial do Marco, há muito pouco tempo, creio que as eleições foram no ano passado. No período antes de 2018, o Sr. Deputado, que aqui nos veio fazer perguntas sobre a atividade empresarial, era ele mesmo o Sr. Presidente da Associação Empresarial. E então, dar-lhe conta do seguinte, só para quem estiver lá em casa perceber que o Sr. José Reis não é um cidadão, nem um deputado normal; o Sr. José Reis é hoje elemento da Direção da Associação Empresarial do Marco, e foi Presidente da Direção durante muitos anos.

E queria dizer-lhe, Sr. Deputado José Reis, que há duas coisas de que nós nos orgulhamos de estar a trabalhar, e que são duas coisas que para nós são primordiais. Antes de concebermos projetos de apoio aos empresários, temos que lhes dar condições, e o nosso primeiro objetivo nas áreas empresariais foi garantir que quem se quer instalar no Marco tem condições de o fazer a curto prazo, e por isso é que estamos a fazer este investimento na nova área empresarial de Constance, onde, como sabem, agora, neste momento, até já lá temos uma empresa a crescer, em grandes dimensões. E por isso, estamos agora a tratar do concurso das infraestruturas básicas que são necessárias – água, saneamento, loteamento – para a área empresarial de Constance, para termos a certeza que se houver empresários a quererem fixar-se no Marco, vão ter em Constance essa possibilidade de o fazerem. Mas, também queremos garantir que aqueles que estão hoje instalados possam também ter melhores condições, e por isso é que vamos pegar – aliás, já pegámos – no projeto que existia de requalificação da área empresarial de Tuíás (do Marco), e estamos agora a reformulá-lo, porque vamos querer requalificar, e se tudo correr bem ainda este ano vamos começar a obra de requalificação da zona industrial do Marco.



E por isso, Sr. Deputado José Reis, dizer-lhe que este é um dos aspetos que era importante que as pessoas que estão lá em casa, e aqui dentro, percebessem, porque este Executivo sabe que nós só conseguimos garantir, de facto, a fixação de empresários e das pequenas e médias empresas no Marco de Canaveses, se primeiro eles tiverem condições para se fixarem, o que não tinham no passado, Sr. José Reis. Quando o senhor era Presidente da Associação Empresarial, eu sei de muitas empresas que abandonaram o Marco de Canaveses porque não tinham um sítio para construir o seu pavilhão, porque não tinham um pavilhão para alugar ou arrendar, não havia. Hoje, temos a garantia de que quem quer construir, temos uma nova zona empresarial em Constance. Hoje, damos a garantia aos empresários que cá estão que vão ter melhores condições na área empresarial do Marco. E mais, o senhor deve estar lembrado que fomos nós que pavimentámos a Rua Maria Gil, do alargamento à área industrial existente. Hoje, aqueles terrenos que lá estão têm condições para poderem fixar aí empresários, ou empresas, que até agora não era possível, porque aquilo era uma estrada de terra batida, como o senhor se deve lembrar, e essa era uma área que já estava definida no PDM como área de expansão da área empresarial, e que de área empresarial não tinha nada – nada, Sr. Deputado. Hoje existem essas condições. Esse foi o primeiro passo que demos, e de que muito nos orgulhamos.

Mas, para além disso, colocámos, numa parceria que fizemos com o AICEP, colocámos informação do Concelho do Marco de Canaveses num *site* promovido em todo o mundo, e é isso que temos estado a fazer, além das infraestruturas. O *site* chama-se “Portugal Site Selection”, é uma plataforma *web* que cobre já cinquenta e seis Municípios e ilhas, e que aí temos tudo sobre o Marco: áreas de implantação, disponibilidade de mão de obra, proximidade a infraestruturas rodoviárias, portuárias, todas as que podiam existir, temos lá tudo. Em termos de infraestruturas, disponibilidade de água, luz, rede de subcontratação – ou seja, quem quiser investir no Marco hoje, não precisa de ir a lado nenhum, a não ser a este *site* “Portugal Site Selection”. E posso dizer-lhe que isto nos deu muito trabalho, porque as coisas não surgem do nada; tivemos várias reuniões, tivemos muita gente a trabalhar connosco, os técnicos da Câmara Municipal, tiveram que ir aos locais para aferir algumas das situações, e por isso também lhe queria dar nota de que este foi o trabalho que estivemos a fazer.

E por isso, também dizer ao Sr. José Reis que eu estive nesta Assembleia, aí sentada desse lado durante doze anos, quando era Presidente de Junta, deste lado da Bancada, e o senhor, dessa. E no passado, o senhor era Presidente da Associação Empresarial, e eu nunca vi o Sr. José Reis trazer cá um projeto, como Presidente da Associação Empresarial, para defender os empresários do Marco. E hoje, veio questionar este Executivo, quando faz parte de uma Direção, da Associação Empresarial, que tem um protocolo assinado com a Câmara Municipal, que tem estado a trabalhar de forma genuína convosco, Associação Empresarial, na defesa do comércio de Marco de Canaveses. Não fossem todas as ações que nós temos vindo a realizar, e das quais são parceiros, desde logo as atividades de animação levadas a cabo no natal, agora na páscoa, em que a Associação Empresarial é nossa parceira; não fosse, por exemplo, o Festival da Francesinha, que já está protocolado, a 1.ª Feira dos Petiscos, integrada nas Festas do Marco, que foi um sucesso – quem é que não veio à Feira dos Petiscos, nas Festas do Marco? Foi a Associação Empresarial o nosso parceiro. E por isso, Sr. José Reis, Sr. Deputado da Assembleia Municipal, muito estranho esta sua intervenção, para quem esteve calado durante doze anos, e com responsabilidades na Associação Empresarial.



Sr. Deputado Américo Moreira, Artâmega: o Sr. Presidente da Junta também nos falou na Artâmega, e por isso, em relação à Artâmega, vou dizer apenas duas notas. A saída da Artâmega das suas instalações da Freguesia de Vila Boa de Quires é um facto que não apareceu agora – ou seja, não é um facto novo; é um facto que, segundo a Direção da Artâmega, tem pelo menos três anos. E se eu, antes, não acompanhava tão de perto a atividade da Artâmega, agora faço-o porque sou Presidente da Assembleia Geral, porque tenho inerência do cargo como Presidente de Câmara Municipal. Foi-me dirigido o convite, com o Sr. Dr. Manuel Moreira, anterior Presidente da Câmara, e também fundador da Artâmega, era o Sr. Presidente da Assembleia Geral, e por isso, a Artâmega decidiu, quando o Sr. Presidente da Câmara anterior findou as suas funções, convidar a atual Presidente. E por isso, esta é uma atividade, da Artâmega, que eu agora acompanho. E queria dizer o seguinte: se eu antes não acompanhava a atividade da Artâmega com esta especificidade – e atenção, o Sr. Presidente da Junta já o fazia, porque faz parte dos órgãos sociais da Artâmega; e por isso, o Sr. Presidente da Junta é a pessoa talvez mais bem informada para nos dizer o que é que se passaram nestes três anos antes da minha chegada à Câmara Municipal.

E dizer o seguinte: a Artâmega sai da Freguesia de Vila Boa de Quires porque é literalmente empurrada, é esta a palavra. A Artâmega nunca quis sair de Vila Boa de Quires e Maureles; a Artâmega foi obrigada – e o Sr. Presidente da Junta sabe disto muito bem, até porque nós tivemos uma ampla discussão frutífera e muito positiva na última Assembleia da Artâmega, sabe que a Artâmega, no primeiro dia de aulas deste ano letivo, em setembro, quando chegaram às instalações para iniciar o ano letivo, tinham-lhe trocado as fechaduras – ou seja, ficaram cá fora. E para poderem desenvolver o seu plano de atividades e assumir os compromissos com as famílias dos alunos que lá tinham – e ainda bem, porque são pessoas de bem que estão na Direção da Artâmega, e queriam fazê-lo – tiveram que assinar um documento, que o Sr. Padre e a Comissão Fabriqueira lhe colocou à frente, dando conta de que no final deste ano letivo abandonariam as instalações da Artâmega. Isto é o culminar de várias outras situações, que o Sr. Presidente da Junta sabe melhor do que eu – melhor do que eu, porque estive lá, acompanhou as reuniões todas, fizemos reuniões conjuntas, aliás, já como Presidente de Câmara também. E por isso, isto não é uma decisão tomada de ânimo leve para a Direção da Artâmega; é uma decisão que muito lhes custa, porque estavam bem naquelas instalações, estavam orgulhosamente na terra da música – estavam orgulhosamente na terra da música – e faziam um excelente trabalho à comunidade. E por isso, aquilo com que eu me deparei enquanto Presidente de Câmara foi com uma situação para a qual gostaria de ter solução, e estamos a trabalhar nela, porque infelizmente a Artâmega, no final deste ano, vai ter que abandonar as instalações em Vila Boa de Quires e Maureles, por responsabilidade única e exclusiva de alguns agentes da Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles. Volto a dizer, não é porque querem; é porque são empurrados – aliás, foram colocados fora, até trocaram a fechadura.

E por isso, dizer o seguinte: aquilo que nós fizemos e o compromisso que assumimos com as pessoas e com os órgãos sociais da Artâmega foi que arranjaríamos uma solução para a escola, e fizemos um projeto, durante estes meses estivemos a fazer um projeto para que a Artâmega fosse integrada aqui, nas antigas instalações do Estádio Municipal, lá em baixo, e aí pudesse constituir a sua escola. Foi um projeto que nos deu bastante trabalho, tivemos várias reuniões com a DGEstE, porque eles querem uma escola – não é como nós queremos, é como eles querem, porque para darem os contratos de patrocínio à Artâmega, são eles que definem as regras, eles é que dizem quantas salas querem, como é que são as salas, e por isso, foi como eles quiseram.



Foi um projeto muito trabalhado, é um projeto que ainda não temos estimativa orçamental, mas os funcionários da Câmara, os técnicos, já nos disseram que pode rondar um milhão de euros (1.000.000€). Por isso, a Câmara Municipal, se tiver que resolver o problema da Artâmega, tem que investir um milhão de euros (1.000.000€) para que a Artâmega tenha umas instalações à altura daquilo que são as suas competências na área da formação da música, e formação artística. E agora, vocês perguntam-me: então, se eles têm que sair no final deste ano letivo, para onde é que eles vão? E aí, entra a Câmara Municipal. Nós reunimos com o Sr. Presidente do Agrupamento de Escolas n.º 1 do Marco, e a Artâmega já o está a fazer desde o ano anterior, está a utilizar algumas salas da Escola Secundária, e durante o próximo ano letivo vai poder utilizar muitas mais para conseguir manter as suas aulas e os seus alunos. Com uma agravante, que felizmente é positiva: como sabem, a Artâmega andou anos à espera de ter os tão desejados contratos de patrocínio com o Ministério da Educação. Hoje, a Artâmega, felizmente, tem contratos de patrocínio para dois anos, e o financiamento do Ministério da Educação garante toda a saúde financeira desta instituição, que vai agora ainda melhorar a sua prestação de serviços à comunidade na formação de música e artística. Também é verdade, e queria aqui dizê-lo, e o Sr. Presidente de Junta já o reconheceu noutros sítios, publicamente, que foi o trabalho da Sra. Presidente de Câmara, é verdade, fomos várias vezes a Lisboa. Queria dizer-lhe que no primeiro concurso, a Artâmega foi escolhida das listas, e foi aberto um outro concurso para resolver o problema do Marco de Canaveses – um concurso aberto para resolver o problema do Marco de Canaveses e da Artâmega.

E por isso, estou orgulhosamente com a Artâmega, e vamos fazer um grande investimento para resolver o problema desta escola. Agora, o que eu não posso é admitir que venham pedir à Sra. Presidente de Câmara, que foi apanhada com este problema na fase final, que está a trabalhar numa resposta, numa solução, para pedir à Artâmega que não saia, porque a Artâmega vai sair porque foi empurrada. E não foi quando eu era Presidente de Câmara; estava aqui alguém, não era eu. Aquilo que me competiu a mim, e aquilo que me pediram, foi, de facto, arranjar uma solução para um problema que não fui eu que criei. Por isso, dar conta disto ao Sr. Presidente da Junta, e também ao Sr. Deputado Américo Moreira.

Sr. Américo Moreira, também dar-lhe conta, que questionou por que é que a Câmara Municipal não se associou à ação de limpeza designada “Pintar de Verde”. Eu não sei o que é que o senhor entende como a Câmara Municipal associar-se, mas se a Câmara Municipal se associar é o Sr. Vice-presidente representar a Câmara Municipal e ter estado presente, a não ser que o senhor estivesse à espera que eu também fizesse parte ativa dessa limpeza. Não sei o que é que quis dizer com essa pergunta, porque a Câmara Municipal esteve presente, na pessoa do Sr. Vice-Presidente, fez-se representar, e logicamente que nos associamos a todas estas campanhas de sensibilização da juventude. E queria felicitar, porque depois tive oportunidade de falar com o Sr. Vice-presidente, e ver também a notícia nos meios de comunicação local, de que foi uma atividade muito participada, e espero que outros Srs. Presidentes de Junta também tenham esta proatividade em campanhas de sensibilização ambiental, porque são muito importantes para também podermos, no fundo, passar o legado às novas gerações, e alguma responsabilidade naquilo que pode ser a sua participação ativa nas questões ambientais.

Círculo de Ópera do Porto: Sr. Deputado, não sei a que se refere, não passou por mim, e olhe que eu tenho o pelouro da cultura, e costumo lembrar-me destas situações. Mas, vou pedir aos serviços que avaliem esta situação.



Mas, para lhe demonstrar que não estamos parados na área da cultura, posso dar-lhe a notícia de que não vamos ter ópera, mas este ano vamos ter pela primeira vez um festival de jazz, e vamos ter, por exemplo, três concertos da Orquestra do Norte no Marco de Canaveses. Por isso, a ópera, terei todo o gosto e vou ver se é possível, o Círculo de Ópera do Porto, porque não tenho conhecimento desta comunicação, mas para lhe dizer que não vamos ter ópera, mas vamos ter jazz, e vamos ter a Orquestra do Norte.

Em relação à violência doméstica, Sr. Deputado Luís Vales...

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sra. Presidente, já excedeu significativamente o tempo que tem, e agradecia que sintetizasse o mais possível.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Sr. Presidente da Assembleia, eu posso sintetizar. Só queria dar nota ao Sr. Presidente da Assembleia que, ou nós começamos a pedir aos Srs. Deputados que sejam objetivos, e não venham cá fazer considerandos e fazer perguntas, porque fazem várias questões, fazem várias avaliações, e por isso, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, se quiserem, eu respondo; se não quiserem, eu não respondo. Agora, eu gostava muito de responder, porque eu acho que os Srs. Deputados quando vêm cá fazer perguntas, querem respostas. Agora, permitam-me que responda, dentro daquilo que são as minhas capacidades.

Sr. Deputado, então, em relação à questão que colocou, da violência doméstica, dar-lhe conta do seguinte: queria dizer-lhe que a violência doméstica, além do protocolo que nós agora assinámos, temos também outras competências nesta área, que nos foram delegadas agora pela transferência de competências, nomeadamente com o Conselho Municipal de Segurança. A violência contra as mulheres e violência doméstica é, de facto, um desafio, e está no plano de ação que é obrigatório agora, que vai ser definido no Conselho Municipal de Segurança. Ou seja, isto é uma competência que se encontra definida, fruto da publicação do Decreto-lei n.º 39/2019, de 4 de março – é muito recente, é do mês passado. E queria também dar-lhe nota de que há propostas de ações, e uma das propostas foi o protocolo de colaboração que fizemos com o Conselho Local de Ação Social (CLAS) e o Ministério Público, neste caso em concreto, a Comarca do Porto – Este, no âmbito da violência doméstica. Também é uma das ações que já está definida, e naturalmente que no CLAS, como sabe, estão representadas todas as associações e todas as instituições que trabalham com mulheres, e com famílias, beneficiários do rendimento social de inserção, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, e nomeadamente o tribunal e o Ministério Público. E por isso, todas as situações de violência doméstica que nos chegam, sinalizadas por várias entidades, são debatidas e vão ser aqui colocadas neste plano de ação, e estão, naturalmente, a ser acompanhadas também, quando é assim o entendimento, pelo nosso Gabinete de Ação Social.

Sr. Deputado Luís Vales, o senhor fez muitas perguntas, muitas perguntas, muitas perguntas, o senhor deu-se ao trabalho de ler o nosso plano, as nossas propostas do programa eleitoral, e eu queria só dar-lhe nota do seguinte: de facto, há aqui algumas coisas que ainda estão por fazer, não fosse este programa extenso. Mas, queria dizer-lhe que muito do que aqui está já está concretizado, e muito daquilo que aqui não está, que ainda é mais do que aquilo que aqui está, também já está concretizado. Nós orgulhamo-nos de ter muitas medidas que já realizámos, que



nem sequer estavam no programa eleitoral. E por isso, dizer-lhe, quando o Sr. Deputado vem aqui com a preocupação dos carros elétricos, ou híbridos, demonstra bem a incapacidade que tem de apontar defeitos à execução do programa eleitoral do Partido Socialista, porque se a sua preocupação são os carros – eu queria também, já agora, dizer-lhe que em relação aos carros, nós não tivemos a preocupação de comprar carros; comprámos algumas viaturas de trabalho. E queria dizer-lhe que tivemos, por exemplo, preocupações em comprar serras de fita, orladora de fita, cisternas, um palco, uma tenda, um braço para o trator. Sabe para quê? Para dar condições aos nossos colaboradores da Câmara Municipal, e para que eles possam também ter equipamento para poder responder às necessidades das freguesias, que por sua vez respondem às necessidades dos Marcoenses. Isso sim é que é importante, e isso o senhor não falou. Não se preocupe com os carros híbridos e elétricos, porque eu ando num a gasolina, ou a gasóleo, e felizmente, não se preocupe, que nós não vamos ter que gastar muito mais gasóleo ou gasolina. Também para lhe dizer, Sr. Deputado, que hoje este Executivo gasta menos gasolina e menos gasóleo, e não é por causa do motorista; é porque antes, nesta Câmara, comprava-se gasóleo a granel, e agora já não compra. Quer que eu lhe explique o que é comprar gasóleo a granel, Sr. Deputado? É que antes se comprava gasóleo sem ir ao mercado, e sem haver concurso. Não, não é a granel. Nós agora temos um depósito, e é feito um concurso. Só para lhe dar nota de que nos últimos meses tivemos uma poupança muito significativa em combustível, é verdade.

Sr. Deputado Bruno Caetano, queria dizer-lhe que é para continuarmos a descentralizar as nossas atividades, e a eletrificação chegará ao Marco de Canaveses – aliás, a linha já está eletrificada; os comboios elétricos vão circular no mês de junho. E só vão circular no mês de junho porque durante o mês de maio é preciso fazer a certificação da linha, que é feita por uma entidade externa, que não a CP, nem a Infraestruturas de Portugal, e é preciso fazer testes. Isto já foi explicado tecnicamente, quer pela Infraestruturas de Portugal, quer pela CP, mas ficam a saber que em junho os comboios elétricos circularão no Marco de Canaveses.

E já agora, também dar conta de que nos sentimos muito orgulhosos pelo facto de o Governo do Partido Socialista dar esta oportunidade aos Marcoenses e aos cidadãos do território da Comunidade Intermunicipal, de poderem viajar para o Porto todos os meses, por apenas quarenta euros (40€). E se calhar era melhor lembrar quanto é que pagavam antes de passe: de cento e quarenta e nove, passam a pagar quarenta euros (40€). O passe para andarem cá dentro do circuito da cidade custa apenas vinte euros (20€). E por isso, isto sim, são boas notícias, porque os descontos dos passes podem ir até setenta por cento (70%). Quem não teve oportunidade de ver bem a notícia, pode ler na revista principal, aquela revista que tem o intuito de informar os Marcoenses, onde aparece a Sra. Presidente de Câmara ao lado do Sr. Candidato às Europeias, aquelas eleições que o Sr. Deputado Luís Vales fez questão de estar cinco minutos a falar, e a usar do palco para falar nelas, essas mesmas eleições. E por isso, o Programa de Apoio à Redução do Tarifário, que se chama PART, reduz o preço dos passes, que antes, de autocarro, custavam noventa e dois euros (92€), para quarenta euros (40€), e o passe de comboio regional, que custava cento e trinta e nove euros (139€), vai passar também a custar quarenta euros (40€). Isto sim, é uma grande notícia, que tem um impacto muito grande no orçamento das famílias do Marco de Canaveses, e com a qual nos deveríamos todos orgulhar e felicitar o Governo de Portugal por ela.

Ao Sr. Deputado Mário Luís, dizer-lhe que, de facto, ainda bem que reconheceu, ao contrário da Sra. Deputada Estela Freitas, ainda bem que reconheceu o apoio que a Câmara Municipal dá ao



desporto na Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão, e ainda bem que reconhece o apoio dado à ARCA. E também lhe queria dizer uma coisa: só é possível fazermos a Final Four em Alpendorada, Várzea e Torrão porque, de facto, esta associação, a ARCA, nos tem dado bastantes e honrosos títulos. Só é possível porque a ARCA conseguiu. Não somos nós, nós vamos apenas financiar com oito mil euros (8.000€), que é um preço que não podemos mensurá-lo, em relação àquilo que são, de facto, os grandes tributos e os grandes títulos que a ARCA tem conseguido, e fazemo-lo com muito agrado. A Final Four só é possível graças à ARCA, não é à Câmara Municipal. Obrigada por ter reconhecido o apoio financeiro que vamos dar, mas queria que ficasse claro que este evento em Alpendorada, Várzea e Torrão só é, de facto, possível graças ao mérito desportivo da ARCA.

O investimento que estamos a fazer no Pavilhão de Várzea, os tais cem mil euros (100.000€) que já aqui falei, muito obrigada, Sr. Dr. Mário Luís, por reconhecer o investimento feito no desporto na Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão.

E pista de canoagem, estamos a trabalhar nela. Estamos a trabalhar. Muito obrigada. Eu sei que é uma preocupação vossa, também é nossa, estamos a trabalhar nela. O Sr. Vereador do Desporto, Paulo Couto, está incumbido dessa tarefa, mas eu também estou solidária, porque eu acredito que esse é um projeto que vai valorizar muito o Marco de Canaveses, e vai ajudar a pôr o Marco de Canaveses no mapa de Portugal e do mundo.

Em relação à carta aberta dos bombeiros: de facto, anda aí uma carta a circular, que foi uma carta aberta que fizeram à Sra. Presidente de Câmara, e eu queria dar conta do seguinte: é uma carta aberta que é feita, ou que foi realizada por uma pessoa que até tem responsabilidades nos Bombeiros de Entre-os-Rios, é o 2.º Comandante, é um bombeiro remunerado, e que fez uma carta aberta na sua página pessoal à Sra. Presidente da Câmara Municipal do Marco. E por quê? Porque se desenrolou, ou levou-se a cabo um simulacro na Barragem do Torrão, que é uma infraestrutura com implantação intermunicipal, e os Bombeiros de Entre-os-Rios, de facto, não foram convidados a estar presentes. E eu queria dar duas notas sobre isto. Primeira: tratando-se do aproveitamento hidroelétrico do Torrão, sendo esta infraestrutura uma infraestrutura com implantação intermunicipal, cabe à Autoridade Nacional de Emergência e de Proteção Civil, enquanto autoridade supramunicipal, promover, coordenar e comandar exercícios que envolvam agentes de Proteção Civil em mais do que um Município. Este é o primeiro ponto que eu queria assinalar. O segundo é que o exercício em causa, este exercício não era mais do que testarem as medidas de autoproteção da Barragem do Torrão, e foi um exercício pedido pelo dono, neste caso a EDP, o dono do edifício. E por isso, o exercício em causa não se enquadrava no âmbito das iniciativas promovidas e organizadas pelo Serviço Municipal de Proteção Civil, foi promovido pela EDP, junto das entidades territorialmente competentes, para as quais foi adequadamente direcionado pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, com o fim exclusivo de validação das medidas de autoproteção que foram aprovadas por aquela autoridade.

Mas, queria dizer o seguinte: eu fiz uma carta, que enviei hoje, ao Sr. Comandante dos Bombeiros Voluntários de Entre-os-Rios, com conhecimento ao Sr. Comandante Operacional Distrital do Porto, e que se refere a esta carta aberta, e eu só vou ler dois parágrafos, que não vou ter tempo para ler a carta toda. Mas, dizer que *“a Câmara Municipal de Marco de Canaveses e o seu Serviço Municipal de Proteção Civil do Marco de Canaveses tem pelos Bombeiros Voluntários de Entre-os-Rios o mais absoluto respeito, assim como por todos os bombeiros. Os Bombeiros Voluntários*



de Entre-os-Rios não foram convidados para o exercício em referência por decisão estritamente técnica.” Não eramos nós que tínhamos que os convidar. “Portanto, as entidades envolvidas foram as que foram operacional e territorialmente competentes, e os meios e recursos mobilizados foram os adequados e suficientes para o objetivo concreto que se propunha, que era testar as medidas de autoproteção. Sem prejuízo da liberdade que assiste a cada cidadão para se exprimir livremente, de quaisquer desenvolvimentos institucionais ou operacionais que este e outros assuntos venham a merecer, continuarão a ser por nós tratados no respeito pelas instituições, pelos canais de comunicação próprios, e nas sedes competentes, as quais, de resto, poderiam ter sido observadas, neste caso, desde o seu início.”

Isto diz o quê? A Sra. Presidente da Câmara não vai responder a uma carta aberta colocada no Facebook; a Sra. Presidente da Câmara é responsável pela autoridade máxima da Proteção Civil no Marco de Canaveses, e a mim cabe-me dirigir ao Sr. Comandante dos Bombeiros Voluntários de Entre-os-Rios e ao Sr. Comandante Operacional Distrital do Porto, e é com eles que eu tenho que me entender, e são eles que têm que se entender com os Srs. Bombeiros Voluntários de Entre-os-Rios, por quem, volto a frisar, tenho o maior respeito – aliás, por eles e por todos os bombeiros.

Sr. Deputado Gil Rodrigues, o senhor não fez nenhuma pergunta, como define o Regimento deste órgão, por isso não tenho que lhe dar qualquer resposta. Fico contente que tenha feito esse seu exercício de analisar o seu comportamento.

Sr. Presidente de Junta, Fernando Monteiro, Artâmega, já respondi. Saneamento, vai responder, se assim o permitirem, o Sr. Vice-presidente, e iluminação pública também.

Escola de Maureles: não vai ter nenhuma intervenção este verão. Vamos colocar a concurso, se tudo correr bem, para a próxima semana, a Escola da Barroca e a Escola da Esperança – que espero também que depois a Sra. Presidente de Junta venha cá agradecer.

E dizer-lhe também, Sr. Presidente de Junta, o seguinte: o senhor é Presidente de Junta há doze anos, e então, o senhor, que está há doze anos como Presidente de Junta, com responsabilidades políticas na sua freguesia, só agora é que viu que tem fossas a céu aberto? Só agora é que o Sr. Presidente de Junta viu que estão a poluir o Rio Bufa, que há descargas para o Rio Bufa? Muito bem, o Sr. Vice-presidente, se tiver oportunidade, vai-lhe responder.

Sra. Presidente de Junta, Maria José Cerqueira, voto de pesar ao qual me associo, naturalmente o Executivo e a Bancada do Partido Socialista, pelo falecimento do Dr. Bento Marinho, e queria apenas partilhar convosco, de facto, o respeito que tinha por este senhor, que foi aqui também vereador da Câmara Municipal.

A sua preocupação com a questão da limpeza das fossas, o Sr. Vice-presidente também lhe vai dar conta disso.

Ponte de Várzea e Ponte do Arco: em relação à Ponte do Arco, não tenho a certeza se já lhe fizemos chegar esta informação – não lhe fizemos chegar informação nenhuma, institucionalmente, sobre a Ponte do Arco? Não? Pronto. Mas, se não fizemos, vamos fazer chegar, até porque eu achava que o e-mail que tinha recebido tinha vindo com o seu



conhecimento. A Rota do Românico, de facto, conseguiu aferir que aquela ponte que existe, ou que foi descoberta agora durante as obras, é uma ponte muito antiga – aliás, é um exemplar único – e por isso, querem protegê-la. E protegê-la invalida que ela seja cortada ao trânsito e não possa ser utilizada como ponte. E por isso, estão a estudar, a própria Rota do Românico, estamos a articular com eles isso, a possibilidade de se construir ao lado uma nova ponte, para que aquela seja preservada.

Em relação à Ponte de Várzea, estávamos a aguardar um parecer, creio eu, da APA – Agência Portuguesa do Ambiente, que já chegou, e por isso agora o projeto vai ter o andamento, que os trâmites legais – infelizmente, pelos vistos já tem muitos anos esse projeto, também já ouvi a Sra. Presidente de Junta falar várias vezes, no passado, sobre o projeto da Ponte de Várzea, mas o que estava dependente do andar do projeto era o parecer da APA, que já foi dado. E por isso, espero que dentro em breve também o possamos executar.

Sr. Presidente da Assembleia, peço autorização para que o Sr. Vice-presidente possa responder a duas ou três questões que ficaram por responder.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sra. Presidente, nós já estamos com três vezes mais do que aquilo que está previsto no Regimento. Eu vou conceder-lhe essa possibilidade, mas pedia que fosse o mais breve possível, porque, caso contrário, a coisa complica. Faça favor.

--- Mário Bruno Magalhães (Vice-presidente da Câmara Municipal) ---

Muito obrigado.

Respondendo ao Sr. Fernando Monteiro, Presidente da Junta de Vila Boa de Quires, relativamente ao saneamento, estamos a avaliar, já fiz algumas visitas, uma das questões na Agrela é que o saneamento é industrial, é preciso avaliar também algumas situações, nomeadamente aquelas indústrias, mas é uma das situações que está em cima da mesa, e vamos certamente resolver parte delas.

Quanto à iluminação pública, dizer também que temos vindo a resolver imensos problemas pelo concelho todo, naquilo que é a iluminação pública, temos já aqui uma lista delas, podia estar aqui a mencioná-las, mas não vale a pena, são muitas, é um investimento bastante grande que a Câmara Municipal tem feito. Já há aqui Srs. Presidentes de Junta, e muita gente que com certeza nos acompanha, e que já tem conhecimento, e estão muito satisfeitas. Vamos também olhar para Vila Boa de Quires e Maureles, e certamente também, numa próxima oportunidade, estamos aqui também para avaliar essa situação.

Relativamente à questão da Sra. Presidente de Junta, Maria José, eu gostava de lhe dizer o seguinte, Sra. Presidente de Junta, e assim de uma forma muito simples, honesta e simpática: a senhora, se quiser agradecer, tem já muito que agradecer. Mas, nós não precisamos que agradeça. Gostaria que reconhecesse, porque já a vi reconhecer e agradecer por bem menos. Mas, eu estou certo, e estamos todos certos, naturalmente, que a população residente na Freguesia de Várzea, Aliviada e Folhada, nomeadamente os residentes no Caminho de Fundo de Vila, na Rua Nova do Pinheiro, na Travessa do Cabo, no Caminho de Trás do Outeiro, no Caminho da Melhora, no Caminho da Cancela, no Caminho do Souto, no Caminho das Gordeiras – esses



estão muito satisfeitos, e certamente reconhecem o trabalho deste Executivo. E também dizer-lhe que é para esses que nós trabalhamos todos os dias. E estão ainda mais contentes por saber que a freguesia que a senhora preside tem neste momento mais quarenta e oito por cento (48%) do que aquilo que tinha no mandato anterior – mais quarenta e oito por cento (48%). Por isso, eu acho que o povo de Várzea, Alviada e Folhada está muito satisfeito e muito feliz com o nosso trabalho; parece que a senhora não está tanto, mas, de facto, já agradeceu e já elogiou por bem menos, se calhar até por quase nada. Por isso, deixar aqui uma palavra de saudação ao povo que nos acompanha, e que ouve, e que já vê as suas ruas resolvidas, sem lama no inverno e pó no verão, certamente que esses estão muito satisfeitos.

Quanto à questão do depósito de água na Folhada, dizer-lhe o seguinte: recebemos uma missiva das Águas do Marco, no passado dia 14 de fevereiro de 2019, que diz o seguinte: *“Serve a presente comunicação para informar V. Exas. que a Águas do Marco irá proceder ao encerramento do sistema de abastecimento de água em Folhada, localizada na Freguesia de Várzea, Alviada e Folhada, uma vez que não existe qualquer instalação a ser abastecida por este sistema.”* É a carta da Águas do Marco. A senhora trouxe aqui um problema, mas este é, de facto, o assunto que nós recebemos da Águas do Marco. *“Mais informamos que iremos informar a entidade reguladora ERSAR relativamente a este encerramento.”* Perante esta carta, e de imediato, falei com os serviços técnicos da Câmara Municipal, que falaram com a senhora – é que agora temos aqui um sistema GSE, e ele, de facto, é fantástico, regista tudo. É bom, eu agradeço isto, e ainda vamos melhorar. E a senhora foi contactada pelo Sr. José Luís, um técnico da Câmara Municipal do Marco, que visitou com um técnico da Câmara Municipal, com um técnico da Águas do Marco, onde a senhora também até lhe terá dito que vai agendar uma reunião com o Dr. Mário Costa, da Águas do Marco, para falar sobre o assunto. E a informação que nós temos – já agora, posso transmitir-lhe, se não tem conhecimento dela – é que, de facto, nós também não concordamos com este encerramento. Por isso, dizer-lhe que nós, Câmara Municipal, e este Executivo, também discorda que a Águas do Marco encerre este sistema de água. Estamos bem mais interessados em ampliar o referido sistema e chegar a mais lados. Por isso, dar-lhe também essa informação.

Terminei. Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Se me permitem, o Regimento prevê que quando a resposta não é ajustada à questão que foi colocada, que no final da resposta os Srs. Deputados peçam um esclarecimento. É isso que está no Regimento, e é isso que eu pretendia que os Srs. Deputados respeitassem.

Quem é que pretende pedir esclarecimentos? Sr. Vice-presidente, já terminou a sua intervenção? Vamos pôr ordem na casa, porque eu quero dar oportunidade a toda a gente de fazer os pedidos de esclarecimentos que entendam, mas tem de ser com o devido respeito pelo Regimento. O Sr. Vice-presidente já acabou a sua resposta? Então, faça favor de concluir.

--- Mário Bruno Magalhães (Vice-presidente da Câmara Municipal) ---

Obrigado, Sr. Presidente.

Relativamente à questão do limpa-fossas, parece-me que a senhora, de facto, não sabe como é que esta tarifa é calculada. Eu gostaria de dizer o seguinte: no que concerne à questão do aumento das tarifas do limpa-fossas, e naquilo que diz, de dezoito (18€) para vinte e oito euros (28€),



importa dizer o seguinte: a limpeza de fossas através de trator não faz parte do objeto do contrato de concessão da Câmara Municipal com a empresa Águas do Marco – repito, não faz parte do tarifário. Informo que de imediato a Câmara Municipal remeteu à Administração da Águas do Marco um comunicado, tomando posição sobre as novas tarifas, manifestando o nosso desagrado quanto ao aumento do valor, e dizendo que não deveria ser aplicado. Mesmo não fazendo parte do tarifário, a Câmara Municipal formalizou junto da empresa Águas do Marco, em que discordava totalmente deste aumento.

Dizer-lhe o seguinte, que também é importante: a empresa Águas do Marco, desde o início em que chegámos à Câmara Municipal – e eu deduzo que já o teria feito no passado – manifestou interesse em alterar os valores das cargas de despejo, argumentando que o mesmo tem uma estrutura complexa, e que já era o praticado pela concessão da Câmara Municipal antes do próprio contrato de concessão, e nunca foi alvo de negociação no contrato da mesma. Dizem que o tarifário tem uma estrutura complexa, e não é universal no concelho, gerando imensas dificuldades entre as freguesias e entre as próprias populações. E eu gostaria de dizer o seguinte: com base numa grelha que aqui tenho, que tem aqui as freguesias todas, temos aqui o número de pedidos por freguesia, e o peso relativo a cada freguesia, à primeira carga, e o valor do tarifário em 2017 – que é o caso que aqui tenho – na primeira carga. E de facto, bate certo com aquilo que disse. Na Freguesia de Várzea, Aliviada e Folhada, o valor da primeira carga era de dezanove euros e setenta e nove (19,79€). Posso dizer-lhe que em Alpendorada e Matos, ou Alpendorada, Várzea e Torrão, o valor era de vinte e seis ponto cinquenta e oito (26,58€). Posso dizer-lhe ainda que em Paços de Gaiolo o valor era de trinta ponto trinta e nove (30,39€). Em Penha Longa é o mesmo. Em Tuíás, treze euros (13€). Em Fornos, onze euros (11€). Em Banho e Carvalhosa, vinte e dois euros, ponto setenta e seis (22,76€). Não estou aqui a defender, e faço aqui ressalva disso, a atualização, de forma alguma, mas só para justificar como é que este cálculo era feito. A tarifa é calculada com base no número de quilómetros desde a sede do concelho de Marco de Canaveses à sede da Junta de Freguesia do requisitante. E de facto, isto não é justo. Aqui, o munícipe de Alpendorada tem o mesmo valor e deve ter os mesmos benefícios de um munícipe de Fornos, de Constance, de Canaveses, Sobretâmega, e por aí fora. Por isso, para lhe dizer que, de facto, este tarifário, todo ele faz pouco sentido. E também dizer-lhe que não é da nossa responsabilidade, é um tarifário que assenta numa estrutura já antes da concessão das Águas do Marco, já anteriormente assim era, e eu discordo. E também discordo que, de facto – e temos já até um parecer da ERSAR que também discorda deste tarifário, e que não pode ser assim. A verdade é que a Águas do Marco alterou o tarifário, alterou sem o consentimento da Câmara Municipal, e mantiveram o mesmo, mesmo após a Câmara Municipal ter manifestado o total descontentamento, porque a Câmara Municipal tem que ser aqui ouvida. É verdade também, que eu tive a preocupação de saber, que os tarifários em concelhos vizinhos, a este nível, são mais caros, mas isto não justifica o ato, nem a Câmara Municipal aprova, nem a Câmara Municipal consente que, de facto, a Águas do Marco tivesse alterado este tarifário sem pelo menos uma conversa com a Câmara Municipal e uma aprovação da Câmara Municipal, porque isto conta para o reequilíbrio, e tem a ver com a questão da concessão, e não está previsto no contrato.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Vice-presidente.



Eu peço desculpa, eu penso que a primeira pessoa que levantou o dedo para fazer interpelação foi o Sr. Deputado Gil Rodrigues, não foi?

--- Gil Rodrigues (PPD/PSD) ---

Boa noite, mais uma vez.

Dispensando os habituais cumprimentos, só fazer uma interpelação à Mesa, e à questão dos trabalhos, como estão a ser dirigidos. De facto, o PSD utilizou cento e cinquenta e seis por cento (156%) do tempo que devia ter utilizado, quatro minutos dos quais com um voto de pesar subscrito por todos os Grupos Parlamentares. O Executivo levou trezentos e tal por cento para responder. Eu peço desculpa, Sr. Presidente, mas acho que não estão a ser dirigidos os trabalhos como devem ser.

Tenho dito.

--- Fernando Monteiro (Presidente J.F. Vila Boa de Quires e Maureles, PPD/PSD) ---

Dispensando os habituais cumprimentos, e só para esclarecer duas questões, que a Sra. Presidente também me disse, e para esclarecer, como a Sra. Presidente disse que o Presidente de Junta estava mais dentro do assunto da Artâmega, para ficar dito, e para que toda a gente fique esclarecida de vez sobre o que realmente se passou, e o porquê de nós tanto falarmos na Artâmega. Para não haver dúvidas, e para sermos explícitos, e ainda bem que a Sra. Presidente disse que o Sr. Presidente da Junta já lhe agradeceu em público, e faço-o aqui novamente, pelo empenho e pela dedicação que teve para nós termos os protocolos, e eu até brinquei com a Sra. Presidente, que disse que durante dez anos, enquanto dava prejuízo, nós sustentámo-la; quando dá lucro, vai para a cidade. Esta é a realidade. E por isso este meu desgosto, e por isso é que disse à Sra. Presidente, e faço questão de dizer nesta casa, porque é assim que eu sou. Por isso, Sra. Presidente, é verdade, a Sra. Presidente deve estar lembrada que a minha primeira audiência que pedi à Sra. Presidente foi para partilhar o que se passava na Artâmega, o meu sofrimento, e o que eu gostava que fosse feito em relação à Artâmega, porque é verdade que o assunto vem de trás, mas nós tivemos esperança, como lhe disse, sempre de o resolver, tentámos resolvê-lo, e não conseguimos. E, Sra. Presidente, eu uso muito este termo: quem herda os bens, herda os males, e eu também herdei males, e por isso tentei resolvê-los. E é o que peço à Sra. Presidente, e lhe pedi. E a história da Artâmega foi essa, nós tentámos resolver, aquilo foi-se arrastando, não conseguimos – não conseguimos – partilhei de imediato, quando a Sra. Presidente, na minha primeira audiência que lhe pedi, para lhe dizer o que se passava com a Artâmega, para nos tentar ajudar, pedi-lhe encarecidamente para se empenhar, e é verdade que se empenhou, nisso não tenho nada a apontar. E que também seja dito que não é a Direção da Artâmega que quer ir; nós é que queremos que ela lá fique. Nós é que queremos que ela lá fique, e essa é a verdade, nós é que queremos que ela lá fique.

E para terminar de vez o assunto da Artâmega, Sra. Presidente, eu só lhe pergunto uma coisa: se a Junta de Freguesia arranjar um terreno, a senhora investe esse milhão em Vila Boa de Quires e Maureles? Porque a freguesia está disposta a lutar. Se a Escola Secundária tem hipótese de a receber agora, provisoriamente, também tem mais provisória para aguentá-la mais algum tempo, porque as obras também não ficarão prontas. Por isso, eu estou na disponibilidade de lutar, fazer o que for preciso em Vila Boa de Quires e Maureles para termos um terreno, e a senhora investe esse milhão em Vila Boa de Quires e Maureles, pois nós bem o merecemos, a freguesia merece,



e continuamos, como a Sra. Presidente, a dizer, e muito bem, que somos honrosamente a terra da música. E acho que deve ser feito esse esforço.

Depois, quanto ao saneamento, Sra. Presidente, eu perdoava alguns membros desta Assembleia, terem dito o que a Sra. Presidente disse, mas à Sra. Presidente não lhe perdoo. Magoou-me dizer que eu só me lembrei agora das fossas a céu aberto. Isso é mentira. A Sra. Presidente estava sentada daquele lado comigo quando eu votei contra um Orçamento da Câmara Municipal por a Câmara Municipal do Partido que eu representava não me fazer a ETAR, e eu ter fossas a céu aberto. Por isso, não lhe perdoo, Sra. Presidente, a senhora ter dito isto hoje de mim, isso eu não lhe perdoo. E mais, a fossa que eu falei aqui hoje, a Sra. Presidente ainda não está informada, essa fossa não estava a céu aberto; essa fossa era de um loteamento, em que o proprietário tinha responsabilidades no loteamento, e a Câmara ia despejá-la. E depois, a Câmara Municipal, em devido tempo – e a Sra. Presidente não sabe disso, mas eu vou-lhe dizer, porque também nunca me perguntaram: o proprietário desses terrenos arrasou a fossa, que não devia, nem podia, e aí é que o saneamento ficou a céu aberto. Aí é que ficou a céu aberto. Esta é a verdade. E Sra. Presidente, ainda lhe digo mais, para ficar a saber: no tempo da Câmara Municipal do PSD, do Partido que eu representava nesta Assembleia, o Presidente da Junta de Vila Boa de Quires e Maureles, que está na Junta de Freguesia, não há doze, mas há mais, porque estou desde 2005 – não como Presidente de Junta, mas como secretário da Junta, sempre me preocupei – levei a SEPNA, o ambiente foi a essa fossa da Agrela, e a Câmara Municipal apanhou uma multa, porque fui eu que os levei lá, e o dinheiro da multa foi de cento e cinquenta mil euros (150.000€), tiveram que responder a ela, e fui eu que os levei lá. A preocupação não é de agora, Sra. Presidente; a preocupação sobre Vila Boa de Quires e Maureles é desde que eu me conheço, e vai ser sempre, e vou fazê-lo sempre. Por isso, Sra. Presidente, a preocupação do Sr. Presidente da Junta sobre as fossas não é de agora. Desculpe, fiquei magoado.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Ora, quem é que está a seguir? Sra. Deputada Maria José. Eu alerto para uma coisa: pedido de esclarecimento é pedido de esclarecimento; não é esclarecer.

--- Maria José Cerqueira (Presidente J.F. Várzea, Aliviada e Folhada, PPD/PSD) ---

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu tenho que esclarecer, Sr. Presidente, porque o Sr. Vice-presidente leu a informação da Águas do Marco relativamente ao abastecimento daquele depósito do Calvário, da Folhada, que o abastecimento não era feito a nenhum estabelecimento público. A Águas do Marco referia que aquele depósito já não abastecia escolas da Folhada, uma vez que tinham sido encerradas, quer a EB1 da Corredoura, quer o JI da Corredoura. Agora, tenho que dizer o que é que é a sede da Junta de Freguesia, senão um estabelecimento público? O que é que é o cemitério paroquial, senão um espaço público? O que são os sanitários públicos, que são chamados públicos, e por isso são públicos? Nós não podemos ter um fiscal, nem no cemitério, nem nos sanitários públicos, a dizer às pessoas que aquela água não pode ser bebida, porque não está a ser tratada. A minha preocupação prende-se com isso. É verdade que nenhuma escola está a ser abastecida, porque estão encerradas, mas a Junta está, o cemitério está, e os sanitários também estão. A água pública está a ser utilizada pelos habitantes da Folhada, e a minha preocupação prende-se com isso.



Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sra. Deputada. Quem é que está agora, para pedido de esclarecimento? Mais nada?

Ora, eu vou dar aqui uma resposta relativamente às observações que fizeram quanto à minha pessoa. A propósito da avaliação que o Sr. Deputado Gil faz do meu trabalho, eu tenho que lhe agradecer o facto de me chamar à atenção, porque é sempre com chamadas de atenção que nós melhoramos o nosso desempenho. Mas, há uma coisa que eu tenho sempre em conta: quando eu me coloco como instrumento de medida do comportamento dos outros, torna-se tudo muito complicado. O que eu faço normalmente é ouvir aquilo que as pessoas têm para dizer a meu respeito, ou a respeito de qualquer pessoa desta Assembleia, ficar a pensar um bocadinho, e colocar-me um bocado na posição da pessoa que está desse lado, e que se sente incomodada com o comportamento. Não me interessa se a estratégia é política, se é uma questão de outro género; tenho muita calma, modéstia à parte, tenho muita paciência para ouvir. Agora, há uma coisa que eu entendo que vocês têm que perceber: nós temos um Regimento que foi aprovado por unanimidade, esse Regimento esclarece de que forma é que os Srs. Deputados se devem comportar – e o que eu digo, digo para toda a Assembleia Municipal – e vai ser muito mais fácil se se respeitar o que está no Regimento. É evidente – e nós temos aqui um ponto que é extremamente complicado, que é o problema da resposta das interpelações, e de respostas. E quem está desse lado pode sempre achar que quem está deste, que a Mesa não é muito exigente no cumprimento desses aspetos, mas esta é daquelas situações em que se perde por ter cão, e por não ter. O que eu vos peço – e acreditem que eu estou aqui com toda a boa vontade para colaborar com toda a gente – é que tenham em conta que há regras. Se vocês o fizerem, vai ser muito mais fácil.

Muito obrigado.

Eu dou a palavra, então, à Sra. Presidente, para responder às interpelações, mas peço-lhe que seja breve.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Sr. Presidente da Assembleia e Srs. Secretários da Mesa, Srs. Deputados:

Eu não fui interpelada para nada. Ou seja, nenhum dos três que pediu a palavra à Mesa me fez qualquer questão. As pessoas usaram da palavra para fazerem esclarecimentos. E por isso, que sirva de exemplo à Mesa, em primeiro lugar, que deu autorização às três pessoas para intervir, e a todos que sirva de ensinamento, que, de facto, estivemos aqui a não cumprir as regras, não cumprimos o Regimento, não cumprimos o Regimento para poder dar a palavra às pessoas, que como o Regimento diz, deviam fazer aqui interpelações ou intervenções, e vieram fazer considerandos – e aliás, vieram eles fazer esclarecimentos. Sr. Presidente da Assembleia, espero que tenha servido de exemplo para todos.

Muito obrigada.



--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Faça favor.

--- Fernando Monteiro (Presidente J.F. Vila Boa de Quires e Maureles, PPD/PSD) ---

Dispensando os cumprimentos, eu estive a esclarecer, porque acho que fiz o que devia ser feito, e fiz o que tinha na consciência. E no final, terminei com uma pergunta: Sra. Presidente, com a questão da Artâmega, se a freguesia se mobilizar e conseguir ter um terreno para colocar a Artâmega lá, a senhora investe o milhão de euros que tinha para investir na freguesia?

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Só um bocadinho. Srs. Deputados, não entendam isto como qualquer tipo de nervosismo, porque não é. O art.º 31.º do Regimento – dão-me licença que eu leia o art.º 31.º do Regimento? O que o artigo diz, em matéria de pedidos de esclarecimento, é exatamente isto: “O uso da palavra para esclarecimentos limita-se à formulação concisa da pergunta sobre a matéria em dúvida, dispondo o respondente de dois minutos para intervir.” É evidente que eu não quero ser “mais papista do que o Papa”, e quero dar alguma margem, tenho obrigação cívica de dar alguma margem às pessoas. Mas, eu estou a dizer isto, e no exato momento em que eu estou a dizer, as pessoas estão a prevaricar, e não há necessidade. Por isso, eu tenho mesmo toda a paciência para agir nestas circunstâncias, mas respeitem o Regimento, que é muito mais fácil, mais fácil para todos – mais fácil para quem está deste lado, e mais fácil para quem está desse, porque se perde menos tempo. Muito obrigado.

Ora, relativamente ao voto de pesar, os proponentes apontaram no sentido de se guardar um minuto de silêncio. Eu proponha que avançássemos nesse sentido de imediato.

(Minuto de silêncio)

Muito obrigado, Srs. Deputados.

Ora, relativamente ao voto de pesar, quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ora, está aberto o **Período de intervenção do público**. Quem pretende inscrever-se?

Tem a palavra o Sr. Samuel.

--- Samuel Vieira (Município) ---

Boa noite, Sr. Presidente, Srs. Secretários, Sra. Presidente de Câmara, Srs. Vereadores, membros da Assembleia, público, comunicação social.

Hoje trouxe aqui o cronómetro, para começar, para depois não prevaricar, e para não termos aqui questões adiante de esclarecimentos, e coisas do género.

Começava por falar – é que eu estou com um problema de amnésia nesta Assembleia, e às vezes custa-me, não me consigo recordar de algumas coisas que já foram aqui passadas. Começava



pela educação, e se bem me lembro – e queria que a Sra. Presidente me fizesse o favor de me ajudar, que eu estou aqui com amnésia – o que é que se discutia nos últimos doze anos de educação nesta Assembleia? Os Presidentes de Junta não recebiam respostas da Sra. Vereadora, ninguém sabia o que é que se passava na educação. Agora, felizmente, ouve-se outra coisa: ouve-se que a Sra. Presidente de Câmara contrata técnicos especializados para ter uma educação melhorada, a nível de instalações já se fez intervenção em não sei quantas escolas, e coisa do género. Depois, confirme se eu estou a mentir, ou não, Sra. Presidente.

Relativamente a outra questão, à Feira de Pão Podre, em Canaveses, como é óbvio, quer aqui Sobretâmega, Canaveses – as pessoas gostam que se diga Aldeia de Canaveses, ali a virar para a Rua Direita, diz-se Aldeias de Canaveses – é um povo, e acho que o bairrismo que lá existe naquela freguesia deve ser aqui enaltecido, e nós não devemos ter vergonha. E aqui, dirijo uma palavra a esse povo pela forma árdua com que trabalhou nessa feira, e acho que é sempre de elogiar o apoio da Câmara nessa iniciativa. Por acaso também não vi lá o Sr. Deputado Luís Vales, teve aqui a amabilidade de referenciar, mas andei nas redes sociais, também estive lá a visitar, vi lá outras pessoas, e não sei onde é que o Sr. Dr. Luís Vales andava.

Relativamente à Linha do Douro, Sra. Presidente, queria que você me recordasse quem é que lançou aquele concurso de seis milhões (6.000.000€), que não contemplava obras nas estações, nos apeadeiros, que as pessoas tinham que estar à espera de comboio à chuva. Diga aqui aos Marcoenses quem é que lançou esse concurso público. Diga, Sra. Presidente, não tenha medo.

Relativamente às viaturas, também um tema, o que é que nós ouvíamos – é que eu estou com problemas de amnésia, agora já estou a melhorar, com a minha intervenção – o que é que nós ouvíamos no anterior Executivo? Ouvíamos que falta uma motoniveladora, os Srs. Presidentes de Junta vinham aqui quase com um chapéu, “há quatro meses que pedi uma motoniveladora”, “há dois meses que pedi um cantoneiro para a minha freguesia”. Agora, e muito bem, esta Câmara investiu no que deve ser feito. Eu acho, e relativamente à resposta das limpezas, aumentou cinquenta por cento (50%), acho que os Marcoenses não andam a dormir, felizmente. Mas, confirme, Sra. Presidente, se é verdade, ou se estou com amnésia.

E já para não falar naquelas portagens, e o gasóleo, o motorista, também era importante – não sei se esta Câmara teve essa preocupação de calcular o valor, mas era importante que os Marcoenses também soubessem qual é o valor que foi gasto naquela viatura durante doze anos, do Dr. Manuel Moreira. Acho que ficava aqui uma resposta a muita gente.

Relativamente àquele troço da 211, relativamente à questão da ligação a Paços de Gaiolo: como é óbvio, toda a gente sabe – e Sra. Presidente, confirme, se faz favor – o que está em causa aqui é o parecer daquela entidade do ambiente, que estamos à espera. Em nenhum momento foi posta em causa a obra, como aqui o Sr. Deputado Luís Vales pôs aqui em causa. Por acaso, nunca o vi na Assembleia a ter uma intervenção sobre esta obra, se calhar aquilo não vale muitos votos, Paços de Gaiolo, mas também gostava de falar nisso.

Queria falar aqui noutra questão, que tem a ver com os passes, e aqui só tenho duas coisas: no dia em que esta medida foi anunciada, por acaso ia no comboio, e houve um revisor, foi ele próprio que estava a fazer campanha junto do comboio, é um senhor que vive em Castelões, ia eu e outro colega, que por acaso trabalha no Porto, e disse ele: “O Presidente do Marco é que é o meu



Presidente, conseguiu isto”, assim e assim. Sabe o que é que eu tenho a dizer sobre isso aos Marcoenses? Obrigado, António Costa, e obrigado, Cristina.

Relativamente à questão dos precários, acho que já aqui muitas vezes falei nisto, e acho que é um trabalho meritório que esta Câmara está a fazer, que é incorporar e dar aqui oportunidades a pessoas que estão a receber o rendimento social de inserção. Mas, eu acho que a Câmara deve aqui ir mais além. Depois de um ano de avaliação, não deve ter medo de abrir um concurso para integrar algumas destas pessoas. Faz todo o sentido, não tenha medo, Sra. Presidente, porque isto é que é uma Câmara Socialista, é desta forma.

Relativamente à questão da Junta de Sande, eu não consigo perceber ainda muito bem o que é que se passa lá na Assembleia da Junta de Sande, se se demitiu, se foi retirado, não sei se a Sra. Presidente sabe, ou se me pode adiantar mais alguma coisa sobre este assunto.

Agora, só para terminar, gostava de falar também aqui na água, que foi aqui falado, pela Sra. Presidente da Junta de Várzea, Aliviada e Folhada, e gostava que a Sra. Presidente me confirmasse aqui duas ou três coisas. Quem é que encravou este contrato na rescisão unilateral deste contrato? Quem proibiu esta Câmara de concorrer a fundos comunitários? Quem foi? Quem é que votou? Não foram grande parte – e na altura, a Maria José Cerqueira também fazia parte da Assembleia, votou favoravelmente. Por isso, devia ter cuidado no que vem aqui dizer, devia ter cuidado, porque se nós estamos nesta situação da água, muito se deve a esta questão. Confirme-me, Sra. Presidente, se foi, ou não.

Relativamente à questão da Ponte do Arco, fiquei muito admirado, a Sra. Presidente de Junta vir aqui falar deste assunto. E quero que a Sra. Presidente me confirme aqui duas coisas. Há aqui pessoas que começam a casa pelo telhado; aqui, começaram pela ponte, porque grande parte daqueles moradores, se vocês conhecerem a estrada, até estão zangados e, de alguma forma, criticam a Presidente de Junta, porque a estrada não tem calçada. Começou-se pela ponte, e ficou o estradão em terra batida. Toda a gente sabe que aquela estrada está em terra batida, não vale a pena abanar com a cabeça. Portanto, preocupa-se primeiro com a ponte, e depois é que vem a estrada. Por isso, também dizer isto, porque tem que se falar a verdade.

Relativamente à questão da Artâmega, já toda a gente percebeu que aqui o problema não é da Câmara, nem da Junta; tem essencialmente a ver, pelo que eu percebi, e do que sei da história, tem a ver com a Comissão Fabriqueira – confirme, ou não – é a Comissão Fabriqueira e o Sr. Padre de Vila Boa de Quires que querem que a Artâmega saia da Freguesia de Vila Boa de Quires. Por isso, esta solução do terreno, e muito bem, o Sr. Fernando veio aqui falar, mas eu acho que esta situação já devia ser ponderada, não é agora numa situação de esforço, e tentar sacudir a água do capote, veio aqui encostar a Sra. Presidente ao tapete.

Tenho dito.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Samuel. Tem a palavra o cidadão, Sr. Branco Brito.

--- António Branco (Munícipe) ---



Ora, boa noite a todos. Deixem-me aproveitar o tempo, que parece que é curto para todos, está tudo a ficar cansado. Boa noite, Sr. Presidente da Assembleia, Sra. Secretária e Sr. Secretário, Sr. Presidente da Câmara, Vice-presidente, vereadores, Presidentes de Junta, deputados, comunicação social e estimado público. Boa noite a todos, para já, e bom fim de semana, e saúde da boa para todos, que é para eu não me esquecer.

Mas, vamos, então, começar aqui a desbobinar. Eu por acaso até tinha aqui muita coisa para perguntar, mas já vi que lhe está a dar o sono, e então é melhor eu fazer poucas perguntas. Uma das perguntas que eu ia fazer era o seguinte: a Câmara já deu aos advogados quinhentos e trinta mil euros (530.000€), mais de meio milhão para os advogados, para tratar o problema da água, e agora vem aqui o PS – eu sou do PS, mas o que tiver que dizer do PS, digo na mesma. E então, o que é que está a acontecer? Agora, em janeiro de 2019, a Câmara iniciou uma grande empreitada – é o que está escrito – de extensão de uma rede de abastecimento de água, que são três quilómetros, e de saneamento (um quilómetro), e é um investimento de cento e trinta mil euros (130.000€). Eu pergunto: então, por que é que nós andamos a gastar dinheiro no tratamento de águas? Eu sei que ela faz falta, que já estamos no séc. XXI, e não temos água e saneamento. Ainda podem dizer: “O povo não quer vir para cá porque não tem água e saneamento”, isso é uma verdade. Mas, por que é que se está a gastar tanto dinheiro, se já se gastou com os advogados, e ainda por cima agora, vocês, por fora, estão a gastar ainda mais? Isto não dá para perceber, é preciso ver esta coisa, são cento e trinta mil (130.000€) que vocês estão a dizer que vão gastar.

Agora, pergunto eu: qual é a dívida do Município? A senhora sabe? Eu gostava de saber. Se souber, ponha cá fora, ao sol, que é para nós fazermos mais contas.

Depois, o Luís Vales também esteve mais ou menos bem, porque fez o trabalho de casa. Depois, temos aqui um projeto – pergunto eu: os jovens tiveram até ao dia 29 que fazer projetos, vocês, parece que distribuíram trinta mil (30.000€), que era para eles fazerem projetos, e depois apresentarem. Eu gostava de saber como é que ficou definido esse projeto.

Dos comboios, está tudo uma maravilha, mas vamos, quando chegar a altura, quando ele vier elétrico, quero saber quantos comboios é que nós vamos ter. Em Penafiel, posso já dizer que têm de meia em meia hora. Aqui no Marco, se calhar, vai ser tudo na mesma, é “vira o disco e toca o mesmo”.

Depois, tinha-lhe feito a pergunta do quadro que vocês disseram que punham lá em baixo, no cemitério, a dizer a hora de abertura e de fecho, porque há pessoas que têm dificuldade, até têm que saltar por cima dos muros, não sei como é que essa situação também ficou.

Tenho aqui tanta pergunta para fazer, que nem sei por onde lhe hei de pegar. Olhe, há pessoas que dizem assim, que estão muito contentes. Pois estão, os da terra da senhora já podem estar muito satisfeitos: pavimentações, já têm seis; construção de muros, sete; *rails* de proteção, três; águas residuais, uma – dezassete obras. Quem é que não há de estar contente? Assim fizesse na nossa freguesia.

Pronto, eu fico por aqui, porque vocês já têm muito que pensar, mas há muita pergunta para fazer, há sim, senhor.



Saúde da boa para todos.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Branco, muito obrigado.

Deixe-me só fazer-lhe uma observação: eu não estou a chamar à atenção pelo facto de o senhor ter demorado mais tempo; eu só lhe vou dizer que a Sra. Presidente provavelmente lhe vai responder, ou pode fazê-lo por escrito. E o que eu lhe peço, por favor – e peço-lhe isto por favor – é que quando ela lhe começar a responder, não comece a conversar, senão é muito difícil gerir. Muito obrigado, então.

Sra. Presidente, tem a palavra para responder aos pedidos de esclarecimentos dos cidadãos.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigada, Sr. Presidente da Assembleia.

Mais uma vez constatamos que são mais as constatações do que propriamente as questões, mas vou apenas aflorar algumas das questões aqui colocadas pelo Sr. Município Samuel Vieira.

Dar-lhe conta de que, na educação, estamos a fazer o trabalho que nos compete, estamos a ir de encontro àquilo que foram as expectativas criadas nos Marcoenses quando nos apresentámos a eleições em outubro de 2017. No ano passado, fizemos um grande investimento em pequenas obras de requalificação em várias escolas ao longo do concelho; este ano, a nossa previsão era fazermos um investimento muito grande em onze escolas do concelho, retirando o amianto de todas elas. Infelizmente, a candidatura que fizemos à Comunidade Intermunicipal, quer a do Marco, quer a dos outros Municípios também da Comunidade, não obteve o resultado que nós gostaríamos. Mas, mesmo assim, não baixámos os braços – aliás, estamos agora a pegar nessa verba que já estava adstrita ao Município do Marco, e vamos reverter as candidaturas das escolas que não tinham critérios para serem aprovadas, para ser aprovado esse financiamento, ou para ser feito esse investimento em iluminação pública. Mas, não baixámos os braços, e de facto, temos agora dois investimentos a ser feitos, em mais de meio milhão de euros (500.000€), em apenas duas escolas: a Escola da Barroca, que como sabem, é uma escola que necessita há muito tempo de obras, é uma escola cujos pais têm sido muito interventivos, e já o disse aqui, e vou referi-lo outra vez, foram pais interventivos, mas também foram pais responsáveis, porque vieram à Câmara Municipal ajudar a arranjar as soluções para podermos intervir também na escola, durante o tempo que se entender necessário, porque como compreendem, uma obra daquela envergadura não será feita apenas nos três meses de interrupção letiva. E por isso, dizer que essa é uma das obras que vai iniciar muito brevemente, logo que termine o ano letivo, e também, como já aqui referi, na Escola da Esperança, onde reunimos há muito pouco tempo com a comunidade educativa, com os pais, e onde a Sra. Arq.^a Anabela e o Eng.^o Nuno Ferreira me acompanharam para poder apresentar o projeto, e também ouvir as perspetivas e as expectativas dos pais em relação àquela escola, que creio que tem mais de quarenta anos, e nunca sofreu nenhuma obra de remodelação de tão grande envergadura como aquela que vai sofrer agora. São as duas obras que ultrapassam o valor de meio milhão de euros (500.000€), que vamos levar a cabo nestas férias do ano letivo. Mas, além dessas obras, temos outras, várias intervenções ao longo do concelho a fazer nas escolas.



E por isso, queria dizer ao Sr. Município Samuel Vieira que nos orgulhamos muito pelo trabalho que estamos a fazer, que é muito, que é diário, que é constante, com as freguesias, com os Srs. Presidentes de Junta, para melhorar as condições do sucesso escolar dos nossos alunos. E melhorar as condições do sucesso escolar dos nossos alunos não é só fazer obras, mas é importante fazer obras, porque eu tenho consciência de que um aluno que passa sete horas por dia sentado na escola, num processo de aprendizagem, tem que ter um mínimo de condições de conforto, e um mínimo de condições para poder também estar motivado para aprender. A escola tem que ser cada vez mais apelativa, e não depende só do corpo docente; depende muito do corpo docente, mas também depende das condições que nós possamos dar ao corpo docente e aos nossos alunos, para que eles tenham um melhor aproveitamento e melhor sucesso escolar.

O troço da Estrada Nacional 201, não é Paços de Gaiolo, Sr. Samuel, é Quintã – Mesquinhata, para que também não fiquem dúvidas lá em casa, porque senão o Sr. Couto ainda pensa que vai ter uma estrada para Paços de Gaiolo, e não vai. O Sr. Samuel queria dizer que era o troço de Quintã – Mesquinhata. De facto, o troço de Quintã – Mesquinhata é um investimento de cerca de três milhões e pouco de euros – não chega a quatro milhões de euros (4.000.000€) – e está dependente do deferimento da APA – Agência Portuguesa do Ambiente para poderem avançar. E o compromisso que temos é que a obra inicia já no próximo ano, porque depois disto ainda tem que decorrer o concurso, há prazos legais, e por isso, no próximo ano esta obra será levada a cabo.

Eu já falei aqui no Programa PART, nos passes, não vou voltar a falar na importância que tem, não só a eletrificação da linha, que o Governo do Partido Socialista levou a cabo, que o Governo do Partido Socialista concluiu, que o Governo do Partido Socialista orgulhosamente realizou, e fez mais do que aquilo que era expectável, porque não fez só obra física, não fez só a eletrificação da linha; deu também a possibilidade – como já há bocado referi – para que os Marcoenses usufruam dos transportes públicos – e são muitos aqueles que o fazem, há aqui muita gente que eu sei que viaja todos os dias de comboio, que viaja todos os dias de autocarro, porque eu também já viajei de comboio, quando trabalhava no Hospital de S. João, viajava todos os dias de expresso, e sei que há muita gente a viajar de autocarro para o Porto. Há muita gente que, felizmente, consegue conciliar horários, há outros que nem por isso. Mas agora, com esta medida do apoio que este Governo do Partido Socialista vai dar aos Marcoenses e aos onze Municípios do território da Comunidade Intermunicipal, é uma ajuda imprescindível, e que vai ter reflexos muito grandes no orçamento familiar. É verdade que vamos ter esse impacto cá, porque os passes aqui dentro do Marco de Canaveses vão ficar mais baratos, vão pagar apenas vinte euros (20€), os passes para quem vai todos os dias para o Porto, quem viaja para os Municípios para o lado. Tivemos a preocupação de fazer um trajeto regular para aquelas pessoas que usufruem, ou que querem usufruir, por exemplo, das consultas dos hospitais – neste caso, o hospital de referência, o Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, e os hospitais centrais do Porto – há a redução de cinquenta por cento (50%) no pacote de dez viagens, para quem tem que, de vez em quando – não todos os dias – ir ao Porto, essas dez viagens têm uma redução de cinquenta por cento (50%). E por isso, dizer-vos que esta medida que o Governo apresentou agora, e que vai entrar em vigor já no mês de maio, foi estudada pelos Srs. Presidentes de Câmara, investimos muitas horas, incluindo aqui a Câmara Municipal de Marco de Canaveses, que chamou os técnicos todos para nos poderem ajudar a definir aquilo que entendemos que é uma política de transportes públicos melhor para o concelho, porque a Câmara Municipal, a partir de agora, deixa de ter esta responsabilidade; deixamos de ser nós a gerir os transportes públicos, é a Comunidade Intermunicipal que se tornou



autoridade de transportes, e será a Comunidade Intermunicipal a gerir todos os transportes públicos, a partir já deste ano.

Em relação às águas, eu já falei várias vezes neste assunto, continuo a dizer aquilo que já disse aqui várias vezes, sendo certo que também era preciso lembrar aqui algumas pessoas de que este assunto era um assunto que vinha de trás, mas que teve aqui um episódio muito recente, porque felizmente nós temos intensificado as negociações, mas eu relembro, e não me canso de o dizer, e é preciso também lembrar as pessoas que estão lá em casa, que nós atrasámos cerca de seis meses as negociações sobre o processo das Águas do Marco, apenas e só por responsabilidade do PSD. Não tivesse o Sr. Vereador António Dias, do PSD, intentado uma ação judicial contra a Câmara Municipal – que toda a gente sabe quem é, o filho do Sr. Presidente de Junta de Alpendorada, Várzea e Torrão, assim é mais fácil – o vereador, que em vez de ajudar, só nos trouxe atrasos e problemas: intentou uma ação contra a Câmara Municipal porque queríamos contratar uma empresa de advogados nova para resolver o problema das águas. E o Sr. Vereador da Bancada do PSD, infelizmente para ele, não conseguiu levar a cabo aquilo que era expectável, que era atrasar ainda mais este processo. E por isso, com esta ação que meteu contra a Câmara Municipal, que o juiz avaliou – não fomos nós, foi o Sr. Juiz que avaliou esta ação, e a designou como irresponsável, porque foi esta a atitude do Sr. Vereador, de irresponsável, e foi uma atitude inócua, porque não produziu o efeito que a Bancada do PSD gostaria, que era de atrasar ainda mais as negociações deste processo. Perdemos seis meses, perdemos tempo e perdemos dinheiro, graças ao PSD. Felizmente foram só seis meses, pois a sentença veio provar, em toda a linha, a legalidade do procedimento adotado. Veio dar razão a este Executivo, que estávamos a contratar um gabinete de advogados com a maior legalidade, para nos ajudar a responder rapidamente àquilo que os senhores não resolveram durante dez anos.

E por isso, Sr. Samuel Vieira, Feira do Pão Podre, queria dar conta que a Câmara Municipal também colaborou, e vamos colaborando com aquilo que são as solicitações que nos fazem, das associações. E este, de facto, é um evento que correu muito bem – eu sou apreciadora também do pão podre, e temos colaborado imenso com a Associação de Bombos, naquilo que são as nossas possibilidades – com esta e com as associações que nos fazem chegar.

E creio que em relação às questões que o Sr. Samuel Vieira aqui colocou, não vale a pena estarmos a responder a elas todas, senão vamos perder ainda mais tempo.

Sr. Município Branco, eu vou-lhe só responder a duas das questões, e depois o Sr. Vice-presidente responder-lhe-á às questões que colocou sobre questões que têm a ver com os pelouros que o Sr. Vice-presidente tem.

Em relação à questão que colocou sobre os advogados, eu queria dar-lhe conta do seguinte – e o Sr. Branco já cá anda há muito tempo, devia andar mais bem informado: os trezentos e cinquenta mil euros (350.000€) que o Sr. Branco diz que pagámos, não foi este Executivo que pagou; de facto, foi a Câmara Municipal, mas foi um advogado que foi contratado, sem qualquer procedimento concursal – ao contrário da Sra. Presidente da Câmara do Marco atual, que levou o processo a Reunião de Câmara, o anterior Presidente de Câmara, Dr. Manuel Moreira, contratou um gabinete de advogados, a quem pagou cerca de trezentos e cinquenta mil euros (350.000€), para resolver o problema das águas. E o Sr. Branco sabe o que é que esses advogados resolveram. Se não sabe, eu vou dizer-lhe, porque todos os Marcoenses sabem: não resolveram



nada, porque nós continuamos exatamente como estávamos, no fim do mandato do PSD, como estávamos antes. Aliás, os trezentos e cinquenta mil euros (350.000€) que se pagou àqueles advogados não serviram de nada, porque não resolveram o problema, e continuávamos a não ter o problema das águas resolvido. E esta Câmara, este atual Executivo, contratou um gabinete de advogados por duzentos mil euros (200.000€) para resolver o problema, até estar o assunto resolvido – não lhe pagou duzentos mil euros (200.000€), Sr. Branco.

E por isso, dizer mais, em relação à questão que colocou sobre o saneamento, o Sr. Vice-presidente vai-lhe responder.

Em relação ao Orçamento Participativo Jovem (OPJ), eu tenho aqui informação de que o prazo terminou no dia 29 de março, registaram-se oito candidaturas apresentadas, em diversas áreas. Nos termos da proposta e calendarização aprovada em Reunião de Câmara de 28 de janeiro de 2019, irá decorrer até ao próximo dia 30 de abril – ainda não terminou – a análise prévia por parte da comissão técnica, devendo o processo de análise técnica estar concluído até 31 de maio. A votação das propostas decorrerá entre 3 e 22 de junho, e as propostas vencedoras, conforme consta do regulamento, são anunciadas até dia 12 de julho. E nessa altura, não só o Sr. Branco, mas todos nós ficaremos a saber quais são as propostas que vencerão o Orçamento Participativo Jovem, onde é dada a possibilidade aos jovens Marcoenses de nos apresentarem também projetos inovadores, naquelas áreas que eles entendam mais pertinentes.

Sr. Branco, eu também já respondi sobre a questão dos comboios. Permita-me que lhe diga que o senhor também anda muito desatento, porque não vai ficar tudo na mesma, já não está tudo na mesma, Sr. Branco. Decorreu uma obra de eletrificação, o senhor anda muito desatento. A obra está concluída, a linha entre Caíde e Marco de Canaveses está eletrificada, e eu acabei de dizer há bocado que além de eletrificada, em junho já vão circular comboios elétricos. E por isso, nunca poderia estar tudo na mesma. Só uma pessoa muito desatenta no Marco de Canaveses diria tal coisa como o Sr. Branco aqui disse aos microfones. Só uma pessoa muito desatenta. E muito desatenta ainda por não ter percebido que se mudou o paradigma dos transportes públicos com este programa do Governo do Partido Socialista chamado PART, que o Sr. Branco, quando tiver oportunidade, nós vamos dar-lhe a informação, que eu faço questão de lhe fazer chegar, com a revista para o senhor ler nos seus tempos livres, para andar mais bem informado, para perceber melhor o que é que se passa no Marco de Canaveses.

Sr. Presidente da Assembleia, permita-me que o Sr. Vice-presidente termine as minhas respostas, porque são pelouros dele.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Faça favor, pedia-lhe que fosse breve.

--- Mário Bruno Magalhães (Vice-presidente da Câmara Municipal) ---

Muito obrigado.

Sr. Branco, eu tenho uma simpatia muito grande com o Sr. Branco, como sabe, e partilho até de muitas das suas preocupações, que já temos trocado algumas impressões. Mas, não podia deixar ficar em claro esta questão do cemitério. De facto, o senhor fala aqui que está em falta uma placa no cemitério com a afixação do horário. É verdade, essa placa já está a ser tratada, mas eu



também não poderia deixar de lhe dizer – e o senhor não o disse, e eu desconfio que foi apenas e só por esquecimento, naturalmente – que nós hoje temos um colaborador da Câmara Municipal a tempo inteiro no Cemitério Municipal do Marco de Canaveses. Hoje, temos lá uma pessoa para receber quem visita e quem ali passa parte do seu tempo, que infelizmente são tempos difíceis, e a Câmara Municipal tem lá a tempo inteiro um colaborador, que antes não tinha, quando nós chegámos à Câmara Municipal.

Obras na Freguesia de Soalhães: de facto, o senhor, também, naturalmente, por algum esquecimento, frisou aqui apenas e só algumas obras na Freguesia de Soalhães. Não é na Freguesia de Soalhães. Naturalmente que onde leu a relação das obras, e falou nas obras de Soalhães, com certeza que estavam lá obras desde Banho e Carvalhosa até ao Torrão. São dezenas de obras em todas as freguesias, não só em Soalhães. Nós fazemos obras onde elas são precisas. Naturalmente que hoje, e as freguesias não são todas iguais, há muitas assimetrias entre as freguesias, há, naturalmente, freguesias que precisam de obras de pavimentação; outras, felizmente, já não precisam tanto, porque já investimos. E estou certo que até ao final do mandato, vamos tentar e vamos procurar conseguir chegar à primeira habitação de cada família em Marco de Canaveses, ou seja, acabar – e eu não me canso de dizer isto – acabar com a lama no inverno e com o pó no verão, à porta das pessoas que vivem em Marco de Canaveses, e vivem com muita dificuldade.

E nesse sentido, gostaria também de responder ao Sr. Samuel Vieira, quando questiona a questão da educação. Ainda hoje, abrimos um procedimento para a realização da Escola da Barroca – ficam já agora aqui as mães e os pais, e o Sr. Presidente da Junta, a saber – no valor de duzentos e quinze mil, quatrocentos e quarenta e três (215.443€), e também na copa, aqui a cozinha, também na Escola Sede, no valor de catorze mil, quinhentos e trinta e sete euros (14.537€). Quero com isto dizer que estamos apenas a 26 de abril de 2019, ou seja, estamos a quatro meses do ano de 2019, e levamos em execução dois milhões e quatrocentos mil euros (2.400.000€) de obra – dois milhões e quatrocentos mil euros (2.400.000€) de obra. Tenho esperança que até ao final do ano isto ainda vai mudar, e muito, e para melhor. Por isso, quem nos ouve, os Marcoenses, as pessoas dos lugares, as pessoas das freguesias, dos lugares mais distantes dos centros, sabem que esta Câmara Municipal não se esqueceu, não está esquecida deles, visita-os todas as terças-feiras, é mais uma grande descentralização, não são eles que procuram a Câmara, é a Câmara Municipal que procura os munícipes para conseguir satisfazer aqueles que são os pedidos, alguns de mais de vinte anos.

Tenho dito. Muito obrigado, Sr. Presidente.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Vice-presidente. Sr. Branco, quer fazer algum pedido de esclarecimento? Tenha paciência, venha aqui e dirija de forma sintética a questão à Câmara. Por uma questão do Regimento, é mais fácil assim.

--- António Branco (Munícipe) ---

Ora, boa noite, outra vez.

Para não perder muito tempo, eu só queria saber quanto é que a Câmara deve, e até se podia abater à conta. Se deve dinheiro, se pode abater, ou não. É só isso que eu quero perguntar.



--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado. Sra. Presidente, tem alguma coisa para dizer, ou podemos encerrar este ponto da ordem de trabalhos? Penso que é melhor encerrarmos este ponto da ordem de trabalhos. Vamos fazer um intervalo de quinze minutos, procurem não gastar mais do que os quinze minutos, e já retomamos.

(Interrupção dos trabalhos)

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Srs. Deputados, retomem os lugares, para reatarmos os trabalhos.

Vamos entrar no **Período da ordem do dia**.

Ponto n.º 3.1, Apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município.

Tem a palavra a Sra. Presidente, para a eventualidade de querer prestar esclarecimento.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigada, Sr. Presidente da Assembleia.

Eu vou prescindir de usar da palavra, porque a informação escrita foi remetida a todos os Srs. Deputados, a quem cabe a sua análise. Se houver alguma questão, cá estarei para responder.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Ora, estão abertas as inscrições.

--- Bruno Sousa Caetano (1.º Secretário, PS) ---

Vou recapitular as pessoas inscritas: Celso Santana, Marta Regadas, António Monteiro, o Presidente José Barbosa, o deputado Luís Vales, o deputado Gil Rodrigues, e o deputado Mário Luís. Falta alguém? Miguel Queirós.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Ora, tem a palavra o Sr. Deputado Celso Santana.

--- Celso Santana (Presidente J.F. Marco, PS) ---

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Sra. Secretária, Sr. Secretário, Exma. Sra. Presidente da Câmara Municipal, Dra. Cristina Vieira, Srs. Vereadores, caros colegas Presidentes de Junta, Srs. Deputados, público, comunicação social e Marcoenses lá em casa, que nos estão a escutar:

Como eu estou habituado a fazer sempre uma intervenção em todas as Assembleias, hoje não venho para agradecer obra, mas sim para uma das preocupações também que a Junta de



Freguesia do Marco tem, e acho que todas as Juntas de Freguesia do concelho, e a própria Câmara Municipal, que é o ambiente. Vimos falar de ambiente. E concluída que foi a obra do parque de estacionamento da Estação de Rio de Galinhas (Freguesia do Marco), deparamos que havia realmente algumas situações que estavam acabadas, mas ainda faltava mais alguma coisa, na situação das papeleiras. Chegou essa comunicação, e houve a preocupação também por parte da Câmara Municipal e dos seus técnicos na colocação dessas papeleiras, e queria agradecer à Câmara Municipal a colocação de três papeleiras junto à Estação do Marco, e de dez papeleiras para recolha de pequenos resíduos no Parque de Lazer da Cidade. Esta é, realmente, uma das preocupações que nós todos devemos ter e partilhar, e devemos partilhar porque ainda há bem pouco tempo foi instalada neste concelho uma empresa, em que toda a gente comenta o facto de na rua aparecerem objetos – neste caso, papel de embalagem, daquilo que é confeccionado nessa empresa, que dá muito nas vistas, que é o restaurante McDonald's, e que as pessoas que vão lá ao McDrive vão buscar a refeição, e depois não têm cuidado e colocam em qualquer lado. Isto, porque são, realmente, recipientes maiores, não é grave – ou melhor, é grave, mas não é tão grave como, às vezes, as pessoas dizem. Eu, como Presidente de Junta, acompanho a nossa equipa de limpeza de cantoneiros nas bermas, que é a nossa delegação de competências, através dos contratos interadministrativos e acordos de execução com a Câmara Municipal, e vejo todos os dias muito lixo que é deixado pelos automobilistas nas bermas das estradas. Comparado com aquilo que vem do McDonald's, é muito pouco. O do McDonald's realmente dá mais nas vistas porque é novo, está na moda, dá nas vistas e é mau, sem dúvida, mas temos que fazer – e eu lançava aqui um desafio à Câmara Municipal e a todos os colegas Presidentes de Junta, através da secção de ambiente da Câmara, um desafio de uma campanha de sensibilização, através da colocação de *outdoors*, através das escolas, através das próprias empresas, uma campanha de sensibilização “Lixo na rua, não”, porque a limpeza dos aquedutos, que nós vemos com os nossos cantoneiros que há dificuldade, garrafas plásticas de refrigerantes, de lata, fraldas, é muito lixo que as pessoas podem colocar no contentor do lixo, e há colocados em vários pontos de todo o concelho. Eu não me refiro só àquilo que é o centro da cidade, a Freguesia do Marco, mas a todas as freguesias do concelho. E lançava aqui este desafio à Câmara Municipal, aos colegas Presidentes de Junta, através de uma campanha de sensibilização, com a colocação de *outdoors*, informação, nas escolas, sensibilizar as pessoas que utilizam, e muito bem, e para satisfazer esse tipo de situações, para terem o cuidado com aquilo que é o ambiente. E principalmente deixava aqui também uma palavra para os jovens, uma vez que nós dependemos dos jovens, e os jovens são o futuro, mas o ambiente também é o futuro dos jovens, têm que ter essa consciência, têm que preservar o ambiente. Se preservarem o ambiente, estão a preservar o próprio bem-estar, no futuro, deles e das gerações vindouras.

Em relação a tudo isto que foi aqui dito, achava por bem que fizesse uma campanha de sensibilização, porque eu reparo muitas vezes, à entrada de estabelecimentos públicos, somos recebidos com tapetes de pontas de cigarro. Não se pode fumar dentro dos estabelecimentos comerciais, ou dos estabelecimentos públicos, e há o hábito de as pessoas virem fumar para a porta, e depois lançar o resto do cigarro à porta do estabelecimento. Isso também faz parte de uma política de ambiente. As próprias pastilhas elásticas, ter o cuidado de não as lançar para o chão. E acho que nos devemos envolver todos numa campanha de sensibilização abrangente, e que fosse eficaz pensá-la, e uma campanha eficaz, realmente, para termos mais cuidado com aquilo que é o ambiente.



Tenho também aqui para agradecer, como faço parte do Conselho Municipal de Segurança, a campanha que foi levada a cabo pela Câmara Municipal e pelo Conselho Municipal de Segurança, uma ação de sensibilização do consumo de bebidas alcoólicas junto dos estabelecimentos comerciais, e uma campanha noturna que fizemos também junto dos bares de diversão da cidade. Nós não queremos de forma alguma afastar os jovens daquilo que é a diversão deles, conforme a idade que eles têm, e acho muito bem eles se divertirem, e partilhar – porque é mesmo assim, se houver partilha, há um bem-estar entre os jovens. Aquilo que se passa no nosso concelho com a juventude, e que frequentam os bares, não é assim tão mau como se pinta. É claro que há uma situação ou outra que não nos agrada, que não nos podemos rever nelas, mas aquilo que passa por este país fora, embora em concelhos e grandes aglomerados populacionais de outra dimensão, mas o que se passa aqui no Marco são única e exclusivamente situações de jovens. E quezílias, quem não as teve? E nós devemos estar atentos, e devemos fazer isto mais vezes, com a colaboração de mais gente, envolver outras entidades – estiveram bastantes entidades envolvidas, e envolver ainda mais entidades, numa campanha mais alargada de sensibilização, e tem que ser mais vezes feito este tipo de campanha, que é para não cair no esquecimento aquilo que nós fizemos. E vi que houve uma grande aceitação por parte dos jovens, aquilo que nós lhes transmitimos, tanto a Delegada de Saúde, como a Sra. Presidente da Câmara, como o Comandante do Posto da GNR, aquilo que são os males do futuro, aquilo que os jovens, não só aqueles que não têm idade, que foi a sensibilização diretamente para os comerciantes, de não vender as bebidas alcoólicas aos menores de dezoito anos – além de ter as coimas, estão a prejudicar a juventude – também sensibilizar aqueles que têm mais de dezoito anos, que compram e depois incentivam os mais jovens a consumir. E houve uma boa aceitação de todos os jovens, daquilo que nós visitámos, e queria também louvar a atitude de muitos comerciantes, que tiveram para connosco, da forma como nos receberam, e dizer a todos hoje aqui presentes, e a todos que têm responsabilidade no Conselho Municipal de Segurança, a todos os deputados, que este trabalho foi feito, foi pensado, e acho que deve ser feito mais vezes.

Hoje, realmente, não vim para fazer pedidos de obras, agradecimento de obras, como é meu costume – que parece que já tenho quase tudo feito.

Para finalizar, queria só colocar uma última questão, que também tem a ver com o ambiente, à Sra. Presidente de Câmara, se já tem alguma resposta para dar aos Marcoenses, e principalmente desta Freguesia do Marco, sobre a Praia da Pontinha.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra a Sra. Deputada Marta Regadas.

--- Marta Regadas (PS) ---

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e secretários da Mesa, Exma. Sra. Presidente da Câmara Municipal e Srs. Vereadores, Srs. Deputados Municipais, Sra. e Srs. Presidentes de Junta, comunicação social, caros Marcoenses, boa noite a todos.

A minha intervenção aqui prende-se com algumas ações na área social, promovidas por este Executivo em prol dos Marcoenses, e que quero desde já enaltecer. Desde já, a renovação da adesão ao protocolo de cooperação “Rede de Municípios Solidários com as Vítimas de Violência



Doméstica”, entre a Associação Nacional de Municípios Portugueses e a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, aprovada no passado dia 25 de março. Este protocolo, inscrito no Plano de Ação para a Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres e Violência Doméstica, é integrado na estratégia nacional para a igualdade e não discriminação “Portugal Mais Igual”, e visa garantir a efetiva resposta às necessidades de habitação das mulheres que se tornam autónomas após a sua permanência em estruturas de acolhimento de emergência e casas de abrigo integradas na Rede Nacional de Apoio às vítimas deste tipo de violência.

No âmbito desta renovação, o Município compromete-se a incluir nas suas prioridades de atribuição de fogos de habitação social às vítimas de violência doméstica, sinalizada para acolhimento de emergência e casas de abrigo, ou a disponibilizar para arrendamento a baixo custo, outros fogos que possa vir a deter no seu património, ou ainda no domínio das competências dos seus serviços de ação social, prestar o apoio às vítimas na procura de habitação no mercado de arrendamento. Importa aqui referir que de acordo com o estudo levado a cabo pelo Gabinete de Ação Social, o parque de habitação social é atualmente composto por oitenta e uma habitações, sendo de realçar este trabalho, na ótica de uma necessária estratégia local de habitação, no qual o contato foi já promovido com o IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, que é um instituto público integrado na administração indireta do Estado, de intervenção financeira do Governo nas áreas da gestão patrimonial, da habitação, do arrendamento e da reabilitação urbana.

Desejamos, pois, que este parque seja aumentado o mais brevemente possível, por forma a dar resposta ao maior número de famílias comprovadamente carenciadas.

No seguimento da notória e crescente preocupação deste Executivo com os Marcoenses na área social, e sendo abril o mês de prevenção dos maus tratos na infância, a Câmara Municipal e a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens associaram-se à campanha de sensibilização promovida pela Comissão Nacional de Crianças e Jovens em Risco, sob o lema “Serei o que me deres, que seja amor”. O objetivo da campanha é apelar à consciencialização das famílias e de toda a comunidade para a importância da prevenção dos maus tratos na infância, contribuindo para o fortalecimento dos laços familiares, no sentido de uma parentalidade cada vez mais positiva. Da ação de sensibilização consta a colocação de faixas azuis, uma na varanda do edifício desta Câmara Municipal, e a outra no edifício do Marco Fórum XXI, sede da CPCJ, e a realização ainda de um laço humano azul, às catorze horas do dia 30, no Estádio Municipal, com a colaboração dos alunos dos Agrupamentos de Escolas do Marco de Canaveses.

Um parêntesis, a título de curiosidade, sobre a cor, para quem não sabe: a campanha do laço azul teve início em 1989, nos Estados Unidos, quando uma avó colocou uma fita azul na antena do seu carro, simbolizando a cor das nódoas negras encontradas nos seus netos, vítimas de maus tratos.

Destaque ainda para o Balcão de Inclusão, a implementar na sequência do protocolo de cooperação entre este Município e o Instituto Nacional para a Reabilitação, assinado em 2008. Este Balcão de Inclusão pretende garantir uma linha de comunicação ao Balcão de Inclusão daquele instituto, por forma a melhor responder às necessidades e direitos das pessoas portadoras de deficiência, disponibilizando um espaço para o seu funcionamento com as devidas condições de acessibilidade e a afetação de um técnico para o serviço.



Ainda neste domínio, de realçar também o protocolo de colaboração entre este Município, a Associação Salvador e a Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas, que culminará na criação de uma parceria para o desenvolvimento e implementação do projeto “Juntos pela CERCIMARCO e pela Associação Salvador”, que visa a realização de iniciativas de sensibilização para o respeito e inclusão das pessoas com deficiência.

No plano da educação, iria abordar o projeto “#sucessoescolar”, e algumas atividades desenvolvidas, mas a Sra. Presidente já o explicou aqui, e portanto, considero desnecessário.

Obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sra. Deputada. Tem a palavra o Sr. Deputado Toni.

--- António Monteiro (Presidente J.F. Soalhães, PS) ---

Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Sra. Presidente da Câmara, Sra. e Srs. Vereadores, caros colegas, Presidentes de Junta, Srs. Deputados, caro público e comunicação social, a todos, muito boa noite.

Eu queria começar por felicitar o Executivo da Câmara pelo projeto piloto que está a levar a cabo, sobre a Teleassistência, e que está a ser experimentado em três freguesias, em três instituições, e neste caso, uma na nossa freguesia, no Centro Social de S. Martinho de Soalhães. Isto é um projeto piloto para as pessoas mais idosas e mais isoladas, no fundo, e pelo *feedback* que eu tenho lá da associação, está a ser muito bom, e eu espero que este programa seja alargado a todas as outras freguesias, porque acho que é de extrema importância para todos. Portanto, os meus parabéns por esta iniciativa, e que façam um esforço, e que levem a todas as outras freguesias.

Também queria felicitar outra iniciativa que foi muito boa, agora nesta época festiva que acabou de terminar, que é “A Magia da Páscoa”, é uma iniciativa que envolveu todas as escolas das nossas freguesias, e assim como algumas instituições. A minha freguesia esteve aqui também representada com o JI de Ramalhães, JI de Eiró e EB1 de Eiró. Portanto, só veio dar aqui um colorido ao centro da freguesia, ao qual trouxe também aqui muita gente a ver, a tirar fotografias, quem por aqui passou ia notando isso, e a mim até me apetece dizer que, se calhar, para o ano, nós devíamos pedir ali uma contribuição ao Celso por nós estarmos aqui a decorar a freguesia dele gratuitamente. Portanto, fica aqui lançado o repto para ele, para o ano darem um contributo. Mas, pronto, é uma iniciativa muito boa, também dizer que gostei, porque, efetivamente, fica bem aqui nos Paços do Concelho esta quantidade de ovos a decorar aqui.

Também queria fazer uma referência ao evento que decorreu ontem, e dar os parabéns aqui ao nosso colega, ao Nelson Toni, e à Câmara, por fazer esta descentralização, e fazer este evento numa das freguesias. E também dizer que gostei de ouvir a Sra. Presidente a dizer que vai fazer a descentralização noutros eventos, e eu espero que faça, por exemplo, nas comemorações do aniversário do concelho. E lançava o repto para esse evento ser em Soalhães, porque Soalhães já foi sede do concelho, e perdeu a posse precisamente para o Marco de Canaveses. Portanto, acho que ficava bem ser lá em Soalhães. Portanto, fica aqui lançado o repto, para o ano, se for feito, que seja em Soalhães.



E para terminar, também queria só fazer aqui uma referência ao Sr. Branco – é pena ele já não estar aqui, já se foi embora – porque ele, aqui aos microfones da Assembleia, disse que Soalhães tem dezassete obras. Eu não me importava de as ter, até ficava todo contente que tivesse dezassete obras, o que era ótimo. Aliás, era mais que merecido, porque nestes últimos doze anos, Soalhães ficou esquecido. Portanto, nem que tivesse estas dezassete, ou mais algumas, não ficava nada mal. É só para ficar este registo para o Sr. Branco, que para a outra vez que leia melhor. E fica aqui também lançado o desafio ao Executivo, para lançar essas dezassete, e muito mais.

Muito obrigado, e boa noite.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado José Fernando Barbosa.

--- José Fernando Barbosa (Presidente J.F. Tabuado, PS) ---

Eu cumprimentaria o Sr. Presidente da Mesa, e em nome dele, cumprimentaria toda esta Assembleia.

Os assuntos que me trazem aqui hoje são dois, e prendem-se também um pouco com o ponto da ordem do dia. Quem leu com atenção a informação da Sra. Presidente, eu já aqui ouvi falar hoje da educação, mas acho que ela está aqui bem refletida nesta informação da Presidente, nomeadamente no apoio ao desporto em contexto escolar. Se há aqui algo que não podemos apontar à Câmara Municipal neste momento, de facto, é o trabalho que tem feito a nível da educação, e isso também se vê no Desporto Escolar.

Para além do desporto escolar, também é notória a capacidade que a Câmara Municipal tem tido de trazer grandes eventos desportivos, que estão anunciados para 2019: prova do campeonato nacional de Enduro, prova nacional do Rally Raid, final da Taça de Portugal de Andebol, Trail que conta para a Taça de Portugal, e campeonato nacional de XCM BTT da Federação Portuguesa de Ciclismo, que este ano comemora cento e vinte anos.

E nessa lógica, a Freguesia de Tabuado e Marco de Canaveses recebem no próximo dia 23 de junho o Campeonato Nacional de XCM, uma das especialidades de BTT. Sob o mote “Junta-te aos campeões e supera os teus limites”, a prova surge integrada nas “Sendas do Almocreve”, uma organização do Grupo Desportivo de Tabuado, que conta com a colaboração da União de Ciclistas de Vila do Conde, e com o apoio da Junta de Freguesia de Tabuado e o Município do Marco de Canaveses, entre outros patrocinadores.

O evento “Sendas do Almocreve” teve a sua primeira edição em abril de 2013. O “Sendas” nasceu da vontade de dar a conhecer a Serra da Aboboreira, a sua beleza natural e paisagística, a sua história, enaltecer as qualidades que fazem desta serra perfeita para a prática de desportos de montanha. Em paralelo com as atividades desportivas, esta iniciativa pretende dar a conhecer a gastronomia, a tradição, a cultura e as culturas locais. Trata-se de uma organização – como eu já referi atrás – do Grupo Desportivo de Tabuado. Esta iniciativa tem como principais objetivos dinamizar o espaço de montanha que é de um elevado potencial para a prática de desporto de montanha, dar a conhecer a Serra da Aboboreira e o seu património, proporcionar momentos de



lazer e de diversão às comunidades locais, visitantes, com a realização também de uma feira para dar a conhecer os produtos e dinamizar a economia local. Pretende-se assim aliar o desporto à cultura, numa partilha de experiência em que se mantêm vivas as tradições, e incentivar a prática desportiva, através de um conjunto de atividades que pretendem dinamizar a economia e a comunidade local, em particular as freguesias envolvidas.

E deixo aqui, então, o convite, este “Sendas do Almocreve” acontece em duas datas distintas: dias 3, 4 e 5 de maio, teremos uma Feira Social, que é conhecida por “Feira dos Almocreves”, em Tabuado, onde não irá faltar gastronomia, muita animação, teatro – será uma boa oportunidade para quem não conhece Tabuado ir conhecer Tabuado, e certamente não sairá de lá arrependido. Deixo aqui o desafio.

E já agora, vou deixar aqui um repto, fiquei preocupado com a intervenção do Samuel Vieira, ele foi aqui apelidado pelo Governo Sombra, no anterior mandato, hoje não pediu nada para a Freguesia de Tabuado, nem falou do seu evento, porque por acaso ele é só o Presidente da associação que organiza este evento.

Também gostava de falar aqui de algumas obras que estão mencionadas na informação da Sra. Presidente, e alertar o Sr. Vice-presidente que uma delas ainda não está executada. Eu sei que não se vai esquecer, mas neste momento, há duas obras que já estiveram na informação da Presidente, e que ainda não estão executadas.

Por outro lado, também dizer que há outras obras que estão em execução, e que não estão aqui explanadas. E eu vou falar concretamente na eletrificação da Rua dos Tapados, uma obra há muito tempo reclamada por aqueles moradores, e que neste momento se encontra em fase de concretização. Gostava de agradecer, em nome de Tabuado, e nomeadamente das pessoas que moram na Rua dos Tapados, o esforço e o reconhecimento que a Câmara Municipal teve em eletrificar aquela rua, sem esquecer também a Travessa dos Jardins da Vinha.

Mas, mais importante do que todas essas obras é a conclusão do Centro Social de Tabuado. Em 17 de junho de 2017, era lançada a primeira pedra de uma obra que será certamente um marco na arquitetura Marcoense, pois no decorrer desta já foram vários os arquitetos e engenheiros de fora do concelho que visitaram esta obra e que ressaltaram o valor arquitetónico que esta possui, assim como o seu enquadramento paisagístico. Desde sempre foi nossa intenção que o projeto que assumi em 2003 para Tabuado não passaria pela construção de mais uma mera capela mortuária. Teria sido bem mais fácil para nós, até porque à data de início das minhas funções já tínhamos um projeto pronto para iniciar a obra, mas o povo de Tabuado confiou-nos a capacidade de projetar o futuro da nossa freguesia, e decidimos avançar com um projeto para um espaço polivalente, embora contemple também a valência de casa mortuária. Este projeto, agora concretizado, destina-se não só para Tabuado, mas para todos os Marcoenses, já que é um espaço multifuncional, dinâmico, servindo para eventos culturais e sociais, desportivos e educacionais, etc., uma edificação que vem preencher uma lacuna no nosso território e na nossa freguesia. A Sra. Presidente, Dra. Cristina Vieira, que já enquanto Presidente de Junta esteve no lançamento desta pedra do edifício, a 17 de junho de 2017, agora nestas novas funções regressou ao local, em junho de 2018, e pôde constatar que é uma obra de grande valor para a freguesia, certificando-se também acerca da beleza arquitetónica da mesma.



Assim sendo, e devido ao carácter visionário da Sra. Presidente, entendeu que deveríamos pensar na conclusão total da obra, contrariando o que estava inicialmente previsto, de forma a rentabilizar e potenciar um investimento no imediato, com repercussões económicas no futuro. E neste sentido, e de imediato, ainda corria o ano de 2018, a Sra. Presidente da Câmara disponibilizou um montante de cinquenta mil euros (50.000€) para auxiliar a finalização da mesma.

Caríssima Assembleia, hoje posso afirmar que esta obra está praticamente concluída. Dado o empenho e o entusiasmo que senti pela Sra. Presidente da Câmara Municipal do Marco de Canaveses no acompanhamento da obra, lanço mais um apelo a este Executivo: que seja encontrada uma solução no sentido de concretizarmos, o mais brevemente possível, os acessos ao espaço circundante do referido edifício, de forma a podermos realizar no local a próxima Assembleia. E eu acho que ali o camarada Fernando vai compreender este repto, porque 17 de junho de 2019 faz dois anos que a obra foi lançada. Acho que era o momento exato para nós inaugurarmos a obra, e para poder ser feita lá a Assembleia Municipal, no próximo mês de junho. Eu acho que o camarada Fernando, de Vila Boa de Quires, há de entender isto, e provavelmente ele espera para a próxima.

Pois, o Executivo de Tabuado, e em particular os Tabuadenses, saberão agradecer à Sra. Presidente e ao seu Executivo o empenho na concretização de mais este pedido. Agradeço desta forma aqui, publicamente, em meu nome e em nome da Freguesia de Tabuado, o esforço feito por este Executivo, certo que terá em consideração o apelo aqui feito hoje.

Obrigado, Sra. Presidente, e ao Executivo.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Vales.

--- Luís Vales (PPD/PSD) ---

Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Srs. Secretários, Sra. Presidente de Câmara, Srs. Vereadores, caros colegas da Assembleia Municipal, Marcoenses.

A Sra. Presidente, nesta informação escrita, remete-nos para atividades correntes do Município, mas daqui não conseguimos vislumbrar quase nada estrutural. Por exemplo, verificamos que no que diz respeito ao ciclo da água, têm-se feito, de facto, algumas pequenas obras, mas nada estrutural para resolver o problema das pessoas. O PSD considera, e aproveitamos para deixar aqui um repto à Sra. Presidente, para que aposte na construção das ETAR's, por exemplo, de Agrela, em Vila Boa de Quires e Maureles, ou apostar na construção da estação elevatória de água para servir as populações de Bem Viver, Magrelos, S. Lourenço e Sande.

E a este propósito, aproveito também para questionar a Sra. Presidente se os habitantes de Sande e S. Lourenço do Douro, particularmente os que habitam no edifício panorâmico, terão mais uma vez este ano que racionar a água, ou pedir aos bombeiros para que lha forneçam, porque nada foi feito desde o ano passado para assegurar que tal este ano não aconteça.

Ao nível da mobilidade, pelo que sabemos, o contrato com a empresa que garante o serviço UrbMarco está a três meses de terminar. E gostaria de saber se já iniciou o novo concurso, ou se vai interromper este serviço que é tão importante para a mobilidade dos Marcoenses. É um facto



que este Executivo governa há quase dois anos, e por isso, teve todo o tempo do mundo – pelo menos dois anos – para o fazer, e esperamos que, de facto, este serviço não tenha de ser interrompido, porque, de facto, é um serviço que os Marcoenses reconhecem e de que precisam para a sua vida. Esperamos é que – aliás, conforme a Sra. Presidente se comprometeu no seu manifesto eleitoral – alargue este serviço a todas as outras freguesias.

Uma palavra também para a informação vertida aqui nesta informação escrita no âmbito da Proteção Civil. Verificamos com agrado que o Gabinete Municipal de Proteção Civil continua a trabalhar, conforme já nos tinha habituado – ou seja, ao nível da excelência. Fazem ações de sensibilização nas escolas, nas Juntas de Freguesia, coordenam programas de combate à vespa velutina, estão sempre prontos a ajudar o próximo. E por isso, uma vez mais quero aqui saudar, em nome do PSD, todos os funcionários da autarquia que fazem parte deste gabinete, mas também os outros que, como voluntários, auxiliam na prevenção e no combate às ameaças.

Aqui, uma palavra também aos nossos Bombeiros Voluntários, que têm sido, de facto, verdadeiros heróis, e que merecem todo o nosso respeito e toda a nossa ajuda.

Sra. Presidente, relativamente ainda às infraestruturas e equipamentos, gostaríamos de saber em que ponto é que está a obra do Parque de Merendas de Montedeiras.

E finalmente, uma outra questão que lhe gostaria de colocar tem a ver com a manutenção e revisão dos parques infantis, e eu gostava de saber quais foram os parques que foram intervencionados, e se o financiamento dessas intervenções foi apenas da Câmara Municipal, ou também das Juntas de Freguesia.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Rodrigues.

--- Gil Rodrigues (PPD/PSD) ---

Eu prescindo, porque o Sr. Presidente da Junta do Marco já fez a questão que eu ia colocar.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado. Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Luís.

--- Mário Luís Monteiro (CDS-PP) ---

Sr. Presidente da Assembleia, Sra. Secretária e Sr. Secretário, Sra. Presidente da Câmara, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores:

Uma das razões também que me levou a inscrever-me é que fiquei com essa sensação, um peso na consciência, que eu creio que na minha primeira intervenção fiquei por aqui, e não cumprimentei os colegas e as colegas membros desta Assembleia, a comunicação social e o público. Creio que fiquei aqui em cima. Não é desconsideração, de maneira alguma.

Se me permite, Sr. Presidente, aqui um pequeno aparte, digamos assim, e acho que nós, com este intervalo, que veio em boa altura, creio que viemos com uma disposição muito melhor, acho



que estamos todos mais alegres, mais sorridentes. E de facto, penso que nós, na condução dos trabalhos – e da minha parte, eu penso que a maioria também estará aqui para isso, estamos para colaborar e ajudar a que eles corram bem. É preciso, naturalmente, haver um pouco de bom senso, porque falhas, todos temos, e sabemos que as falhas não são só de um lado; de parte a parte há falhas. Portanto, o meu apelo é que haja um pouco mais de calma, menos agressividade inclusivamente, e também algum cuidado, já agora, na intervenção do público, que não deve, acho eu, estar a tecer grandes considerações sobre os membros desta Assembleia, sobre as suas atitudes, porque não é isso que está previsto no Regimento.

E desculpando-me, então, este aparte – e já agora, eu tinha aqui uma nota, porque não gostaria que nós imitássemos os ingleses. De vez em quando nós vemos o Parlamento Inglês, e Deus me livre, aquilo é um pandemónio.

Vinha só recordar, e eu penso que não terá sido esquecido, mas como é algo tão fácil de fazer, eu lancei aqui um apelo para pelo menos colocarem um espelho de trânsito junto ao parque infantil em Alpendorada, porque há lá uma rua com uma esquina muito problemática, e penso que isso seria fácil de resolver.

Há pouco, na sequência da intervenção da deputada Estela Freitas, sobre a questão do pavilhão, é um apelo que eu faço também à Sra. Presidente e à autarquia, na questão das associações, na minha maneira de ver e na minha forma de pensar, nunca devemos entender como despesa os gastos que são feitos em associações que promovem o desporto, que promovem a cultura, e quando elas, de facto, a promovem, acho que isso é mais um investimento na nossa sociedade, na valorização dos nossos jovens, e se calhar devia haver uma majoração para aqueles que promovem essas atividades em classes ou géneros, por exemplo, mais desfavorecidos, ou com pessoas com deficiência, até poderia haver uma majoração. Eu acho que isso é essencialmente um investimento.

E aqui apenas para dizer que a ARCA não tem culpa de monopolizar o pavilhão, acho que tem até mérito por ter cerca de duzentas jovens a trabalhar, e os dirigentes não ganham, não têm salário, dedicam-se. Já houve alturas em que outras associações utilizavam o pavilhão, era partilhado, e é preferível que ele esteja ocupado a cem por cento (100%), como está, do que estar vazio e ter despesa, embora talvez um pouco menor.

Tivemos recentemente as Endoenças, e eu gostaria aqui, de certa forma, de elogiar o apelo que a Sra. Presidente fez para a concertação e cooperação intermunicípios, porque, de facto, não faz sentido que andemos aqui todos, uns a puxar para cada lado, as Endoenças são de Penafiel, são do Marco, eu penso que essa concertação, nós, com uma união de esforços, vamos muito mais longe. Eu penso que é assim que isso deve ser feito, e porventura, quem sabe, no caso do meu constante apelo, e do assunto que eu aqui abordo, do Posto Náutico, da pista de canoagem, talvez ao nível da CIM do Tâmega e Sousa, porque isto não é um investimento – que fique bem claro – não é um investimento para um clube; isto é um investimento para uma região, e que será sempre da região.

Para terminar, apenas dar nota de que, já que estamos a falar desta modalidade, temos neste momento quatro escolas do nosso concelho com Desporto Escolar de canoagem, e essas quatro



escolas irão agora, no dia 8 de maio, ao Regional Norte de Canoagem, onde se espera que venham a ser apurados vários atletas para os nacionais de Desporto Escolar.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Ora, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Queirós. Pedia-lhe que fosse breve, porque o tempo já está no limite.

--- Miguel Queirós (Presidente J.F. Paredes de Viadores e Manhuncelos, PS) ---

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e Srs. Secretários, Exma. Sra. Presidente da Câmara Municipal, Exmo. Sr. Vice-presidente da Câmara Municipal e Srs. Vereadores, Exmos. Srs. Deputados, Srs. Presidentes de Junta, caro público, comunicação social:

A juventude, que é o futuro de amanhã, tem um papel importante na evolução do país. É da juventude que nascem muitas das ideias inovadoras. É importante, pois, então, dar-lhes a possibilidade também no nosso concelho de ser uma voz ativa, e dar-lhes a possibilidade de mostrarem o seu valor. A Assembleia Municipal Jovem, que conta com a participação do Agrupamento de Escolas de Alpendorada, Agrupamento de Escolas n.º 1 de Marco de Canaveses, Agrupamento de Escolas do Marco de Canaveses, Agrupamento de Escolas de Sande, Escola Profissional de Arqueologia, Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Marco de Canaveses, e Escola Profissional – Centro de Estudo e Trabalho da Pedra, tem a sua décima primeira edição no próximo dia 29, no Salão Nobre dos Paços do Concelho.

O Orçamento Participativo Jovem, que foi implementado em Marco de Canaveses por proposta da Juventude Socialista, na voz da camarada, Dra. Ana Moura Pinto, contou este ano com mais uma edição. Este pretende promover a participação dos jovens na vida da comunidade local, permitindo adequar as políticas públicas municipais às necessidades e expectativas dos mesmos, promovendo assim a participação jovem na elaboração do Orçamento Municipal, estreitando a ligação entre a autarquia e os jovens.

No mesmo sentido, na minha primeira intervenção nesta Assembleia, em que apelava à reativação novamente do Conselho Municipal de Juventude, órgão que inadvertidamente deixou de reunir a 3 de dezembro de 2015, sem razão aparente, pergunto, então, para quando está prevista a primeira reunião deste órgão.

E agora, um pequeno aparte, e mais descontraído, já que os meus colegas das Juntas de Freguesia têm vindo aqui a apelar para a descentralização dos eventos, quando a Câmara Municipal quiser fazer também a descentralização das Festas do Marco de Canaveses, Paredes de Viadores vai recebê-las, porque tem a maior tradição das Festas do Concelho.

E convido também os Srs. Deputados a estarem presentes nas Festas da Senhora do Socorro, que são nos dias 26, 27 e 28 de julho.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---



Muito obrigado, Sr. Deputado. Dou a palavra à Sra. Presidente, para responder às várias questões.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Obrigada, Sr. Presidente da Assembleia.

Bem, em relação às questões colocadas pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Marco, Celso Santana, agradeço a sua intervenção, e agradeço sobretudo a sua preocupação e a sugestão que aqui fez nesta Assembleia para que a Câmara Municipal se associe à Junta de Freguesia e a outras entidades que entendermos convenientes para fazermos uma ação de sensibilização, que até já teve o cuidado de batizar, e que me parece bem, que é “Lixo na rua, não”. Eu própria, esta semana, numa iniciativa com os jovens, tive o cuidado de apelar para essa situação, eu também tenho andado pelo Marco, e fora, até na periferia da cidade do Marco, e também me tenho apercebido daquilo que agora nos fez aqui chegar, da quantidade de lixo que está a aparecer – porque, de facto, é um lixo que dá mais nas vistas, pelas embalagens – mas que, efetivamente, não é o único, e muito bem, e principalmente quando andamos na limpeza das bermas da estrada conseguimos constatar que existe muito lixo nas bermas da rua. E por isso, agradecer a sua ação de sensibilização que propôs, e que vamos certamente recolher e também avaliar, para propor onde entendermos que sejam melhores as circunstâncias e o momento.

Em relação à questão das chicletes, dizer-lhe que nós também já pensámos nisso – aliás, já temos uma proposta, que é para colocar as chamadas ecopontas, que são as pontas dos cigarros, e também os chamados “papa-chicletes” – é assim que se chamam tecnicamente. E por isso, já temos orçamentos, são equipamentos que, do nosso ponto de vista, são um investimento caro, é um investimento avultado, mas que já temos orçamentos, e que estamos a pensar colocar alguns no centro da cidade. E por isso, essa sua também observação vem de encontro à nossa preocupação.

A questão da Praia da Pontinha, o Sr. Vice-presidente vai responder.

Em relação àquilo que foi a intervenção da Sra. Deputada Marta Regadas, agradecer a sua intervenção e aquelas chamadas de atenção que aqui fez em várias das ações que nós temos levado a cabo na área social, desde logo o protocolo com a Associação Nacional de Municípios e a Comissão de Igualdade e Cidadania. E eu aqui, queria dar nota também de uma questão, que eu acho que é muito pertinente, e que também tenho que partilhar com a Assembleia Municipal, e com quem nos ouve lá em casa. A Sra. Deputada Marta Regadas falou aqui numa questão que é primordial, que é a questão da habitação social. Este protocolo que nós assinámos com a Associação Nacional de Municípios e com a Comissão de Igualdade prevê que as vítimas de violência doméstica tenham também acesso, com critérios de privilégio, a habitação social. E eu queria dar conta daquilo que são as medidas que temos tomado, e também as reuniões que temos tido para a nossa designada Estratégia Local de Habitação. É uma estratégia que vamos levar a cabo, ou onde vamos incluir também o nosso projeto designado Marco Habita Social e Marco Habita Jovem, e que se chama o “Primeiro Direito”. É um programa de apoio ao acesso à habitação, e é regulado pelo Decreto-lei n.º 37/2018. O que é que é o “Primeiro Direito”? Os Srs. Presidentes de Junta já foram informados, tivemos aqui uma reunião de trabalho com eles, em que lhes demos conta do que é que era o “Primeiro Direito à Habitação”, fizemos até o desafio para nos enunciarem algumas situações que conhecessem nas suas freguesias, e dizer que o programa de acesso a habitação é um programa de apoio público à promoção de soluções



habitacionais para pessoas que vivem em condições indignas, e que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo de acesso a uma habitação adequada. Ciente da importância estratégica deste programa, o Município agendou e participou numa reunião com a Delegação Norte do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), no passado dia 6 de março. Dessa reunião foram esclarecidas as dúvidas técnicas que assistem na interpretação do diploma, sabendo-se que a estratégia local de habitação é o instrumento essencial para a concretização dos princípios orientadores daquele programa de apoio de acesso a habitação, saiu dessa reunião orientação para a elaboração de uma candidatura para financiamento do acompanhamento técnico, na elaboração da nossa – deste Município – Estratégia Local de Habitação.

Formalizada a candidatura, a boa notícia chegou já no dia 9 de abril, ou seja, o deferimento do pedido de apoio financeiro para acompanhamento técnico na elaboração da Estratégia Local de Habitação do Marco de Canaveses, por parte do IHRU, com um valor de vinte e três mil, seiscentos e dezasseis euros (23.616€). Seguem-se agora os trabalhos técnicos tendentes à elaboração deste documento estratégico, que contempla – e aqui chamo à atenção dos Srs. Deputados – o diagnóstico atualizado das carências habitacionais, características e número de situações de pessoas e famílias em condições habitacionais indignas – e eu aqui volto a reforçar o papel das instituições, este desafio já foi feito em sede de CLAS – Comissão Local de Acompanhamento Social, e aos Srs. Presidentes de Junta, que nos façam chegar e que nos indiquem todas as situações que conheçam, de pessoas e famílias que, do ponto de vista de todos nós – que acho que é notório – possam aferir que vivam em condições habitacionais indignas. Esta proposta de soluções habitacionais que o Município pretende ver desenvolvidas em função desse diagnóstico, para o qual contamos convosco, e das suas ações estratégicas ao nível da ocupação do solo e do desenvolvimento do território, mas também a programação da conceção dessas soluções habitacionais para um horizonte temporal de seis anos.

Em suma, queremos que a Estratégia Local de Habitação do Marco de Canaveses – aquilo a que designamos “Marco Habita” – permita, primeiro, conhecer as necessidades habitacionais do concelho, projetar um futuro desejado, inclusivo, integrado e inovador, no âmbito da política de habitação e de ordenamento do território. Dar conta de que estas políticas, ou a aplicação desta política, o “Primeiro Direito” – que, já agora, também é uma política do Governo de Portugal, é um Decreto-lei que saiu no ano passado, do Governo do Partido Socialista – e dizer-lhes que pode passar pelo apoio à construção de nova habitação social, de recuperação e transformação de escolas já identificadas, como é o caso da escola que queremos também colocar à disposição da integração das vítimas de violência doméstica, pode passar também por apoio direto às famílias para construção, ou reconstrução, de habitações próprias, um incentivo ao arrendamento, e demais condições que podem propiciar às famílias Marcoenses o usufruto de uma habitação digna, e de um direito social à habitação.

Dar conta, então, em suma, que é uma mudança de paradigma deste Município, que se encontra agora preparado para definir a Estratégia Local de Habitação, e que é uma estratégia que segue a reboque de um programa que o Governo está a protagonizar, e ao qual também nos queremos associar.

Queria continuar, então, a responder. À Sra. Deputada Marta Regadas, agradecer as questões que aqui colocou, também da CPCJ, do Balcão da Inclusão, são tudo ações que estamos a levar



a cabo no âmbito social, e que esperamos que continuem a contar com as parcerias que temos levado a cabo até agora.

Ao Sr. Presidente da Junta, António Monteiro, o projeto da Teleassistência que aqui elogiou, queria dar conta de que, de facto, é um projeto piloto para três meses, é um projeto que está a ser levado a cabo em três instituições do concelho – Centro Social S. Martinho de Soalhães, o Centro Social de Favões, e o Centro Social de Vila Boa de Quires. Neste caso, abrange um total de doze utilizadores, e estes utilizadores foram identificados pelas instituições, para percebermos quem eram as pessoas que podiam testar este projeto piloto. Findos estes três meses, temos já preparada uma candidatura que prevê – e isto respondendo ao desafio que nos colocou, de poder alargar este projeto a outras instituições do concelho – temos uma candidatura que termina a sua conceção e apresentação no dia 30 de abril, esta candidatura, o projeto prevê a colocação de cento e cinquenta unidades, custará cerca de vinte e seis mil euros (26.000€), e prevê a manutenção deste equipamento durante três anos. E em que é que consiste este projeto? Este projeto, no fundo, é um telefone que as pessoas vão ter em casa, é um projeto em que serão, no âmbito da Comunidade Intermunicipal, apresentadas as aplicações TIC, das tecnologias de informação, e que dá resposta àquilo que são as muitas solicitações que temos, e àquilo que é o trabalho que as instituições sociais também têm vindo a fazer no concelho. São muitas as pessoas que podem vir a beneficiar da Teleassistência, assim designada; de uma forma geral, são os seniores, ativos, dependentes, crianças, doentes de alzheimer, doentes de esclerose múltipla, doentes de Parkinson, e utentes sinalizados por violência doméstica. Este tipo de telefone é uma solução baseada num dispositivo eletrónico, integrado numa plataforma *cloud*, que possibilita a monitorização da segurança da pessoa ou do cidadão.

Quais são as principais funcionalidades a destacar deste projeto? Detecção de quedas – se o idoso porventura cair, o aparelho é acionado – o botão de pânico – por exemplo, para as mulheres vítimas de violência doméstica – a detecção de movimentos estranhos, a saída das balizas predefinidas na localização – imaginem que um doente de alzheimer sai do seu ambiente natural, o botão é acionado, a sua localização de GPS – a localização de GPS para monitorização da pessoa – ou seja, o familiar pode não estar com o idoso, mas sabe onde é que ele está naquele momento – e as chamadas para os números predefinidos. Isto é um protocolo que será levado a cabo com os Bombeiros Voluntários do Marco, o qual lhe vamos apresentar, e será implementado, então, aqui já para cento e cinquenta unidades, e terá um custo – que esperamos que a candidatura seja aprovada – no valor de vinte e seis mil euros (26.000€). E também queria dar esta novidade e esta informação sobre este importante projeto na área social.

Sr. Presidente da Junta de Soalhães, dar-lhe conta de que nos dirigiu um convite para realizarmos a Assembleia Municipal de junho na Freguesia de Soalhães. Foi de Tabuado, peço desculpa. Eu respondo já, porque o Sr. Presidente da Junta de Constance, Sr. Abílio, obteve hoje algumas respostas ao convite que fez à Câmara Municipal para fazermos a Assembleia Municipal de junho na sua freguesia, em Constance. E por isso, ele antecipou-se, e por antecipação, se tudo correr bem, a Assembleia Municipal de junho, se o Sr. Presidente da Assembleia aceitar – porque é ele que vai decidir, não é por falta de convite – será em Constance.

Ainda ao Sr. Presidente da Junta de Tabuado, as questões da educação que aqui referiu, de facto, já foram faladas, não vou voltar a repetir algumas das informações relacionadas com a área da educação.



Em relação ao desporto e às “Sendas do Almocreve”, estamos com muito gosto também como parceiros deste evento – aliás, demos-lhe o devido destaque na nossa revista municipal “O meu Marco”.

E queria dar conta também de uma questão, que eu acho que é muito importante, quer para os Srs. Deputados da Assembleia Municipal, quer para quem nos ouve lá em casa. O Sr. Presidente da Junta disse, a dada altura, que agradecia as obras que aqui estavam, e outras que já estávamos a fazer, a levar a cabo, mas que não estavam aqui, e deu o exemplo da eletrificação da Rua dos Tapados. Eu queria explicar que, de facto, há muita gente que nos faz solicitações para colocação de iluminação pública, e a Câmara Municipal – há um trâmite legal, que tem que pedir um orçamento à EDP, a EDP tem que ir ao local apresentar o orçamento, a Câmara tem que validar, tem que pagar à EDP, e só depois é que a EDP vai fazer a colocação das luminárias, ou os respetivos PT, baixadas de eletricidade e de iluminação pública. E o que tem acontecido, infelizmente, é que mesmo depois de a Câmara Municipal pagar à EDP estes serviços, a EDP tem demorado meses a concretizar estas obras. Temos acompanhado, temos reclamado, mas têm, de facto, surgido atrasos muito significativos na colocação de iluminação pública e na realização de algumas obras de iluminação no concelho. E por isso, às vezes há este desfaseamento. Provavelmente, esta obra dos Tapados, que está a ser colocada agora, que eu acho que até foi uma das que já foi paga em novembro ou outubro do ano passado, e só agora é que a EDP está a colocar, e nós não conseguimos controlar, porque desde o momento em que pagamos – a não ser que também aconteça, alguns Presidentes de Junta têm feito reclamações constantes, e nós temos também pressionado a EDP para isso. Por isso, queria dar também essa explicação, porque, às vezes, não é compreensível a espera, mas queria dar essa nota.

Centro Social e Cultural, o apelo que fez para concretizarmos o projeto, ou a área circundante ao espaço do Centro Social e Paroquial, queria dar-lhe conta de que a Câmara Municipal, tal como esteve sensível até agora, estará também sensível no futuro a esse tipo de situação, e gostaríamos muito de poder também participar na inauguração, que acho que será um momento também muito ambicionado pela população dessa freguesia, com esta obra emblemática.

Sr. Deputado Luís Vales, em relação às questões da água que colocou, o Sr. Vice-presidente responder-lhe-á.

Em relação à sua preocupação com o UrbMarco, pode estar tranquilo, estão acauteladas todas as condições para que o serviço do UrbMarco não seja interrompido. Queria dar-lhe conta de que este serviço do UrbMarco vai ser incluído também nos serviços da Comunidade Intermunicipal, que agora é a autoridade de transportes – há bocado já tive oportunidade de o explicar, já não somos nós que faremos, a partir deste ano, a gestão dos transportes públicos, será a Comunidade Intermunicipal, e fá-lo-á para os onze Municípios da Comunidade Intermunicipal.

Em relação à Proteção Civil e ao elogio que aqui deixou aos serviços da Proteção Civil, como sabe o Sr. Deputado, eu sou a responsável máxima da Proteção Civil, e por isso agradeço as palavras que dirigiu aos funcionários e aos serviços de Proteção Civil, porque, de facto, temos trabalhado muito, nomeadamente na campanha da vespa velutina, houve uma mudança de paradigma em relação a essa situação, e a outras mais, temos feito várias reuniões com os agentes da Proteção Civil e com os parceiros do Conselho Municipal de Segurança, e temos trabalhado arduamente



para que consigamos, porque é isso que pretendemos, defender pessoas e bens no Município de Marco de Canaveses, ou no concelho.

Parque de Montedeiras, o Sr. Vice-presidente também lhe vai responder à sua questão.

Parques infantis, eu não sei se o Sr. Deputado se referia aos parques infantis dos equipamentos que estão colocados nas escolas e nos jardins de infância. Muito bem. Em relação a esses parques infantis, nós estivemos a refazer um levantamento de todos os parques infantis existentes nos nossos equipamentos escolares, quer nas escolas do 1.º ciclo do ensino básico, quer nos jardins de infância. Esse estudo está concluído. Nós fizemos um estudo a pensar naqueles equipamentos que precisam de uma manutenção rápida e urgente, porque em alguns deles até estão colocadas algumas questões de segurança em causa, e, efetivamente, aqueles estabelecimentos escolares que não têm qualquer tipo de equipamento de lazer para as crianças que frequentam esses equipamentos escolares. E por isso, há um plano feito pelos nossos serviços técnicos, na próxima semana (creio eu) há uma reunião para fazermos essa avaliação e para tomarmos decisões.

Queria dar conta ao Sr. Deputado que a questão dos parques infantis, aqueles que são da responsabilidade da Câmara Municipal – e por isso é que eu perguntei se eram os dos equipamentos escolares; há outros que estão colocados em espaços públicos – são da nossa responsabilidade. Há alguns parques infantis que foram colocados pelas Juntas de Freguesia, nos espaços públicos das suas freguesias, e também há alguns Presidentes de Junta, nomeadamente algumas freguesias que têm associação de pais, que ao longo destes últimos anos também ajudaram a colocar parques infantis – eu estou a olhar para o Sr. Presidente da Junta de Constance, que creio que os parques infantis que tem na sua freguesia, nos estabelecimentos escolares, foram todos colocados através da participação financeira da Associação de Pais. E por isso, esses são da responsabilidade das Juntas de Freguesia, muito embora nós tenhamos agora, nesse plano, uma medida que eu acho que vai agradar aos Srs. Presidentes de Junta, que é: aqueles que mesmo sendo da responsabilidade das Juntas de Freguesia, e precisarem de manutenção urgente, nós vamos fazê-la. Fazemos esta manutenção, e depois, conforme a Lei o prevê, passamos a manutenção futura para as freguesias. Aqueles estabelecimentos escolares que não têm qualquer tipo de equipamento, estamos a fazer a estimativa orçamental – aliás, eu até achei o valor que os serviços técnicos me apresentaram muito baixo, e já pedi novos orçamentos, para perceber se aquele material é homologado e é certificado, porque temos que também ter essa responsabilidade quando os colocamos – e vamos colocar naqueles estabelecimentos escolares que não têm nenhum tipo de equipamento, vamos colocar – já foram colocados alguns, vamos colocar mais, sendo certo que há aqui estabelecimentos que não têm, e vão continuar a não ter, porque fizemos um estudo, ou estamos a avaliar também essa questão dos nascimentos por freguesia, e há aqui equipamentos e edifícios escolares que nos próximos anos, segundo a tendência de nascimentos e de frequência de matrículas dos alunos, terão tendência a encerrar – estamos a falar de jardins de infância com sete crianças, ou oito crianças, e cuja tendência é reduzir ainda. E por isso, não vamos fazer investimento nesses, porque, efetivamente, a muito curto prazo, provavelmente irão encerrar. Mas, também queria, já agora, aproveitar para partilhar com os Srs. Presidentes de Junta, porque esse estudo será avaliado nos próximos dias com os serviços técnicos e com o Executivo.

Sr. Deputado Mário Luís, o espelho que solicita, vou pedir aos serviços técnicos para avaliar a sua colocação. Certamente que se for uma necessidade, fá-lo-emos. Mas, queria dizer-lhe que os



espelhos são responsabilidade das Juntas de Freguesia. E por isso, pode fazer o pedido à Junta de Freguesia de Alpendorada, está aqui o responsável, muito embora nas estradas nacionais e algumas circunstâncias em que, de facto, os nossos serviços técnicos têm consciência de que são prioritários, e são muito importantes, colocando também em causa, ou que possam estar a colocar em causa a segurança dos automobilistas, nós temos também, em situações pontuais, feito essa colocação. Como não conheço a situação, se calhar articularemos com a Junta de Freguesia, e se for necessário, provavelmente como os outros Srs. Presidentes de Junta colocam – porque eu também coloquei quando era Presidente de Junta, muitos, e por isso, tenho a certeza que o Sr. Representante da Junta de Alpendorada, aqui presente, levará essa incumbência para poder colocar o espelho onde ele for necessário.

Em relação ao investimento que fizemos no Pavilhão de Várzea do Douro, já aqui foi falado. De facto, é um investimento – eu fiz referência a despesas, água, luz, que são despesas para manutenção desse espaço, que como muito bem diz, é utilizado pela ARCA, que tem todo o mérito, e a Câmara Municipal também tem ajuda nesse mérito, porque disponibiliza, de facto, as instalações necessárias para que vocês possam praticar desporto e treinar com as jovens, que já há bocado referiu, e muito bem, que têm dado muitas alegrias ao Marco de Canaveses, e sobretudo à Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão.

Em relação à questão das Endoenças: de facto, no ano passado, quando nos apercebemos das Endoenças, os cartazes já estavam cá fora, e já tinha sido tudo planeado, como era habitual nos anos anteriores, mas este ano, eu já tive essa preocupação de falar com o Sr. Presidente da Câmara de Penafiel, que também concorda que não faz sentido o Marco fazer um cartaz a publicitar um evento como as Endoenças, e colocando um cartaz a dizer “Endoenças – Marco de Canaveses”, e Penafiel tira uma fotografia de outro lugar, e faz um cartaz a dizer o mesmo, mas diz “Endoenças”, e diz “Penafiel”. O evento é, efetivamente, dos dois Municípios, acho que ficamos todos a ganhar se a promoção do evento for concertada entre os dois Municípios, e ainda mais ficamos a ganhar porque este evento, por si só, é dos maiores eventos de promoção religiosa da região. E por isso, cada vez tem mais gente a querer vir visitar e estar presente no momento da procissão das Endoenças, e nos outros momentos subsequentes, e esta concertação com o Município de Penafiel ficou determinada – aliás, este ano já não levámos isso a cabo, porque quando falámos já foi tarde demais, quando tive oportunidade de falar com o Sr. Presidente da Câmara de Penafiel, já estavam todos os procedimentos em andamento, mas há este compromisso de, para o ano, concertarmos antecipadamente as Endoenças, e fazermos essa promoção do evento, em concertação com as duas Câmaras Municipais.

Aproveito também para felicitar as quatro escolas com a prática de canoagem, e que nos deu agora essa informação, espero que corra também tudo bem, e que também nos possam dar essas alegrias. Tenho a certeza que sim, porque já é habitual, já nos habituaram.

Sr. Presidente da Junta de Paredes de Viadores e Manhuncelos, Miguel Queirós, Conselho Municipal de Juventude, o Sr. Vereador Paulo Couto dar-lhe-á a informação sobre esse assunto.

Sr. Presidente da Assembleia, terminei. Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---



Já passam cinco minutos e qualquer coisa do tempo, agradecia que o Sr. Vice-presidente fosse rápido no esclarecimento. Muito obrigado.

--- Mário Bruno Magalhães (Vice-presidente da Câmara Municipal) ---

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Relativamente ao Sr. Presidente de Junta do Marco, Sr. Celso Santana, gostaria de lhe dizer, quanto à pergunta que fez da Praia da Pontinha, dizer-lhe o seguinte: desde que chegámos à Câmara Municipal, a Praia da Pontinha foi uma luta, e é uma luta que muito gostaríamos de ganhar. Por isso, temos feito tudo o que está ao nosso alcance para conseguir ter praia, e o objetivo era praia este ano, na época balnear. Acontece que no passado dia 1 de abril de 2019, recebemos uma comunicação da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) que não nos alegra, e temos já uma reunião agendada para discutir isto, e que diz o seguinte, e que eu tenho alguma dificuldade em compreender, e não podemos aceitar certamente: *“Na sequência do ofício enviado para esta autarquia, sobre o assunto em epígrafe, cumpre-me informar que a comissão técnica de acompanhamento (CTA) da aplicação da diretiva das águas balneares, que reuniu na Amadora, no passado dia 19 de março de 2019, considerou não integrar a Praia da Pontinha (Rio Ovelha) como água balnear na lista de identificação de águas balneares para a época balnear de 2019. Esta decisão prende-se com as questões de segurança no açude existente a jusante, o qual já evidencia ruturas estruturais, e cujos riscos carecem de estudo e avaliação por parte da APA, com identificação das medidas a tomar, quer seja no sentido de intervenção nas infraestruturas, ou do seu desmoronamento. Assim, enquanto não forem conhecidos os resultados deste estudo e das medidas a tomar, não se afigura adequada a identificação de uma água balnear para o local em causa, face à sua proximidade a montante com o açude, com eventuais consequências para a zona da praia, nomeadamente a profundidade do plano de água.”* E depois diz: *“Neste contexto, caso a autarquia mantenha o interesse em manter esta proposta de identificação de água balnear, deverá manter estas águas em estudo durante pelo menos mais um período equivalente à época balnear para os parâmetros e métodos previstos na norma de qualidade.”*

Já manifestámos o nosso descontentamento perante esta missiva enviada pela APA, não a aceitamos. O açude existe lá há dezenas de anos – há dezenas de anos. Após uma série de pedidos de informação relativamente à avaliação das águas, à avaliação dos terrenos e da zona da praia, que a Câmara Municipal prontamente respondeu à APA, a APA surge depois com esta missiva que nos desagrada, e temos, então, já uma reunião agendada para discutir isto com a APA, porque não aceitamos de forma alguma que a justificação para que não haja praia este ano seja a questão do açude, porque o açude tem há muitos anos. Julgo que respondi.

Quanto ao Sr. Presidente de Junta de Tabuado, José Barbosa, dizer-lhe que relativamente à obra que fala, julgo que é a obra na Rua Padre Joaquim Pereira da Cunha, tem a ver com água e saneamento. Naturalmente, é um conjunto de obras, e são adjudicadas num pacote, e começámos já em algumas freguesias, e ainda não chegou a Tabuado. Quando nós apresentamos a obra, nomeadamente aparece a descrição das mesmas e os seus locais. Daí que ainda não chegou a Tabuado, mas já chegou a Bem Viver, já está em Alpendorada, já esteve em S. Paio, e vai com certeza chegar também a Tabuado.

Relativamente ao deputado Luís Vales, dizer-lhe o seguinte: obras do ciclo da água, diz que temos feito pequenas obras. Não o são, e digo por quê: estamos a fazer o projeto para a zona envolvente



à Ponte de Canaveses, nomeadamente no Lugar do Pisão Novo, na Rua Direita de Canaveses e nas Caldas de Canaveses. Estamos também a tratar da ETAR de Ponte das Tábuas, e gostaria de lhe dizer o seguinte relativamente à ETAR de Ponte das Tábuas: veio à Reunião de Câmara do passado dia 11 de março de 2019 a proposta para a realização de escritura de justificação notarial do prédio urbano destinado a ETAR, com logradouro, na Freguesia do Marco. O Município é detentor do prédio urbano inscrito na matriz sob o n.º 5811, desde 1981. E aqui, peço desculpa, mas vou ter que ler de novo: desde 1981. Ou seja, há trinta e oito anos que aquele equipamento está na posse do Município de Marco de Canaveses. Nós estamos cá há um ano e meio – não há dois anos, mas há um ano e meio – em funções. No prédio em que está instalada a estação de tratamento de águas residuais de Ponte das Tábuas, que serve uma grande parte da cidade do Marco, foi feita a escritura de justificação notarial no passado dia 17 de abril de 2019. Ou seja, trinta e oito anos passados, esta Câmara, em um ano e meio, já realizou a escritura deste equipamento e deste prédio que estava em posse há trinta e oito anos da Câmara Municipal, e que não estava registado, e então foi feito através da escritura de justificação notarial. Sabemos, todos nesta sala, que este é um equipamento que tem alguns problemas, nomeadamente está obsoleto e precisa de ser reconstruído, reabilitado, feito um equipamento novo. Por isso, nada melhor do que começar por registar aquilo que é nosso, para que depois possamos, ou com fundos comunitários, ou a expensas próprias da Câmara Municipal, de acordo com o futuro que nos espera, para que seja possível realizar esta obra, também em Ponte das Tábuas, que está mais ou menos previsto um orçamento de um ponto quatro milhões de euros (1.400.000€). E estamos a preparar a compra de terreno para a ETAR de Avedas, articulada com o Sr. Presidente de Junta de Avedas, que pode testemunhar o mesmo, já feitas diversas visitas, realizadas ao local. Estamos a avaliar a ETAR – e já foi aqui também apresentada – na zona da Agrela; o abastecimento de água aos depósitos de Toutosa estão já concluídos, uns depósitos realizados há quase vinte e dois anos, e que nunca tinham levado uma gota de água, hoje está este problema resolvido. Está a decorrer a empreitada das redes do Torrão, no valor de setecentos mil euros (700.000€); execução das infraestruturas de água e saneamento básico junto à Igreja de Santo Isidoro; execução de infraestruturas de saneamento e água na Rua da Cabrita, uma obra no valor de cento e dois mil euros (102.000€), que vai resolver aquele problema daquela zona industrial. Podemos nomear um conjunto de obras espalhadas, aquilo que chama de pequenas obras, mas não é verdade, são um conjunto de obras, com um levantamento feito pelo concelho todo, que eu gostaria também de apresentar, nomeadamente: Alpendorada, Várzea e Torrão, Rua do Sol Posto (abastecimento de água), Rua das Vinhas (abastecimento de água); em Bem Viver, Rua de Vila Nova, Rua das Pedreiras, Rua da Quinta; em Penha Longa e Paços de Gaiolo, Rua Francisco Vieira Carneiro; em Soalhães, Rua de Ramalhães; em Várzea, Alviada e Folhada, Rua da Petada e Rua da Cruz; em Tabuado, a dita rua já referenciada, Padre Joaquim Pereira da Cunha; no Marco, a Travessa da Boavista, Rua da Cruz, Caminho da Ribeira e Rua Rainha D. Mafalda; e também ainda em Sobretâmega, Rua das Vinhas de Baixo. Tudo isto é um conjunto de obras que temos, que estão em execução – não são só estas, mas são muitas mais, e estamos a executar, e que tenho todo o gosto em aqui as apresentar, para que os presentes, e aqueles que nos acompanham, possam ter conhecimento.

Relativamente a algumas obras que fala, em Sande e S. Lourenço estamos a trabalhar no assunto, o Sr. Presidente de Junta sabe bem que já fiz uma visita, e em breve vamos ter novidades, que a questão do levantamento topográfico, acho que até já está feito. E por isso, é uma obra também que é para realizar.



Quanto ao edifício panorâmico, toca num assunto importante, e numa obra difícil. Como sabe, o edifício panorâmico já não tem água há muitos anos – não é só de agora, há um ano e seis meses – e está previsto, nos estudos técnicos da Câmara Municipal, que o edifício panorâmico seria abastecido através do depósito de Requim. Fica muito longe, eu conheço bem o local de Requim, teria que passar pela Igreja de Bem Viver, da Feira Nova – neste caso, da Paróquia de Ariz, que não houve agregação de paróquias – e depois sair em Magrelos, e depois chegar ao edifício panorâmico. É uma obra cara, uma obra difícil, e estamos a avaliar a possibilidade de conseguir arranjar outra solução. Mas, esta não está fora de hipótese, até temos já uma visita agendada para bater no terreno esta possibilidade, porque é um terreno com muita rocha, muito difícil, e por isso temos alguma dificuldade em levar a cabo a obra, mas esperamos que seja possível.

Parque de Montedeiras: muito me honra que fale, realmente, no Parque de Montedeiras, porque é aqui que peca quando diz que herdámos projetos completos. E de facto, não podia dar melhor exemplo para eu descrever que os projetos que herdámos, muitos deles, nomeadamente este é muito incompleto. É tão incompleto que os terrenos, uma grande parte dos terrenos não eram do Município. Estão já comprados, a primeira escritura está agendada para dia 6 de maio – ou seja, daqui a dias – comprámos três grandes parcelas de terrenos. Dessas três parcelas – e essa parte já foi toda aprovada em Reunião de Câmara – dessas três grandes parcelas de terreno, tivemos também a obrigação de comprar partes que estavam integradas na mesma matriz e no mesmo número, mas do outro lado da rua. Ou seja, Montedeiras tem hoje condições para ter um parque excelente, quer de merendas, quer de diversão, mas também de estacionamento, para além daquilo que estava previsto. Por isso, dizer-lhe que a obra do Parque de Montedeiras está parada, está suspensa, foi feita por este Executivo a suspensão da mesma, estamos mortos por começar a obra, tivemos já aqui, no intervalo, quer o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sande, quer a Sra. Prof.^a Manuela, por causa do Dia da Criança que lá se celebra, e por isso, temos que arranjar outra solução, porque, de facto, esta solução do Parque de Montedeiras não vai ser possível, porque temos mesmo que iniciar a obra.

Julgo que respondi às questões que me colocou. Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Vice-presidente.

Concluimos este ponto da ordem de trabalhos, e passamos de seguida ao **Ponto n.º 3.2**, Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal relativa à ratificação do ato de não aceitação da transferência das novas competências para a Autarquia Local, referenciadas no Decreto-lei n.º 20/2019, de 30 de janeiro.

Quem pretende inscrever-se para falar? Sra. Presidente, peço desculpa, que não lhe perguntei se queria prestar algum esclarecimento sobre este ponto da ordem de trabalhos.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Sim, Sr. Presidente da Assembleia.

Dar conta aos presentes – eu tinha aqui uma resenha de todas as competências que a Câmara Municipal já assumiu, são dezassete os diplomas setoriais que foram publicados em Diário da República: o Decreto-lei n.º 97/2018, que é sobre as praias, em que a Câmara Municipal já aceitou



esta competência; o Decreto-lei n.º 98/2018, que é sobre jogos de fortuna e azar, que a Câmara Municipal também já aceitou esta competência; o Decreto-lei n.º 99/2018, sobre promoção turística, que também concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e entidades intermunicipais, e que a Câmara Municipal também aprovou; o Decreto-lei n.º 100/2018, das vias de comunicação, que a Câmara Municipal também já aceitou; o Decreto-lei n.º 101, da justiça; o n.º 102, dos fundos europeus e captação de investimento; o Decreto-lei n.º 103, dos bombeiros; o Decreto-lei n.º 104, das estruturas de atendimento ao cidadão; o Decreto-lei n.º 105, da habitação; o Decreto-lei n.º 106, do património público sem utilização; o Decreto-lei n.º 107, do estacionamento público, que também a Câmara aceitou essa competência.

E depois, o Decreto-lei n.º 20, que é este que está aqui em causa, que é o Decreto-lei n.º 20/2019, de 30 de janeiro, sobre proteção e saúde animal e segurança dos alimentos, que diz que os Municípios passam a ter as competências da Administração Central em matéria de autorização ou licenciamento nas seguintes áreas: proteção e saúde animal – ou seja, os centros de recolha e hospedagem para animais – os concursos e exposições de animais, a profilaxia médica e sanitária, a atividade pecuária nos casos em que o Município seja a entidade coordenadora. E depois, temos também competências nas questões relacionadas com a segurança dos alimentos – ou seja, os estabelecimentos industriais que utilizem matérias primas de origem animal não transformadas, entre outras, nos casos em que o Município seja a entidade coordenadora; os estabelecimentos industriais de transformação de géneros alimentícios; os estabelecimentos e mercados abastecedores e municipais; os estabelecimentos pecuários e estabelecimentos de abate de animais destinados à produção de carne para alimentação humana, nos casos em que o Município seja a entidade coordenadora. E são estas as competências que este diploma, que é o que está aqui hoje em causa, o Decreto-lei n.º 20/2019, nos transfere. Dar conta de que esta competência não foi aceite pelo Município, por deliberação na Reunião de Câmara de 25 de março de 2019, e que a Câmara aprovou por unanimidade não aceitar esta delegação de competências. Trata-se por si de uma não aceitação de competências, a proposta foi enviada para deliberação em Assembleia Municipal. Ou seja, o que diz a Lei é que quando nós não aceitamos uma competência, ela tem que vir à Assembleia Municipal; quando aceitamos, não tem que vir, é só a deliberação de Câmara.

E por isso, a proposta que hoje diz respeito, foram dois Decretos-lei que foram à Reunião de Câmara, o n.º 20, que é este, da saúde animal, e depois, o outro, da cultura e património, mas esse foi aceite, essa delegação de competências. E por isso, o que hoje aqui está para deliberar é a não aceitação da Câmara desta competência, que foi deliberada por unanimidade em Reunião de Câmara.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Quem pretende inscrever-se? Não há inscrições. Então, passamos à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.



Ora, passamos de seguida ao **Ponto n.º 3.3**, é apenas para conhecimento, Informação sobre os compromissos plurianuais face à autorização prévia, no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – LCPA. É apenas para conhecimento.

Mesmo assim, alguém quer manifestar-se sobre este ponto? Não.

Passamos, então, de seguida para o **Ponto n.º 3.4**, Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal respeitante à Prestação de Contas e Relatório de Gestão do Ano Financeiro – 2018.

Sra. Presidente, tem a palavra.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu vou tentar ser célere, muito embora este relatório de contas – como sabem, é um relatório bastante extenso, mas eu queria aqui apenas deixar alguns apontamentos sobre a questão da receita e da despesa, e vou tentar ser o mais concisa e objetiva possível.

Em relação à receita, arrecadámos cem por cento (100%) em relação ao valor orçamentado. A receita cobrada atingiu os trinta e cinco pontos um milhões de euros (35.100.000€). Mesmo assim, comparando a receita do ano de 2018 com a do ano de 2017, arrecadámos menos um milhão, duzentos e onze mil euros (1.211.000€). E por quê, perguntam vocês? Porque temos menos impostos indiretos, nomeadamente o IMI, porque a redução da taxa de IMI para a taxa mínima, de zero vírgula três por cento (0,3%), e o IMI Familiar, que possibilitou também às famílias numerosas usufruírem de um desconto maior, e dessa forma entrou menos receita referente ao IMI nos cofres da Câmara – menos um ponto dois milhões de euros (1.200.000€). Recebemos também menos duzentos e cinco mil euros (205.000€) de Derrama – o Município cobra agora apenas um por cento (1%), em vez de um e meio (1,5%), nas transações superiores a cento e cinquenta mil euros (150.000€), e por isso também tivemos uma quebra de receita na Derrama. Tivemos também menos transferências correntes do Estado, no que concerne às transferências provenientes da DGEstE – Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares. Verificou-se uma diminuição de trinta e quatro vírgula nove por cento (34,9%) em relação a 2017, que originou uma quebra no montante de quinhentos e trinta e três mil euros (533.000€) de receita arrecadada em 2018. Esta redução da receita nesta verba justifica-se essencialmente pelo desfasamento das transferências das verbas no âmbito do Fundo Social Municipal, que foram recebidas em 2018. Para perceberem, havia cerca de trezentos mil euros (300.000€) que correspondiam à receita de 2018, mas que só foram transacionados para a Câmara, ou só foram recebidos em 2019, e por isso há aqui um desfasamento de cerca de trezentos mil euros (300.000€). O outro motivo, embora de menor escala, também se encontra associado à contínua diminuição do número de alunos matriculados – neste caso em concreto, no ano letivo 2017/2018, face ao ano anterior.

Contudo, nem tudo é mau, e se tivemos menos receitas aqui em algumas rubricas, também posso realçar alguns exemplos onde houve aumento de receita, nomeadamente no IMT. Por sua vez, não compensou tudo, mas ajudou a compensar, por exemplo, a redução do IMI e da Derrama. O Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas dos imóveis (IMT), foram mais cerca de quatrocentos e oitenta mil euros (480.000€) de receita. Podemos concluir indiretamente que há



uma dinamização importante do setor da construção civil e do ramo da imobiliária, porque as transações de imóveis aumentaram mais de cinquenta por cento (50%), comparadas com o ano de 2017. Também houve um aumento na rubrica do IUC, da receita do IUC, mais sessenta e sete mil e quinhentos euros (67.500€), do Imposto Único de Circulação. E também do FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro, arrecadámos mais receitas em transferências do Estado em cento e vinte e seis mil, quinhentos e cinquenta euros (126.550€). E também do IRS, houve mais comparticipação do IRS, mais sessenta e quatro mil euros (64.000€).

Em relação a despesas, aumentámos a despesa de pessoal em cerca de dois por cento (2%), que em termos líquidos são mais cento e trinta e seis mil, duzentos e quarenta e seis euros (136.246€) – cerca de cento e trinta e seis mil euros (136.000€). E por quê, perguntam vocês? Porque o Governo, através da Lei do Orçamento de Estado, no seu art.º 18.º, permitiu as valorizações remuneratórias. Ou seja, foram objeto de alteração obrigatória de posicionamento remuneratório, progressões e mudanças de nível de escalão cerca de duzentos e vinte trabalhadores da Câmara Municipal. Isto representa um aumento de cerca de cinquenta e seis mil euros (56.000€) nas retribuições certas e permanentes – houve a oportunidade que o Governo deu, felizmente, de descongelamento de carreiras, e as pessoas progrediram na carreira. Claro que se aumentámos os salários, também aumentámos as contribuições para a Segurança Social associadas a esses salários. Contribuíram igualmente para o aumento das despesas com pessoal a atualização do salário mínimo nacional. A retribuição mínima mensal garantida era de quinhentos e cinquenta e sete euros (557€) em 2017, e como sabem, o salário mínimo aumentou para quinhentos e oitenta euros (580€) em 2018, situação que abrangeu nove trabalhadores do Município.

Também dar conta de que contou para o aumento das despesas com pessoal o facto de este ano, em vez de termos apenas quarenta e cinco contratos de emprego-inserção, das pessoas que estão cá através do Instituto de Emprego e Formação, temos setenta e seis – em 2018 tivemos setenta e seis contratos, que são pessoas que estão cá incluídas, através do subsídio de emprego e/ou rendimento social de inserção.

Aumentámos num lado – neste caso, na despesa com pessoal – mas reduzimos noutro. Poupámos, por exemplo, na aquisição de bens e serviços, cerca de duzentos e quarenta e seis mil euros (246.000€); poupámos – ou pelo menos não gastámos – nos juros e encargos com a dívida, também menos duzentos e vinte mil euros (220.000€).

Aumentámos as transferências correntes para as freguesias, mais sessenta e quatro mil euros (64.000€). Ou seja, hoje as freguesias recebem mais dinheiro, nomeadamente pelo aumento associado às transferências de verbas objeto dos contratos de delegação de competências no domínio da educação – ou seja, na Componente de Apoio à Família, no programa de generalização das refeições aos alunos do 1.º ciclo, da ação social escolar, e também da tarifa referente aos resíduos sólidos, pois como sabem, as Juntas de Freguesia recebem cinquenta por cento (50%) da verba arrecadada pelo pagamento dos resíduos sólidos urbanos da sua freguesia.

Aumentámos também as transferências para as associações sem fins lucrativos, mais cerca de cento e treze mil euros (113.000€). Na rubrica das transferências correntes, a designada rubrica das famílias, em 2018 constatamos que há um aumento da despesa de cerca de cinco mil euros (5.000€), referentes ao pagamento da ação social escolar de anos anteriores. As verbas atribuídas



aos Bombeiros Voluntários, no âmbito do regulamento municipal do programa de incentivo ao voluntariado, também entraram aqui.

No domínio da área social, ainda decorrente da ação municipal para a resolução de problemas de pessoas em situação de vulnerabilidade, através da aplicação do regulamento do Fundo de Emergência Social do Município de Marco de Canaveses. Apoiámos vinte e uma famílias, num total de treze mil, setecentos e noventa euros (13.790€). À data de hoje, temos mais quatro famílias que vamos apoiar – aliás, já estão deferidos os processos, vão ser atribuídos na próxima semana, num total de mais dois mil e quinhentos euros (2.500€).

Agora em relação à despesa, vamos agora à despesa de capital. Na despesa de capital, verifica-se uma diminuição significativa, considerando o aumento extraordinário do valor executado em 2017 – em 2017 totalizámos trinta e dois vírgula sete milhões de euros (32.700.000€), devido essencialmente à liquidação dos empréstimos vigentes no Município, através das operações de substituição de dívida, traduzidas numa despesa superior a vinte e dois milhões de euros (22.000.000€) – não está cá o Sr. Branco; se estivesse, já ficava a saber qual é o valor.

Em relação às transferências de capital, diminuíram em termos globais as transferências de capital. Diminuíram um vírgula três milhões de euros (1.300.000€), ou seja, menos setenta e nove por cento (79%) em relação ao ano de 2017, justificado, em parte, pela diminuição das transferências para as Juntas de Freguesia, no âmbito da denúncia dos contratos de delegação de competências – aqueles contratos em que nós agora fazemos os concursos, com as vossas obras de proximidade, e que são investimentos. O Município, como sabem, assumiu a realização desses investimentos pretendidos pelas Juntas de Freguesia, que são os denominados investimentos de proximidade nas freguesias, deixando de ser as Juntas a fazê-lo, e sendo a Câmara Municipal agora a assumir esse investimento, embora o faça sempre em coordenação com as Juntas de Freguesia. Eu já o disse várias vezes, mas acho que é importante dizê-lo, por que é que a Câmara Municipal assumiu estes investimentos, e não continuou a Junta de Freguesia a realizar este investimento. É bom lembrar os Srs. Presidentes de Junta que a maior parte das Juntas de Freguesia não cumpriam com a contratação pública, e isso responsabilizava a Câmara, porque sempre que cá chegava o pedido de subsídio para aquela obra, conforme tinha sido deliberado, constataavam os serviços que as Juntas de Freguesia não cumpriam com a Legislação, ou com a contratação pública, e isso passava o ónus da responsabilidade para nós, porque estávamos a dar um subsídio para uma obra, a qual não tinha cumprido com a Legislação, ou com o procedimento de contratação pública em vigor.

Na administração geral, o total executado resulta em grande parte da aquisição de equipamento básico no âmbito da atividade municipal, e a aquisição de equipamento de transporte – já aqui tivemos oportunidade de falar nas viaturas. Esta medida visou substituir alguns equipamentos e viaturas municipais por outros mais eficientes e com menores custos de manutenção, que por demonstrada incapacidade e desgaste, se mostravam ineficientes para a resposta aos serviços municipais. Também destaco os montantes afetos a investimentos no ensino não superior – a rubrica do ensino não superior – designadamente a ampliação e requalificação da EB1 do Cruzeiro, na Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão, a EB1 de Vale do Covo, em Alpendorada, Várzea e Torrão, a EB1 da Serrinha, em Alpendorada, Várzea e Torrão, a EB1 de Ladário, em Constance, a EB1 de Outeiro, em Constance, o JI de Vila Verde, no Marco, o JI de Gouveia, o Centro Escolar de Sande, que também foi alvo de obras, a EB1 de Gouveia, em Várzea,



Alviada e Folhada, o JI da Serrinha, em Alpendorada, Várzea e Torrão, a EB1 do Marco, a EB1 da Picota, JI de Vila Nova, EB1 de Paços de Gaiolo, JI de Eiró, JI de Ramalhães, JI de Cerdeiras, etc.

Ao nível do ordenamento do território, verificamos também a realização de requalificações urbanísticas diversas, designadamente executámos o arranjo urbanístico da área envolvente à Igreja de Santo Isidoro, o arranjo urbanístico no parque da estação, Rua do Ferroviário, e a requalificação urbana do Largo Conde de Ariz. Refira-se ainda o início da construção do Centro Cultural do Marco, no âmbito dos projetos de investimento aprovados ao abrigo das candidaturas submetidas a fundos comunitários do Portugal 2020.

Nos domínios do abastecimento de água e saneamento, foram realizadas – eu tinha aqui as obras, para dizer quais eram, mas não vale a pena, porque o Sr. Vice-presidente já falou nelas, e por isso, não vale a pena estar a repetir esta informação.

Na área do desporto, recreio e lazer, verificaram-se intervenções ao nível da obra de manutenção do Estádio Municipal de Marco de Canaveses, a requalificação do campo de jogos, com arrelvamento do piso sintético no Eidinho, Freguesia de Vila Boa do Bispo, a requalificação do campo de jogos e arrelvamento sintético da Freguesia de Penha Longa e Paços de Gaiolo, e a requalificação do campo de jogos e arrelvamento de piso sintético na Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles, e também a obra no Parque de Lazer da Cidade.

No domínio dos transportes rodoviários, destacamos os seguintes investimentos: pavimentação em cubos de granito em diversas freguesias e calçamentos em diversos arruamentos na área do Município; construção de muro de suporte de vias municipais, infraestruturas de repavimentação de um troço da Rua da Samoça, na Freguesia de Bem Viver, e a repavimentação de um troço da Estrada da Ribeira, na Freguesia de Soalhães. Acrescem ainda os investimentos de proximidade nas freguesias, em que o valor executado financeiramente se cifra em quinhentos e setenta e sete mil euros (577.000€), nomeadamente diversas pavimentações em cubos de granito e/ou betuminoso.

O Sr. Branco não está cá, mas eu queria dar esta nota, em relação ao endividamento, para terminar. No que concerne ao endividamento, o Município tem vindo a diminuir o endividamento ao nível das outras dívidas a terceiros. Durante o ano económico de 2018, o Executivo manteve sempre os níveis baixos de endividamento a terceiros, pelo que apresenta o valor de dois milhões, trezentos e vinte mil euros (2.320.000€) no fim do ano de 2018. Só para terem noção, o montante existente no final do ano de 2010 era de três milhões, seiscentos e sessenta e nove (3.669.000€). O montante de endividamento existente em 2018 é assim inferior ao endividamento existente em 2017, em cerca de seiscentos e vinte e sete mil euros (627.000€), ou seja, cerca de menos vinte e um ponto vinte e oito por cento (21,28%), o que evidencia assim o controlo e monitorização da dívida a curto prazo.

Acho que é tudo. Se houver algumas questões, estarei disponível para responder.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---



Muito obrigado, Sra. Presidente.

Nós já excedemos em cerca de treze minutos o tempo previsto. Eu queria propor à Assembleia a continuidade, porque falta pouco. Caso contrário, teremos que fazer uma marcação para continuação desta Assembleia. Chamaram-me à atenção, e com razão, porque está no Regimento, na parte da duração. Sem formalidade, é para continuar?

Então, quem pretende inscrever-se para este ponto da ordem de trabalhos? Não há mais inscrições? Sr. Deputado Luís Vales, Sr. Deputado Nuno Pinto, Sr. Deputado Gil Rodrigues. Não há mais inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Vales.

--- Luís Vales (PPD/PSD) ---

Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, caros colegas Marcoenses.

Depois de analisar este relatório, verificamos logo no início que o montante do património não registado se mantém num nível material que motiva a existência de uma reserva de opinião por parte do revisor oficial de contas, o que revela a incapacidade do atual Executivo Municipal em dar continuidade, de forma célere, ao que tinha vindo a ser feito pelo Executivo anterior.

A Sra. Presidente classificou aqui como má a diminuição da arrecadação da receita de IMI. O PSD não considera isto negativo, porque ao tomar a decisão de diminuir, de baixar o IMI, o anterior Executivo do PSD naturalmente fê-lo a pensar nas pessoas e nas famílias que assim têm mais rendimento disponível para o seu dia a dia e para a sua vida.

Por outro lado, também aqui a Sra. Presidente referiu que, de facto, o serviço da dívida tem diminuído – isso, de facto, é um bom sinal, é sinal de que esta negociação foi bem feita também pelo Executivo anterior, e por isso esse reconhecimento aqui também fica devido.

Por outro lado, nós queríamos demonstrar aqui a nossa preocupação e perguntar à Sra. Presidente por que é que se verifica um aumento do prazo médio de pagamento a fornecedores em quatro dias – eu sei que são quatro dias, mas esta Câmara Municipal, felizmente, e com muito orgulho o digo, apresenta disponibilidades financeiras bastante elevadas. E por isso, gostaríamos de entender por que é que estamos aqui a aumentar este prazo.

Por outro lado, a execução orçamental aqui neste documento revela uma baixíssima execução da despesa de capital, apenas quarenta e quatro vírgula cinco por cento (44,5%), o que revela alguma incapacidade deste Executivo em cumprir com os seus compromissos, e verificando-se, pelo seu lado, uma execução da despesa corrente de setenta e sete por cento (77%), o que revela que este Executivo tem mais apetência para gastar do que para investir no futuro dos Marcoenses. E perguntamos, por isso, por que é que não investe mais em ação social, nas freguesias, em pavimentações, em água e saneamento, porque, de facto, com esta execução denota-se aqui a falta de investimento.



As disponibilidades financeiras do Município ascendem a treze vírgula seis milhões de euros (13.600.000€) – eram de onze vírgula quatro milhões (11.400.000€) no ano anterior, totalmente depositadas em contas à ordem. Já aqui tive oportunidade de o dizer, no ano passado, o que nós não conseguimos compreender, como é que nós temos tanto dinheiro à ordem, porque se aplicados a prazo, com um taxa negociada na ordem de um por cento (1%), permitiria ao Município obter uma remuneração superior a cem mil euros (100.000€) de juros. E por isso, consideramos que existe aqui uma má gestão financeira por parte deste Executivo.

E por isso, o PSD – finalmente, Sra. Presidente – apela à Sra. Presidente da Câmara e ao Executivo para que reveja as suas prioridades, e que use os recursos que tem disponíveis – e eles existem – para fazer reformas estruturais, obras necessárias e fundamentais para os Marcoenses. O futuro deve ser acautelado, e os Marcoenses são, enfim, devido às escolhas erradas de um passado distante, os Marcoenses são, de facto, credores de infraestruturas que melhorem a sua qualidade de vida.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Pinto.

--- Nuno Pinto (PS) ---

Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sr. Secretário, Sra. Secretária, Sra. Presidente da Câmara, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, caros colegas, público, comunicação social:

Eu hoje, sinceramente, ia encurtar aqui – já da outra vez o fiz, e também não queria maçar ninguém, e queria encurtar aqui um bocado a minha intervenção. Mas, depois de ouvir o Dr. Luís Vales, fiquei um bocado arrependido deste meu primeiro, mas já lá irei.

Primeiro, queria fazer aqui uma pequena introdução – e já foi permitida tanta coisa hoje aqui a tanta gente, que mesmo que não esteja no Regimento, também se isto não me for permitido... E o que eu queria dizer era o seguinte, e é a minha opinião apenas: Sr. Presidente, eu estou nisto há muito pouco tempo, e posso-lhe dizer que das melhores coisas foi conhecer o Sr. Presidente. Não é para me dar mais minutos, porque normalmente nem metade dos minutos cobro. Por isso, confio completamente no Sr. Presidente para dirigir os trabalhos, e digo: por mim – e sou o primeiro, falo por mim, não falo por ninguém – por vezes as coisas não correm melhor porque nós complicamos muito as coisas, todos nós, e por mim falo. Por mim falo, não falo por ninguém, cada um terá a sua opinião. No momento, no calor, às vezes podemos ter divergências nas convicções políticas, podemos ser mais contundentes, às vezes podemos parecer mais arrogantes, eu sei que muita gente me tem por arrogante, está no seu direito, mas eu acho que aqui ainda não faltei ao respeito a ninguém; posso ter sido um bocado mais contundente. E acho que hoje, em certos momentos – pareceu-me, posso estar a ser injusto, mas pareceu-me que houve até um bocado de falta de consideração pelo Sr. Presidente. Mas, pronto, estamos em democracia, e cada um é responsável pelos seus atos. Eu queria dar este meu testemunho, e dizer que sei que o desempenho da sua função não é fácil, porque nós o pressionamos de todas as maneiras e feitos – eu continuo a dizer, quando digo “nós”, eu sempre primeiro. E por isso, Sr. Presidente, é um prazer conhecê-lo, continue a desempenhar a sua função da melhor maneira que sabe e pode.



A segunda situação tem a ver também com este introito, não tem nada a ver com a condução dos trabalhos, sei bem que nós decidimos, e que vamos continuar até ao fim, mas eu, normalmente, só faço intervenções ao nível das questões financeiras, e o que eu verifico, desde o tempo que aqui estou, salvo quando as sessões são a horas diurnas, isto para mim, ou para o Dr. Luís Vales, hoje para o deputado Gil, que também vai falar sobre este assunto, a Sra. Presidente, isto é um bocado complicado, porque já não são raras as vezes em que chegamos aqui e as pessoas – com todo o direito, porque eu também, quando estava ali, estava quase a cair – as pessoas, que já têm pouca apetência – é verdade – para as questões financeiras, ninguém gosta das questões financeiras, já não é fácil manter as pessoas interessadas por estes assuntos, quanto mais calhar-nos sempre falar à uma e meia (01h30), duas da manhã (02h00), e não sei quê. E agora eu vou dizer por que é que estou a dizer isto: porque eu acho que duas das competências que esta Assembleia tem, das mais importantes, são exatamente as financeiras: são a aprovação do Orçamento, dos Planos Plurianuais de Investimentos, isso é que define a atividade do Município, é que permite a execução de tudo o resto, de todos os programas, de todas as situações que nós pensarmos. E a mesma coisa na prestação de contas, que é o final desse ciclo, em que o Executivo presta as contas aos deputados municipais, diz o que fez e o que não fez, e sujeita-se à crítica das coisas que são apresentadas. E eu lamento, sinceramente lamento que, por as sessões se realizarem desta forma, nos calhe sempre, sempre isto. É a última vez que falo disto, e peço desculpa por ter ocupado este tempo, mas já andava para dizer isto aqui há uns tempos, mas disse-o agora.

Tentando encurtar, para poupar um bocado do que eu já roubei aqui à vossa paciência, até falando um bocado de improviso, eu queria dividir só isto em três questões. Eu já tinha decidido falar sobre a Oposição, e a maneira como se posiciona em alguns assuntos financeiros. Era só isto que eu queria dizer, porque o deputado Luís Vales – eu nem ia comentar, eu lamento, e a seguir o deputado Gil pode refutar, mas eu até estava a dizer, até fui indelicado, até disse: “Pergunte ao Dr. Vítor Gonçalves, porque ele de certeza que o contraria”, porque dizer que este Executivo, que o facto de haver uma reserva legal – e quando estamos a falar em certificação legal de contas e reserva legal, temos que ter muito cuidado, porque é o que fundamenta, e é o selo nas contas. Quando diz que um ano de execução deste Executivo, e a reserva se manter, quer dizer que este Executivo não tem feito o esforço para a regularização, para resolver, quando é o contrário – o senhor leia, e veja lá que é o contrário, é dito que o esforço está a ser feito, e digo-lhe, tem muitos bons funcionários a Câmara para resolver esse problema, que até nem foi herdado dos Executivos do PSD – nem é uma crítica ao PSD. E conforme vocês fizeram trabalho, eu acho que este Executivo está a fazer um trabalho muito bom, de forma acelerada, e a este ritmo, a solução surgirá muito, muito antes do que provavelmente ao ritmo que estava a ser feito anteriormente. Se calhar não, e há questões quase irresolúveis. A resolução é a própria irresolução da situação. Eu ia precisamente dizer isso, é que a certificação legal das contas é o que nos satisfaz aqui a todos para aprovar as contas, se quisermos, da parte técnica e financeira. Podemos não as aprovar por questões políticas, e estamos no direito. É essa a diferença que faz, um voto diferente do voto pela passagem das contas, será sempre um voto político pelas opções, por alguma coisa, não pela parte da certificação, nem das reservas, porque sabem que elas já existem há anos e anos, acompanharam o anterior Executivo, que fez os seus esforços, e este Executivo com certeza que está a fazer os mesmos esforços para resolver coisas que quem está dentro do assunto sabe que algumas delas são irresolúveis, na questão do património.



Mas, o que eu queria dizer, e sobre as questões dos saldos de gerência, da constituição de saldos de gerência, da preocupação com os saldos de gerência, eu mantenho a mesma posição, e vou voltar outra vez ao assunto: eu tenho sido coerente na minha posição, mudarei a posição quando me convencerem que eu estou errado, ou eu me convencer a mim próprio, por algum motivo, que estou errado. Eu já disse isto aqui, e volto a dizer: os saldos de gerência, por si só, analisados por si só, nem são bons, nem maus; têm de ser enquadrados na situação e no contexto da situação. Dizer, como já ouvi várias vezes aqui dizer, que o Executivo anterior deixou dez milhões de euros (10.000.000€), e agora é dividir pelas freguesias, eu, se fosse um demagogo puro, vinha agora aqui dizer que doze milhões (12.000.000€), é dividir outra vez tudo pelas freguesias, quando sabemos que não é. E que eu saiba, em matemática, doze é maior que dez. Se fossemos medir saldos de gerência, e se fossemos todos um bando de hipócritas e demagogos, dizíamos isto. Tecnicamente não é assim, e nunca me ouvirão dizer, e eu já disse isto aqui várias vezes, que um saldo de gerência de uns é melhor do que o saldo de gerência de outros. Eu, por exemplo, tive esse trabalho de análise, e fui comparar a constituição de saldo de gerência – eu não tenho aqui os elementos, aponteí só aqui alguns dados – dos últimos, salvo erro, dez anos. E pelo facto de estar a falar de improviso, eu peço desde já desculpa se, às vezes, errar em algum número, porque estou a falar mesmo de improviso, mas alguns números aponteí. Quando se fala em constituição de saldo de gerência, e a situação, e ponham o dinheiro a prazo, e ponham não sei quê, e vocês é que estão a gerir tudo mal, um por cento (1%), e não sei quê, eu digo uma coisa: Dr. Luís Vales, o seu Executivo teve, em saldos de gerência, em 2017, dez milhões e quatrocentos mil euros (10.400.000€) – dez milhões e quatrocentos mil euros (10.400.000€) introduzidos no saldo de gerência. Eu vou explicar-lhe ainda mais, para vocês saberem o problema dos saldos de gerência: em 2014, o saldo de gerência que foi introduzido nas contas pelo PSD era de cinco milhões e noventa e três mil euros (5.093.000€); em 2017, quatro anos depois, já era dez milhões e quatrocentos mil (10.400.000€). E agora, vocês dizem assim: “Então, andam a acumular dinheiro? Isto é má gerência, ou o que é que isto é?” Não me ouvirão a mim a fazer essa acusação, não a farei, porque só analisando o exercício de cada ano, o por que é que isto surgiu, se foi através da receita, se foi da despesa, é que eu posso saber. Da mesma maneira que eu agora não o faço em relação ao passado, às vezes também me custa ver fazer avaliações muito simplórias, muito simplistas e muito demagogas, porque os números não mentem. É o que eu acho sobre a questão, e não quero perder muito mais tempo quanto a isso.

Quanto à prestação de contas, que é o segundo ponto dos três que eu quero falar, a Sra. Presidente já falou de várias medidas, não vou falar nisso. Vou falar apenas de três ou quatro pontos que da parte que eu acho que deve ser dito, e para ficar gravado, da parte da execução financeira, primeiro voltar a referir – que era o ponto que eu tinha aqui a dizer – que estamos todos descansados em poder aprovar estas contas, porque elas são certificadas, e têm o mesmo tipo de certificação pelos mesmos revisores, que sempre foram certificadas anteriormente, são contas que, tecnicamente, não se lhes pode colocar dúvida nenhuma. A decisão será sempre política.

Em termos financeiros, vou destacar apenas aqui alguns pontos: a boa execução relativa da receita, que se situou ao nível dos cem por cento (100%). Como a Sra. Presidente disse, houve uma perda de um milhão de euros (1.000.000€) de receita fiscal com a baixa do IMI, a baixa da Derrama, compensada por uma alta do IMT – ou seja, houve um aumento das transações de imóveis. Esta baixa da receita, sabemos perfeitamente onde é que ela surgiu, está ligada à baixa dos impostos de que beneficiam, e bem – e bem – todos os Marcoenses. Ao contrário, eu tinha aqui a frase que dizia o seguinte – o Dr. Luís Vales saiu, mas eu tinha aqui a frase que dizia assim:



“A boa execução das despesas correntes”. As despesas correntes – eu agora não tenho aqui os números, mas, grosso modo, estão ao nível da execução dos anos anteriores, em termos relativos. Por isso, este tipo de afirmações que se fez aqui, dizer que se gasta mais nas despesas correntes, para dar a ideia de que é despesismo, é preciso ter cuidado quando os números nos contrariam. É só isso. Se os números não contrariassem – é uma questão de ir ver os números.

Refliço aqui também a diminuição do endividamento a médio e longo prazo, que a Sra. Presidente já disse, não sei se refletiu individualizando o valor, mas a médio e longo prazo situa-se nos vinte e um ponto sete milhões de euros (21.700.000€), que terá que ser pago em dezoito anos. E a minha opinião pessoal – pessoal – é que deve ser pago em dezoito anos – pronto, já tem a minha opinião pessoal, para não haver fantasmas. Acho que o ponto de situação do Município, as necessidades que iremos enfrentar no futuro neste Município, pressupõe que se cumpra escrupulosamente o que se tem que pagar no prazo estabelecido. É isso que, na minha opinião pessoal, é melhor para o Município. Quanto ao resto, demagogias disto e daquilo, eu não entrarei nelas. Daqui a um ano, dois, três ou quatro, com a mudança das situações, eu poderei ter outra opinião. Neste momento, é a minha opinião. Por mim, dou por finalizado o assunto, acho que o Município deve respeitar os seus compromissos, que foram até feitos pelo anterior Executivo em 2017, com a renegociação da dívida, e deve cumprir escrupulosamente, como tem feito, os seus compromissos. Acho que isso é que é uma boa gestão pública.

Falando do endividamento a terceiros a curto prazo, penso também que a Sra. Presidente já referiu, eu tinha aqui escrito que era dois ponto três milhões de euros (2.300.000€) a 31 de dezembro, e que é a tal baixa de cerca de vinte por cento (20%), em cerca de seiscentos mil euros (600.000€), em relação ao ano anterior, o que é bom.

Também refletindo aqui um bocado – a Sra. Presidente poderá responder, mas é fácil ver, na questão do prazo médio de pagamento. O prazo médio de pagamento de doze dias é um prazo médio baixo. Se me disserem que oito é mais baixo, é; quatro é mais baixo? É. Para quem sabe como é que é calculado o prazo médio de pagamento, é uma fórmula de uma portaria. Por isso, isto é tipo um índice, um rácio. Para quem está do lado de lá, isso não significa exatamente, às vezes, o que as pessoas estão a ver. Agora, é evidente que se o prazo médio de pagamento sobe, significa que o prazo médio de pagamento é superior. A explicação é muito fácil se olharmos para toda a documentação, e isso já foi aqui dito várias vezes, e eu não queria até ser indelicado nesta hora e estar sempre a rebater nas mesmas coisas, mas sabem perfeitamente que foi criada por este Executivo a Divisão de Contratação e Aprovisionamento. Se a criaram é porque se percebeu que alguma coisa não estaria a funcionar, porque comprar rápido e pagar rápido nem sempre é sinal de boa gestão, e vocês sabem que não. Nem sempre comprar rápido e pagar rápido é sinal de boa gestão, porque se eu comprar rápido gasóleo, muito rápido, telefone e mando vir, e assino na fatura “pague-se”, é rápido. Não é um dia, é meia hora, eles até mandam a fatura por PDF. Se houver quem assine por cima, “pague-se”, paga-se, é rápido. É isto que nós queremos para o Município? É isto que os senhores querem, e que estão preocupados? É com os doze dias que estão preocupados? Um rácio baixo de pagamentos, com rigor, com critério, pagar com contratos, fazer contratos, fazer procedimentos concursais, levar as coisas aos Tribunais de Contas, que não eram levadas. Obrigam-me a repetir os argumentos. Se me provarem que o que eu estou a dizer não é verdade, eu venho aqui e desminto. Se me disserem que isto que eu estou a dizer é mentira, eu desminto.



Por isso, por vezes é fácil se se comprar mais rápido. Quem diz o gasóleo, diz os seguros, diz o gás, e diz os telefones, e diz outras coisas – e não estou a dizer à sorte. Por isso, acho que para boa gestão da coisa pública, é bem melhor pagar a quatro, a dois, a três, é certo, mas pelo menos pagar bem, contratar bem, a cumprir o Código da Contratação Pública como deve ser. É esta a minha opinião sobre o prazo médio de pagamento.

Falando das provisões, que para mim é das coisas que mais me preocupa nas contas do Município. Analisando as contas do Município, é sempre o fator. Para muita gente, o que não representa dívida não é exigível. As provisões, no caso do Município, têm uma parcela de vinte e dois ponto dois milhões de euros (22.200.000€), que dizem respeito a processos em tribunal, que toda a gente sabe, com a empresa Águas do Marco, em que o Município já foi condenado em Tribunal Arbitral – e está a decorrer a respetiva contestação nos tribunais superiores – mas, isto é uma espada que está na cabeça de todos os Marcoenses, do Município e de todos os Marcoenses. Para perceberem o que é que é vinte e dois ponto dois milhões de euros (22.200.000€) no Município do Marco, vão às contas, todos as receberam, e comparem com o nível de despesa, com o nível de receita, e vejam o que isso representa. Não vou fazer demagogia, cada um tire as suas conclusões. E se todos aqui pensam que isso não vai acontecer, que só nas histórias da carochinha é que isso acontece, vocês vejam a realidade, já fomos condenados numa primeira instância. E aqui entra, e é a esperança de toda a Bancada do PS, e eu estou convicto que independentemente das questões políticas, dada a situação atual e da maioria, que eu espero que seja o mesmo objetivo, tanto do PCP, como do CDS, como do PSD, é que de uma maneira ou de outra se consiga resolver este caso, e que não continue a colocar o Município num perigo iminente. É o que eu acho.

Por fim, nesta análise das contas, eu quero, então, falar das despesas de capital, e da menor execução das despesas de capital. Se eu dissesse que a execução das despesas de capital era ótima, era boa, era um demagogo completo, vocês não podiam acreditar em mim. Mas, eu também não estou aqui para vocês acreditarem em mim; eu estou a dizer o que eu acho que é a verdade. E eu já disse várias vezes, ponho-me sempre na posição de humildade de dizer que é a minha versão, é a minha perspetiva. Não importa que outras pessoas vejam de outra maneira, desde que sejam factuais; quando se fala de números, que sejam ao menos factuais. Na questão da despesa de capital, é evidente, o próprio relatório tem-no lá escrito, que a execução das despesas de capital foi menor que o expectável. Agora, a nós cabe-nos saber, e cabe-nos questionar, e eu aqui vou questionar o Executivo, porque desde que aqui estou na Assembleia, e então durante o ano de 2018 foi um chorrilho dessa questão, foi dito em vários fóruns, aqui, no exterior, nas rádios, em tudo o mais, que o Executivo do PSD deixou tudo prontinho – vamos agora falar do PARU. Nós aqui todos devemos saber o que é o PARU. Algumas pessoas que nos estão a ouvir, que a esta hora, com esta música e tudo o mais, não devem ser muitas, mas, se calhar, esperando que alguns um dia lá vão ver isto que eu estou a dizer, e o que vai dizer a seguir o deputado Gil, e que a seguir vai dizer a Sra. Presidente, a esta hora da manhã, que reflitam sobre isto: as obras do PARU, no fundo, é a requalificação da cidade, requalificação urbana dos edifícios, com apoios comunitários. É disso que estamos agora a falar. E é isso que, no fundo, é a dificuldade nessa execução que leva à menor execução das despesas de capital. E então, agora, se estava tudo preparado, se os projetos estavam todos feitos, se há dinheiro, até dizia que havia dez milhões (10.000.000€) para se dividir, por que é que as obras não foram feitas? Eu sei a resposta, mas eu acredito que a maior parte das pessoas que estão aqui também devem saber a resposta. Mas, eu acho que hoje, seja uma e meia da manhã (01h30), sejam duas (02h00), sejam três (03h00), a resposta tem que ser



dada, Sra. Presidente; a resposta tem que ser dada, por que é que as obras estão atrasadas. Será que como o PSD nos disse várias vezes – não fui eu que disse, foi o Dr. Luís Vales, que é o Presidente da Concelhia aqui do PSD, e toda a estrutura do PSD tem defendido que nos entregou, ao Executivo do PS e à maioria do PS, que entregou um Ferrari, um Ferrari novo, a estrear. Vermelhinho, aquilo até brilha. E que até estava atestado. Era só dar à chave, e pôr a funcionar. Mas, o que eu acho – e eu agora vou caricaturar, e não quero que se ofendam, porque também não é para ofender, não é mesmo para ofender ninguém, mas dá-me ideia que deixaram um Ferrari, uma carcaça de Ferrari, com um motor de um Fiat 127 – que foi o primeiro carro que eu tive, eu gosto muito do Fiat 127, com oitocentos de cilindrada – deixaram lá o motor, e o motor até estava gripado, ou meio gripado, e nem motor de arranque tinha. Isto é para me levar à pergunta: Sra. Presidente, os projetos estavam preparados? Existiam projetos preparados? Quero, em nome do Grupo Parlamentar da Assembleia Municipal do PS, que diga a esta Assembleia, dure meia hora, o tempo que tiver regimentalmente, que o leve para explicar isto. Isto é importante, em que estado é que estavam as obras, que projetos é que nos foram deixados. Se estava tudo tão bem, por que é que a Sra. Presidente não soube conduzir o Ferrari? Tem dois vereadores aí ao seu lado, tem a Sra. Vereadora, e ninguém soube conduzir o Ferrari? Ninguém consegue conduzir o Ferrari, nem pelo menos pôr a trabalhá-lo, dar à chave, ou carregar no botão? Acho que esta é a hora de acabar com essa demagogia e esclarecer as coisas de uma vez. Diga factos, não é generalidades, dizer que os projetos estavam atrasados; o que é que estava atrasado, o que é que o Executivo do PSD lhe deixou para gerir. Este é o meu desafio ao Executivo e à Sra. Presidente.

E isto, para acabar, para dizer: Sra. Presidente, independentemente de tudo que aqui possamos dizer, e ter opiniões diferentes, o que me interessa, e eu acho, e quero crer – não estou na cabeça de todos, mas o que eu acho e o que eu sinto é que os Marcoenses – o que é que os Marcoenses querem saber? Na minha opinião, os Marcoenses querem saber se as obras que vão começar do PARU, desconfio que eles não estão muito preocupados se vão penalizar a execução da despesa de capital em mais um mês, ou dois, ou três; eles estão preocupados é em saber se o Executivo do PS vai fazer umas obras de requalificação da cidade como deve ser, ou se vai fazer o caos que foi feito pelo Executivo anterior nas obras do centro da cidade. Não podem esconder isso; saiam à rua e perguntem às pessoas se elas estão satisfeitas com a requalificação, com os materiais usados, com os tipos de granitos, com os declives entre os passeios e a via de circulação, com os sentidos únicos, com o tipo de piso. Perguntem, porque há coisas que o tempo leva e apaga, e depois nós não conseguimos ver. Aqui é fácil, vamos perguntar às pessoas. E eu espero que o atraso na execução das obras seja por um bom motivo, porque se for para mais do mesmo, então mais valia ter feito logo tudo como estava, e muito rápido.

E o que eu também acho que os Marcoenses querem saber é se obras que também incluem no PARU, como o Museu e o Centro Cultural, se essas obras foram de alguma maneira programadas para servir verdadeiramente a atividade cultural do Marco, que praticamente não existe, se esta não vai ser uma oportunidade perdida. E se não é uma oportunidade perdida, o que é que este Executivo está a fazer, ou vai fazer para isso. Acho que é importante. Não tem a ver com obras; o que os Marcoenses querem saber, por muito que custe a muita gente, é se o sucesso das Festas do Marco do ano passado se vai repetir este ano, se se vai manter, ou se foi um fogacho para coisa do primeiro ano, para agradar a distraídos, se é uma aposta consistente. Os Marcoenses querem saber isso. O que é que os Marcoenses também querem saber? Já se falou aqui muito de educação hoje, querem saber se a aposta na educação vai continuar, se o anúncio das escolas



que vão ser feitas, vão mesmo ser feitas, ou vai cair só porque já não há financiamento comunitário. Nós aqui estamos informados, a Sra. Presidente já o disse várias vezes, que as obras já não vão ter participação comunitária porque não foram elegíveis nos processos de eficiência energética. E se continuarem, acho muito bem que seja anunciado, já o foi. Repito, mas estava aqui, tinha que o ler. Se a aposta no programa de sucesso escolar, que muita gente parece que descredibiliza um pouco, se vai continuar. Já disse que sim, já mostrou aí os frutos. Os Marcoenses também querem saber, sabe o quê, Sra. Presidente? Na minha opinião, e da minha maneira de ver as coisas, querem saber se o Marco vai ter habitação social, se vamos fazer alguma coisa verdadeiramente pela habitação social, ou se vamos fazer zero, ver os comboios a passar só. Se vamos ter a coragem – e eu assumo, é a minha opinião só, agora – de ter habitação social, quem dela precisa – só quem dela precisa. A habitação social não pode ter listas de espera por estarem a ser ocupadas, se existirem pessoas que dela não necessitem. Não sei se existem, acho que é obrigação do Executivo fazer tudo para atribuir e para corresponder às listas de espera das pessoas que precisam de habitação social, e que são muitas no Marco.

Zonas industriais, a Sra. Presidente já falou aqui, o que os Marcoenses querem saber é se vai continuar a aposta nas zonas industriais, nas áreas de acolhimento empresarial – isso sim, leva à criação de emprego e à fixação das populações, nomeadamente das mais jovens, esperando que sejam empregos com qualificação.

A todas estas questões que eu acho que os Marcoenses se colocam, da minha maneira de ver e da minha perspectiva, eu acho que a resposta é “sim”, acho que o Executivo tem demonstrado dar uma resposta positiva a todos estes anseios. É certo que isto poderá incomodar alguns, mas na vida política é assim. E por isso, quem está hoje no poder tem obrigação – mais do que o direito, tem a obrigação de responder a estas questões no cumprimento dos seus compromissos políticos.

Para acabar, e não vos maçar, e não menos importante, não podia deixar de dizer: por fim, os Marcoenses, claro que os Marcoenses anseiam pelo final deste turbilhão que é o processo das Águas do Marco. Já referi aqui há pouco, mas claro que querem. Querem que seja este Executivo, em quem confiaram, a resolver este problema, um problema que, custe a quem custar, esta questão da indemnização foi criada por uma modificação unilateral ao contrato feita pelo Executivo do PSD. O contrato de concessão não foi feito pelo PSD, certo, nada a discutir quanto a isso; a modificação unilateral do contrato foi, é facto, e disso adveio este problema, que não conseguiram resolver nos anos que estiveram no Executivo Municipal.

Sra. Presidente, acho que estas são as questões que interessam aos Marcoenses. Mesmo a esta hora da manhã, acho que estas coisas são as que interessam aos Marcoenses, na minha maneira de ver. Quanto ao resto, o resto, Sra. Presidente, na minha maneira de ver, pode ir incomodando, pode ir beliscando as pessoas, pode criar aqui pequenos atritos entre todos nós, mas o resto passa e não é nada importante para os Marcoenses.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Rodrigues.

--- Gil Rodrigues (PPD/PSD) ---



Boa noite, mais uma vez. Passava à frente os cumprimentos.

Deixe-me dizer uma coisa ao Sr. Deputado Nuno Pinto: eu não pus em causa a pessoa do Sr. Presidente da Assembleia; pus em causa a forma como os trabalhos estavam a ser dirigidos. Longe de mim vir aqui pôr em causa quem quer que seja, muito mais a pessoa do Sr. Presidente da Assembleia.

Quanto à arrogância, espero que não me tire o lugar; aqui o arrogante sou eu.

E já agora, concordar plenamente consigo em relação à importância das contas e do Orçamento, e acho que estes pontos deveriam ser discutidos logo nos primeiros pontos das sessões, e se calhar em sessões – pelo menos estas, que são importantes – em sessões ao sábado, durante o dia, para que as pessoas tivessem tempo para discutir e para falar. A esta hora, de facto, concordo plenamente consigo, não são horas para se tomar este tipo de decisões, discutir este tipo de problemas, que são os mais importantes das Assembleias Municipais.

Deixar também agora uma resposta ao Eng.º Mário Bruno, que falou que a ETAR da Ponte das Tábuas não se encontrava em nome do Município. Não discordo, acredito que assim fosse, não tenho dúvidas, ou não tenho razões para duvidar da palavra do Sr. Vice-presidente, mas devo dizer-lhe que quando o PSD cá chegou, este próprio edifício não estava em nome do Município; o Estádio Municipal não estava em nome do Município. Eu vejo a vossa cara de admiração, esta é a realidade, e é claro que não foi tudo feito, mas também se fosse tudo feito, não precisávamos de ter mais ninguém na Câmara, porque já estava tudo feito, não era preciso fazer mais nada. Por isso, acho que também temos que refletir que o trabalho que foi feito até agora também é importante. Não podemos estar aqui só a querer condenar quem passou por cá.

E já agora, dizer-vos que o contrato das Águas do Marco não foi celebrado pelo PSD. É verdade que me vai falar na questão da modificação unilateral do contrato, e eu vou-lhe responder à letra: já existia quando foi feita a promessa de que iriam isentar, e de que haveria um pré-acordo, e que iriam isentar os Marcoenses das taxas de água e saneamento. Foi assim, ou não foi assim? Já existia, a modificação unilateral do contrato das Águas do Marco já existia quando foi feita a promessa eleitoral de que havia um pré-acordo com as Águas do Marco. Desculpem-me, mas isto também é verdade. Vão dizer que foi o Sr. António Dias? Por favor.

Quanto à questão da condenação do Tribunal Arbitral, devo dizer-vos outra coisa...

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Eu pedi há bocado para as pessoas terem respeito pelo Regimento. O Sr. Samuel conhece o Regimento desta casa, faça-me um favor, e eu estou a pedir-lhe por favor, não interrompa, porque o Sr. Deputado tem todo o direito de fazer a intervenção dele, e depois vai ter a resposta da Sra. Presidente. Por isso, não faz sentido. Sr. Samuel, tenha paciência, mas também não se justifica isto.

--- Gil Rodrigues (PPD/PSD) ---

Já agora, deixe-me lamentar outra coisa: o Sr. Branco foi chamado à atenção ao sair deste lugar, para não responder de baixo. Samuel, fica-te muito mal, a sério. Mas, não admira.



Eu estava a falar – peço desculpa, com estas interrupções, nós acabamos por perder algum fio à meada. Em relação à questão do contrato das Águas do Marco, eu acho que ninguém pode negar que um Tribunal Arbitral não deveria ter competência para decidir um processo destes. E o Sr. Presidente da Assembleia, enquanto jurista, sabe muito bem que este é um processo importante demais para ser decidido num Tribunal Arbitral, que de certa forma está a decidir a vida das populações de um concelho. Um Tribunal Arbitral não pode tomar uma decisão destas, isto não deveria estar no contrato. Uma coisa destas, é preciso que as pessoas percebam ao ponto a que se chegou ao fazer o contrato das Águas do Marco: fez-se um contrato que só prejudicou os Marcoenses, e as pessoas têm que perceber isso.

E para acabar, em relação à questão da execução da despesa, ela é baixa porque houve dificuldade em cumprir com o que estava proposto no Orçamento. E por isso, também têm que aceitar, de certa forma, se calhar alguma inoperância, não sei.

Boa noite.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Ora, Sra. Presidente, tem a palavra para responder às diversas interpelações, se faz favor.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Sr. Deputado Luís Vales, algumas das respostas que eu tinha para lhe dar, creio que o Sr. Deputado Nuno Pinto já aqui fez uma reflexão que já lhe deu uma resposta a muitas das suas questões. Mas, queria só também acrescentar aqui um ponto: quando o Dr. Luís Vales nos coloca aqui a questão, dizendo que nós temos uma reserva dos revisores oficiais de contas, a chamada reserva legal sobre o património registado da Câmara Municipal, demonstra, de facto, não só uma falta de coerência – até porque aqui já foi admitido também pelo Sr. Deputado Nuno Pinto que houve um esforço, ao contrário do que quiseram transparecer na intervenção anterior, que houve um esforço, e queria dizer-lhe que, de facto, houve aqui uma reserva, ou há uma reserva nas contas, uma reserva legal, e sempre houve. Aliás, durante os mandatos do Executivo anterior, esta reserva sempre esteve explanada nas contas, pela dificuldade aqui já referida pelo anterior Executivo em registar o património que não deixaram registado. Mas, para lhe dizer que o senhor não foi sensato, até porque, há momentos atrás, o Sr. Vice-presidente deu aqui conta de um exemplo, e do qual não há nenhuma dúvida, de que, por exemplo, a ETAR da Ponte das Tábuas estava por registar há trinta e oito anos – tão só, trinta e oito anos. E por isso, há muita coisa ainda por registar, e eu estou certa de que o objetivo deste Executivo é que esta reserva legal deixe de estar nas contas, mas ela manteve-se aqui durante doze anos. E espero que o trabalho que nós vamos fazendo, que não é fácil, porque há muitas coisas que, efetivamente, não conseguimos arranjar argumentos nem factos para conseguir registar o património da forma célere como conseguíamos, mas também é verdade que se estivesse tudo feito, nós não estávamos preocupados em fazê-lo.

Prazo médio, dos quatro dias, só queria acrescentar o seguinte: estas contas são do ano de 2018, e há uma questão que é muito pertinente aqui referenciar: nós criámos uma Divisão de Contratação Pública e Aprovisionamento, e que agora consegue trazer aqui alguma maior celeridade, e sobretudo maior controlo nas aquisições que são feitas pela Câmara Municipal. Mas, eu queria apenas relevar aquilo que o deputado Nuno Pinto aqui já disse: o prazo médio de



pagamento desta Câmara Municipal é de doze dias – doze dias. E por isso, não é por ter passado de oito para doze que trazemos aqui algum problema. O que importa é que, de facto, nós pagamos, pagamos a doze dias, e temos um controlo muito grande, ou muito mais apertado, da forma como fazemos os pagamentos e como controlamos as faturas. Era essa a questão que lhe queria também dar.

Depois, em relação àquela que é a sua preocupação das despesas de capital, a redução que nós tivemos, porque diz que não conseguimos executar, e o Sr. Deputado Gil Rodrigues agora acabou por dizer que, de facto, transparece que houve aqui alguma dificuldade da Câmara Municipal de efetuar obra. E sobre este assunto, permita-me que leia uma citação: *“Sendo verdade que a preparação do Orçamento do ano económico de 2018 foi influenciada pela estratégia do anterior Executivo, não é menos verdade que decorrente desta mesma estratégia, ficaram muitos projetos prontos...”* – eu repito: *“... ficaram muitos projetos prontos, ou em avançado estado de preparação. Ficaram as dotações financeiras disponíveis para que pudessem avançar com os procedimentos concursais, e até ficaram muitos procedimentos concursais lançados, faltando apenas a sua contratação. Acresce a este cenário o facto de, com a integração do saldo de gerência, ter ficado disponível um montante financeiro para realizar investimento como nunca antes se tinha visto. Impõe-se questionar a Sra. Presidente...”* – a mim – *“... sobre as razões que explicam uma taxa de execução de despesa tão baixa.”* Fim de citação, Eng.º José Mota, Reunião de Câmara de 10 de abril de 2019. Foi a sua declaração de voto também.

Estas também poderiam ser as palavras da Sra. Dra. Carla Babo, numa entrevista à Rádio Marcoense. Podiam ser, porque foram quase as mesmas palavras. Infelizmente, um e outro incorrem no erro de fazer afirmações falsas, com obrigação de ter conhecimento de causa. Assumiram ambos funções políticas no passado recente nesta Câmara Municipal. Então, vamos lá tentar explicar, mesmo depois do adiantado da hora, por que é que nós não conseguimos executar a despesa de capital que gostávamos. E vamos ao PARU, ao tão falado já PARU – Plano de Ação para Regeneração Urbana. E eu vou dar-vos cinco ou seis exemplos. Museu Cármen Miranda: custo previsto, um milhão de euros (1.000.000€). Quando pedimos ao projetista a apresentação do projeto, não estava o projeto concluído, e ainda em bom tempo o fizemos, porque fomos a tempo de proceder a algumas alterações, e para as quais contámos, felizmente, com a colaboração do Dr. António Ponte, Diretor Regional da Cultura do Norte, que nos ajudou a transformar um edifício que poucas semelhanças tinha com um museu num espaço moderno, num espaço expositivo, mas também um espaço educativo, que receberá também o Posto de Turismo, pois queremos que o Posto de Turismo e o Museu estejam abertos ao fim de semana, o que não estava previsto. A pouca maturação do projeto que recebemos reflete-se agora num projeto que está na terceira revisão – terceira revisão. Terminada a terceira revisão, este irá para contratação. Necessariamente terá que ter o visto do Tribunal de Contas, só depois será adjudicada a obra. O Tribunal de Contas demora, em média, um mês e meio a responder. Também queria dar conta que obras acima dos novecentos e cinquenta mil euros (950.000€), como é o caso, não podemos executar nem fazer pagamentos até o Tribunal de Contas se manifestar. Valor do contrato, de quem fez o projeto de arquitetura, cinquenta e nove mil euros (59.000€), sem IVA. Este contrato foi assinado no dia 28 de dezembro de 2016 – nós chegámos cá em novembro de 2017. Projetista, Orlando Gaspar – Arquitetos, Lda. Foi paga a primeira tranche, sete mil, duzentos e cinquenta e sete euros (7.257€), o projeto ainda não estava concluído. Vimos que da forma como estava, até era um mau projeto. Foi alterado, ou seja, nem sequer estava pronto, nem sequer pronto a



executar, Srs. Deputados. Está aqui a fatura, Museu Cármen Miranda, pago sem estar executado. Estamos nós a terminá-lo agora e a pagar.

Outro exemplo do PARU, reabilitação da Avenida Carlos Mota Pinto: custo previsto da obra, setecentos e setenta mil euros (770.000€). Valor do contrato com projetista, trinta e cinco mil, oitocentos euros (35.800€), sem IVA, contratado em 28 de dezembro de 2016. Projetista: GIPP – Gestão Integrada de Projetos e Planeamento, Eng.º José António Lameiras. A primeira reunião com os projetistas foi nossa, no nosso mandato, a primeira que fizemos com eles, em novembro de 2017. Revelou a ausência de um projeto concluído. Apresentada nova versão, além do pouco desenvolvimento do projeto, verificou-se que não estavam – imaginem – contempladas infraestruturas básicas de água, saneamento e comunicações. Querem que eu repita? Não estava maturado, nem tinha soluções para o encontro com os arruamentos da Avenida Manuel Pereira Soares, nem da Avenida 25 de Abril, e dizem vocês que já tinham os projetos prontos. Este é um dos projetos que tinha intervenções previstas em terrenos privados, a quem não foram pedidas autorizações. Concluimos, numa fase final já, e fomos ao local com os técnicos, que estavam contempladas intervenções nas entradas dos edifícios públicos comerciais, que não era terreno nosso. Estava pago, este estava, o Município pagou quatro mil, quatrocentos e três euros (4.403€), em fevereiro de 2017, e pagou a segunda fatura, outros quatro mil, quatrocentos e três (4.403€), em junho de 2017. Total, oito mil, oitocentos e seis, ponto oitenta (8.806,80€), está aqui a fatura, reabilitação da Avenida Carlos Mota Pinto. Pago, sim; pronto, não.

Outro exemplo, reabilitação urbana da Avenida Adelino Amaro da Costa e Avenida Gago Coutinho, e a reabilitação dos arruamentos na zona envolvente ao edifício dos Paços do Concelho (PARU). Custo, um milhão de euros (1.000.000€), custo previsto. Projeto por concluir, mais uma vez. E mais uma vez, estava a ser executado um projeto sem estarem contempladas infraestruturas básicas de água, saneamento e comunicações. Foi alterado o projeto para incluir essas soluções, e também algumas recomendações dos nossos técnicos da Câmara Municipal. Primeiro concurso respeitante à Avenida Adelino Amaro da Costa e Avenida Gago Coutinho, adjudicado por sessenta e oito mil e quatrocentos euros (68.400€), está hoje para visto do Tribunal de Contas. Projetista: Formas e Conceitos. Valor do contrato, setenta e dois mil euros (72.000€), sem IVA, contratado a 29 de dezembro de 2016. Pagamentos realizados a este projetista, quatro faturas, estão aqui, no total de setenta e nove mil, setecentos e quatro euros (79.704€). Este, pronto não estava, mas também estava pago – mas não estava pronto.

E para não falarmos só do PARU, porque já falámos muito do PARU, vou-vos falar em duas obras extra PARU, para perceberem que é prova de que foi sistemático o comportamento em apresentar projetos que não estavam prontos a ser executados, ao contrário daquilo que tem sido dito, e que os Srs. Deputados aqui disseram. Parque Urbano da Cidade: estava aparentemente concluído, e já estava pago também. Reunindo o projetista e os técnicos do Município, foram identificadas insuficiências graves no projeto, como por exemplo – imaginem, eu acho que toda a gente está a perceber qual é o parque de que eu estou a falar, o parquezinho que foi designado pelo anterior Executivo como pulmão verde da cidade, aquele parque que vai até ali ao fundo da variante, que supostamente haveria de vir até ao rio, mas esqueceram-se de que tinham umas bombas de gasolina, e tinham um centro de inspeções pelo meio – este parque verde, o dito pulmão verde, não tinha sistema de rega nem iluminação pública. Estava pago, não tinha sistema de rega, num parque verde, nem iluminação pública.



Para proceder às ruinosas obrigações contratuais com a empresa M2S, que o anterior Executivo do PSD nos legou, pedimos ao arquiteto projetista para fazer as alterações, com um custo de mais quatro mil e quinhentos euros (4.500€).

E já que falámos em parques, ele aqui já foi falado, mas eu não podia deixar de voltar a falar nele, Parque de Montedeiras. Este é o Parque de Montedeiras, o projeto já estava feito, é verdade, mas os terrenos que aqui veem, onde estava projetado o Parque de Montedeiras, não eram todos do Município. Tivemos que comprar este, este e este. É estranho, como é que a Câmara paga um projeto, projeta um parque, em terrenos que não são deles. E por isso, quando há bocado o Sr. Vice-presidente da Câmara esteve aqui a explicar que tivemos que comprar terrenos, tivemos que parar a obra porque, efetivamente, estava adjudicada, e não tínhamos terrenos, ou os terrenos não eram todos da Câmara Municipal.

Meus caros amigos e minhas caras amigas, as pessoas que proferem estas afirmações estavam cá, muitas delas, e algumas até assumiram responsabilidades políticas durante os doze anos em que aqui estiveram a gerir dinheiros públicos e a tomar decisões, e têm que ser responsabilizados por estas decisões. Errar, toda a gente erra; agora, o que eu não posso admitir é que constantemente nos venham perguntar a nós, ou que nos venham dizer que os projetos estavam prontos, e que nos venham pedir a nós responsabilidades. É uma atitude que eu não posso tolerar, quando a responsabilidade, como vocês já perceberam, em grande parte, foi do anterior Executivo do PSD.

Por isso, meus caros amigos, está aqui uma grande explicação, ou uma parte de uma grande explicação, daquilo que é a falta de execução da despesa de capital neste Orçamento.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Deputado, faça favor.

--- Gil Rodrigues (PPD/PSD) ---

Foi dito há bocado, na apresentação do Orçamento, que havia uma redução de despesa de juros e com o serviço da dívida de duzentos e quarenta mil euros (240.000€). Eu não sei se será só de juros, se é mesmo do serviço da dívida, parece-me que o valor é um bocado desajustado para a questão. Foi só isso, e aliás, foi a primeira questão que trazia aqui, mas depois tive de falar em outras também.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado. Sra. Presidente, pretende fazer alguma observação?

--- Presidente da Câmara Municipal ---

O que eu referi há bocado é que o montante de endividamento existente em 2018 é inferior ao endividamento existente em 2017 em cerca de seiscentos e vinte e sete mil euros (627.000€). Foi o valor que depois referi que evidenciava o controlo e a monitorização da dívida a curto prazo.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---



Sendo assim, concluída a discussão deste ponto da ordem de trabalhos, quem vota contra? Quem se abstém? Ora, este ponto da ordem de trabalhos foi aprovado, com vinte e um (21) votos a favor, e dezasseis (16) abstenções.

Ora, passamos de seguida ao **Ponto n.º 3.5** da ordem de trabalhos, Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal relativa à autorização prévia da assunção de compromisso plurianual, no âmbito do Concurso Público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia para prestação de serviços de seguros.

Sra. Presidente, tem a palavra, por favor.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Bem, dar nota de que a unificação da contratualização da carteira de seguros num só procedimento, que é o que pretendemos fazer, permitirá ao Município obter um melhor equilíbrio do ponto de vista do custo / benefício, e também na transferência dos seus riscos para o setor segurador, nomeadamente tendo em consideração o seguinte: vai haver uma melhoria e um aumento das coberturas das apólices, através da correta adequação das garantias dos contratos face às responsabilidades que recaem sobre o Município, vai haver também uma redução da contratação avulsa de apólices, os chamados seguros temporários, e uma redução da grande quantidade de apólices atualmente contratadas, como é o caso da responsabilidade civil e multirriscos.

Dar conta também que após o diagnóstico efetuado à real situação do Município, é possível verificar que passaremos de noventa e duas apólices – que é quantas temos – de seguros, para apenas onze apólices, o que permite uma maior eficácia de gestão, ganhos de escala, obtenção de melhor preço de mercado e atualização dos capitais de seguro, de acordo com a Legislação vigente e aplicável aos Municípios.

Para o procedimento que o Município se encontra a ultimar, para um prazo de execução de doze meses, serão abrangidos, de acordo com a avaliação das necessidades efetivas, as seguintes áreas de risco – vamos fazer isto em três lotes: no lote um vamos ter o seguro de acidentes de trabalho, seguro de frota automóvel, seguro multirriscos patrimoniais, seguro de responsabilidade civil extracontratual das autarquias, seguro de máquinas de casco, seguro de responsabilidade civil do posto de abastecimento de combustível. Depois, no lote dois, teremos os seguros de responsabilidade ambiental, nomeadamente do posto de abastecimento de combustível – trata-se de uma nova apólice, pois o Município não detinha seguro para a presente categoria. E depois, no lote três, vamos ter, então, o seguro de grupo de acidentes pessoais aos autarcas, o seguro de grupo de acidentes pessoais dos bombeiros, o seguro de grupo de acidentes pessoais aos utentes das instalações desportivas, culturais e recreativas municipais abertas ao público, e utentes das atividades de natureza eventual ou periódica. Vamos também incluir no lote três o seguro de acidentes pessoais para participantes em atividades temporárias organizadas pelo Município, o seguro de grupo de acidentes pessoais de programas ocupacionais promovidos pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, e o seguro de grupo de acidentes pessoais voluntários, incluindo aqui também os elementos da comissão alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco.



O preço base foi estimado em duzentos e trinta e um mil, setecentos e cinquenta e cinco euros (231.755€), isento de IVA, tendo sido fixados os seguintes preços para o lote: no lote um, que eu já identifiquei, duzentos e três mil e seiscentos euros (203.600€); o lote dois, setecentos e cinquenta euros (750€); e o lote três, vinte e sete mil, quatrocentos e cinco euros (27.405€), que reflete também um acerto pelo período de execução inferior a doze meses na apólice de acidentes pessoais dos autarcas e acidentes pessoais dos bombeiros.

Regista-se também a atualização de capitais no caso das apólices legalmente indexadas ao Índice de Preços de Consumidor e à remuneração mínima mensal garantida, como é o caso da apólice de acidentes pessoais dos bombeiros, dos acidentes pessoais dos utentes das infraestruturas municipais, dos acidentes pessoais dos participantes em atividades de natureza eventual. Na apólice automóvel são incluídas as treze novas viaturas. Na apólice de multiriscos patrimoniais é previsível um decréscimo – ainda que pouco significativo – do prémio, pela unificação numa única apólice de bens imóveis e móveis a segurar, para um capital seguro de trinta e nove mil, cento e vinte e nove euros (39.129€), e dez mil euros (10.000€) para os seus conteúdos. Ainda vamos ter encargos relativos a novas apólices, são contratualizadas pela primeira vez a apólice de responsabilidade civil e ambiental do posto de abastecimento de combustível; vai ser feita pela primeira vez uma apólice de acidentes pessoais dos bombeiros, com inclusão no procedimento anterior, pois encontrava-se ao abrigo de um protocolo celebrado com a ANMP – Associação Nacional dos Municípios Portugueses. Vai ser também feita pela primeira vez a apólice de grupo de acidentes pessoais para atividades temporárias e férias desportivas; e também a apólice de seguro de acidentes pessoais voluntários da comissão alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco.

Para terminar, só dar conta, para que não subsistam dúvidas, que através do regime jurídico das atividades de mediação de seguros, é possível beneficiar de uma prestação de serviços especializada, de que não decorre qualquer encargo, de qualquer natureza, designadamente financeiro, uma vez que nos termos deste regime, o serviço prestado é remunerado diretamente pela empresa seguradora, e que em cada momento seja contratante dos contratos do seguro, tendo-se como particularmente vantajoso o recurso a este tipo de serviços sem custo, e que se constitui numa forma expedita de suprir as necessidades apontadas, e libertar também recursos que podem ser afetos a outras tarefas.

Era esta a informação que tinha para dar, Sr. Presidente da Assembleia. O que se propõe aqui é esta deliberação.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Quem pretende inscrever-se sobre este tema? Ora, como não há inscrições, quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Vamos de seguida para o **Ponto n.º 3.6**, Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal relativa à adesão à Associação Internacional das Cidades Educadoras.

Sra. Presidente, pode fazer o favor de explicar?



--- Presidente da Câmara Municipal ---

Faço sim, senhor, Sr. Presidente. Muito obrigada.

Queria dar conta aos presentes – vou tentar ser muito sintética – que a Carta das Cidades Educadoras surgiu no 1.º Congresso Internacional de Cidades Educadoras realizado em Barcelona, em 1990, no qual as cidades presentes reconheceram os princípios básicos para um impulso educativo nas cidades, através da construção e promoção de uma atitude permanente de aprender, trocar, partilhar e encontrar, preservar e apresentar a sua identidade pessoal e complexa, para que consequentemente possa aspirar a uma melhor qualidade de vida dos seus habitantes. O que é que é uma Cidade Educadora? Uma Cidade Educadora é um projeto de desenvolvimento pessoal e comunitário da responsabilidade das autoridades locais e de todos os intervenientes individuais e coletivos, públicos e privados, onde a valorização dos seus costumes e das suas origens deve dialogar com os modos de vida internacionais, oferecendo assim uma imagem atraente, sem nunca desvirtuar o seu enquadramento natural e social.

O Marco de Canaveses está, atualmente, estrategicamente comprometido com uma atuação de Cidade Educadora. Esta função encontra-se espelhada desde logo no projeto “#sucesso escolar”, que constitui um programa concertado e intencionalizado de intervenção concelhia que pretende congregiar esforços e recursos, e definir também prioridades que se integram nas políticas e compromissos internacionais, nacionais, regionais e locais.

Quais são os objetivos desta Carta Internacional das Cidades Educadoras? Primeiro, reforçar os níveis de sucesso escolar no Concelho de Marco de Canaveses, reduzir os níveis de abandono e absentismo escolar, promover a prevenção primária de comportamentos que condicionem o adequado e funcional desempenho escolar, assegurando a intervenção e o acompanhamento psicossocial sempre que necessário, fortalecer a intervenção nos domínios da terapia da fala, estimular o desenvolvimento integral dos alunos nas suas dimensões psicológica, social e cultural, melhorar as condições físicas das escolas do concelho, enriquecer as atividades de enriquecimento curricular, promover estilos de vida saudáveis e consolidar a educação inclusiva.

Queria dar nota que em relação a este projeto, já foi ouvido o Conselho Municipal de Educação, em reunião ocorrida no dia 25 de janeiro de 2019, tendo-se mostrado favorável à adesão.

Para terminar, realçar que a adesão deste Município à Associação Internacional das Cidades Educadoras reforça o compromisso crescente com a educação e com uma visão do território que se pretende promotora do desenvolvimento de todas as potencialidades educativas. Significa ainda que o Município do Marco de Canaveses poderá vir a ser o primeiro Município do Tâmega, e o terceiro da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, a aceitar este desafio.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado.

Ora, quem pretende inscrever-se? Não há inscrições. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.



Ora, vamos proceder agora à aprovação por minuta – é só mais um bocadinho.

--- Maria Gorete Pinheiro (2.ª Secretária, PS) ---

Boa noite a todos.

Ponto n.º 3.2, Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal relativa à ratificação do ato de não aceitação da transferência das novas competências para a Autarquia Local, referenciadas no Decreto-lei n.º 20/2019, de 30 de janeiro. Foi aprovado por unanimidade, com trinta e sete (37) votos a favor. Alguém vota contra ou se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ponto n.º 3.4, Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal respeitante à Prestação de Contas e Relatório de Gestão do Ano Financeiro – 2018. Foi aprovado por maioria, com vinte e um (21) votos a favor, e dezasseis (16) abstenções. Alguém vota contra ou se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ponto n.º 3.5, Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal relativa à autorização prévia da assunção de compromisso plurianual, no âmbito do Concurso Público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia para prestação de serviços de seguros. Foi aprovado por unanimidade, com trinta e sete (37) votos a favor. Alguém vota contra ou se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ponto n.º 3.6, Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal relativa à adesão à Associação Internacional das Cidades Educadoras. Foi aprovado por unanimidade, com trinta e sete (37) votos a favor. Alguém vota contra ou se abstém? Aprovado por unanimidade.

Boa noite.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Srs. Deputados, muito boa noite, um bom fim de semana, e bom dia.